



**UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ CENTRO DE EDUCAÇÃO,
COMUNICAÇÃO E ARTES CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM
LETRAS – NÍVEL DE MESTRADO E DOUTORADO ÁREA DE CONCENTRAÇÃO:
LINGUAGEM E SOCIEDADE**

PABLO JAMILK FLORES

ARQUEOLOGIA DA INFERÊNCIA

CASCADEL – PR

2017

PABLO JAMILK FLORES

ARQUEOLOGIA DA INFERÊNCIA

Tese apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – para obtenção do título de Doutor em Letras, junto ao Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras, nível de Mestrado e Doutorado - área de concentração Linguagem e Sociedade. Linha de Pesquisa: Linguagem: Práticas Linguísticas, Culturais e de Ensino. Orientador (a): Prof. Dr. José Borges Neto.

CASCADEL – PR

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Sistema de Bibliotecas – UNIOESTE – Campus Cascavel)

F657a Flores, Pablo Jamilk.
Arqueologia da inferência / Pablo Jamilk Flores. --- Cascavel
(PR), 2017.
139 f.

Orientador (a): Prof. Dr. José Borges Neto
Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Estadual do
Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, 2017. Programa de Pós-
Graduação em Letras, Nível de Doutorado, Centro de Educação,
Comunicação e Artes.
Inclui Bibliografia

1. Inferência (lógica). 2. Linguística. 3. Conceitos. I. Borges
Neto, José. II. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. III.
Título.

CDD 20. ed. 410

PABLO JAMILK FLORES

ARQUEOLOGIA DA INFERÊNCIA

Esta tese foi julgada adequada para a obtenção do título de Doutor em Letras e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Letras – nível de Mestrado e Doutorado, área de concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE.

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Gesualda de Lourdes dos Santos Rasia
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Prof. Dr. César Batisti
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof. Dr. Jorge Bidarra
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Profa. Dra. Márcia Sipavicius Seide
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Prof. Dr. José Borges Neto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE)

Cascavel, 15 de setembro de 2017

FLORES, Pablo Jamilk. **Arqueologia da inferência**. 2017. 139 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, Paraná.

RESUMO

A pesquisa ora apresentada focalizou-se em reflexões e análise envolvendo o tema das inferências. A partir de estudos e de nosso conhecimento empírico sobre a temática, despontaram-nos algum(ns) questionamento(s) que se destacaram como norteadores de nossa investigação: o que são inferências? Como o conceito de inferência foi empregado ao longo da história dos estudos linguísticos? Como é possível estabelecer uma classificação dos tipos de inferências? Com o propósito de encontrar respostas a essa problematização, traçamos, como objetivo geral, delinear o histórico do termo na história dos estudos linguísticos com breves análises pautadas na Filosofia. Na perspectiva de alcançar o objetivo proposto, sustentamos a pesquisa nos pressupostos teóricos de Copi (1978), Hegenberg (1974), Benoit Hardy-Vallée (2013) para as discussões sobre a natureza de um conceito; bem como nos trabalhos de Grice (1975), Levinson (2007), Sperber & Wilson (2005), Charaudeau (2004), Clark (1992), Koch (1998), Coscarelli (2002), Dell'Isola (2001) e Marcuschi (2008) para as discussões sobre o histórico das inferências. Trata-se, portanto, de uma pesquisa pautada na Linguística Textual, na Linguística Cognitiva e na Pragmática, do tipo hermenêutica, que se propôs a analisar as inferências sob alguns pontos de intersecção teórica entres as pesquisas relativas ao tema. O levantamento de dados foi possível por meio de uma revisão da bibliografia específica a respeito das inferências. Como resultado desse processo de investigação, entendemos que a inferência é o resultado de uma operação cognitiva, baseada no processamento de informações de um *input*, com a finalidade de contribuir com a resolução de um problema de natureza interpretativa por meio da geração de informações novas, hauridas da relação entre a decodificação das informações originais e a comparação delas com os dados contidos no repositório mnemônico-experiencial do indivíduo.

. **PALAVRAS-CHAVE:** Inferência, Lógica, Linguística, Conceito.

FLORES, Pablo Jamilk. **Archeology of the inference**. 2017. 139 pages. Thesis (Doctorate in Languages). State University of Western Paraná – UNIOESTE, Cascavel, Paraná.

ABSTRACT

The research here presented had focused on reflections and analysis involving the inferences theme. Based on studies and our empirical knowledge on the subject, some question arose that stood out as the guiding principles of our investigation: what are inferences? How was the concept of inference used throughout the history of linguistic studies? How can one classify the types of inferences? With the purpose of finding answers to this problematisation, we outline, as a general objective, to delineate the history of the term in the history of linguistic studies with brief analyzes based on Philosophy. In the perspective of reaching the proposed objective, we support the research in the theoretical assumptions of Copi (1978), Hegenberg (1974), Benoit Hardy-Vallée (2013) for the discussions about the nature of a concept; as well as in the works of Grice (1975), Levinson (2007), Sperber & Wilson (2005), Charaudeau (2004), Clark (1992), Koch (1998), Coscarelli (2002), Dell'Isola (2001) and Marcuschi (2008) for discussions on the history of inferences. It is, therefore, a research based on Textual Linguistics, Cognitive Linguistics and Pragmatics, of the hermeneutical type, which proposed to analyze the inferences under some points of theoretical intersection between the researches related to the subject. The data collection was possible through a review of the specific bibliography regarding the inferences. As a result of this research process, we understand that inference is the result of a cognitive operation, based on information processing of an input, with the purpose of contributing to the resolution of an interpretative problem by generating new information, of the relationship between the decoding of the original information and the comparison of it with the data contained in the individual's mnemonic-experiential repository.

KEY WORDS: Inference, Logic, Linguistics, Concept.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: DEFINIÇÕES E CONCEITOS	13
CAPÍTULO 2: TENTATIVA DE ARQUEOLOGIA.....	26
2.1 – O ponto de partida – a Lógica	26
2.1.1 – Classificação das inferências lógicas	34
2.2 A inferência no campo da Linguística.....	37
2.2.1 – As inferências segundo Ingedore Koch	39
2.2.2 – O estudo de Dell’Isola	48
2.2.3 – As inferências para Sperber & Wilson	55
2.2.4 – O processo inferencial segundo Marcuschi.....	62
2.2.5 - O estudo de Coscarelli	68
2.2.5.1 – Distinção inicial entre minimalismo e construtivismo	73
2.2.5.2 – Tentativa de conceituação e apresentação de taxonomia.....	74
2.2.6 – As inferências nas interfaces.....	82
2.2.7 – A visão de Peter Norvig.....	87
2.2.8 – O estudo de Nunes Lôbo.....	89
2.2.10 – Maingueneau e Charaudeau – a inferência para a Análise do Discurso	100
2.2.11 – Stephen Levinson, inferências e implicaturas.....	101
CAPÍTULO 3: INFERÊNCIA: CONCEITO, CLASSIFICAÇÕES E DEMANDA POR PESQUISA.....	110
3.1 – Da carência de estudos mais aprofundados sobre as inferências.....	110
3.1.1 – Da carência à descontinuidade	111
3.1.2 – Da demanda por mais estudos sobre as inferências.....	118
3.2 – À procura de um invariante conceitual	121
3.3 – Conceito de inferência e taxonomia preliminar.....	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	131
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	134

INTRODUÇÃO

Quando, em um contexto comunicativo, o indivíduo se vê interpelado a respeito do evidente sentido de uma sentença, estabelece-se uma dificuldade que interessa à análise linguística. Dizer que a apreensão do sentido de algum texto é algo lógico significa assumir que há uma interpretação latente, única e verdadeira, a qual aguarda pela “coleta cognoscente” de quem lê.

Parece surgir, nesse contexto, a necessidade de estabelecer alguns critérios para poder falar em interpretação. O que se tem verificado é a frequente recorrência à identificação de pressupostos comunicativos e intenções de falantes, leitores e produtores de texto, para poder dar fôlego à discussão que parece associar os sentidos de um texto à possibilidade sua de captação e de demonstração.

Um dos termos que mais parece ter sido tomado de empréstimo para fomentar esse tipo de raciocínio é a “inferência”. A própria conceituação de inferência é bastante movediça. Fato que, de certo modo, desestabiliza o rigor científico necessário para tratar do processo de interpretação, pois se há um conceito por demais amplo, por demais distinto, por demais impossível de se definir, torna-se inviável a sua utilização para a pesquisa científica, a menos que se tome tal como um conhecimento de natureza axiomática¹.

O que se observa, no caso da inferência, entretanto, é que não se pode concebê-la como um axioma, uma vez que não se trata de um conceito inicial necessário do qual derivam outras inferências por meio de uma fórmula mínima estruturada. Todavia, é notório que as referências ao termo inferência são muito constantes em pesquisas relacionadas ao processamento de texto pelo leitor, predição leitora, produção de sentidos e sequenciação narrativa. Um fato que muito se destaca é que – como será visto no levantamento bibliográfico – muitos pesquisadores admitem não haver consenso para o conceito de inferência; admitem que cada pesquisador adota uma perspectiva distinta (e que, em alguns casos, pode

¹ Um axioma é definido, na lógica tradicional, como uma sentença ou proposição que, por ser um consenso inicial necessário ao pensamento, dispensa demonstrações ou provas.

ser limitadora ou contraditória) e, ainda assim, lançam mão das inferências para responder a muitas das questões levantadas nas pesquisas.

Essa “lacuna conceitual injustificada” configura-se como um problema que merece um tratamento mais sistemático. Em função disso, o presente trabalho visa a uma investigação acerca dos diversos conceitos de inferência que se encontram disseminados no campo de estudos da Linguística. Isso quer dizer que se trata de um trabalho de arqueologia conceitual, no qual se busca traçar um panorama relativo às concepções do fenômeno da inferência em estudos com a linguagem.

Esse levantamento objetiva pontuar quais são as aproximações ou divergências adotadas por diferentes pesquisadores, a fim de verificar a possibilidade de estabelecer um conceito menos vago, ou de, ao menos, reconhecer as distinções que permitam uma classificação útil aos estudos linguísticos de modo a diminuir a falta de consenso entre os atores da investigação no campo dos estudos linguísticos.

O problema central da presente pesquisa se encontra na dificuldade de encontrar unicidade na conceituação das inferências. Esse problema foi apontado outrora por Coscarelli (1999):

Muitos autores falam de inferências, mas poucos se preocupam em explicar o que são, como são feitas, quais são feitas, quando são feitas, entre muitas outras questões. Assim tratada sem muita minúcia, a produção de inferências parece uma atividade pouco complexa, mas quando se quer explicá-la, uma enorme quantidade de questões levanta-se, mostrando que as inferências nada têm de simples, nem de descomplicado. Muito pelo contrário, as dissonâncias entre os autores são muitas, dada a dificuldade de se estudar essa operação mental. Diferentes teorias levam a análises opostas dos mesmos dados, assim como métodos distintos de coleta trazem dados variados. (COSCARELLI, 1999, p. 98)

O raciocínio da autora demonstra que não há unicidade na teoria que subjaz o estudo das inferências, o que é ilustrado pelas dissonâncias que menciona no trecho destacado. Fica evidente que, segundo a perspectiva demonstrada, inferir está relacionado a uma operação mental. Isso quer dizer que, além de haver preocupação com o conceito de inferência em si, há outro problema que é compreender como a inferência se processa na mente.

Com isso, o problema começa a se mostrar mais complexo. Se não há uma preocupação rigorosa com a compreensão de um fenômeno que é apontado como importante para o estudo dos procedimentos de compreensão de textos em linguagem

verbal ou não verbal, torna-se difícil chegar a resultados que possibilitem um trabalho baseado em uma metodologia com um delineamento mais claro.

Partindo do pressuposto de que a inferência é um elemento essencial à compreensão de um texto (em virtude de ser praticamente impensável um texto que contenha exatamente todas as informações necessárias para sua compreensão), é possível entender que a compreensão do fenômeno inferencial (suas condições, seus desdobramentos, sua possibilidade de classificação etc.) torna-se elemento-chave para qualquer pesquisa que se volte à construção dos sentidos de um texto. Entretanto, a maior dificuldade está em encontrar um elemento que consiga congrega as pesquisas que utilizam a base conceitual pautada na análise de inferências.

A divergência que foi apontada em relação aos conceitos pode ser vista por meio dos seguintes exemplos²: Hayakawa (1939): *inferência é uma asserção sobre o desconhecido, feita com base no conhecimento*. McLeod (1977:6): *inferência é informação cognitiva gerada com base em outras informações* (considerando o que está escrito). Bridge (1977:11): *inferência é informação não explicitamente estabelecida, mas gerada em um processo de especificação de proposições*. Fredericksen (1977:7): *inferência é conhecimento gerado*. Por meio da crítica dessas definições, destacam-se alguns pontos de confluência como a ideia de que inferência é uma informação ou um conhecimento que é gerado. Outro ponto de aproximação reside no fato de que, para alguns autores, a inferência não está explícita na superfície do texto e cabe ao leitor realizar um processo mental para acessá-la.

Nota-se, também, que – em algumas definições de inferência (como o caso de Bridge [1977]) – há menção a elementos que fazem parte do vocabulário comum ao estudo da lógica, tal como o termo “proposição”. Isso quer dizer que o problema se estende a um campo que amplia o escopo da análise: falar de inferência também é falar sobre lógica. Buscar-se-á, na investigação a respeito da construção dos sentidos e da possibilidade de avaliação relacionada ao que se encontra na Lógica, um ponto nodal para tentar associar algumas das diferentes visões de inferência.

De acordo com a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, do ano de 2000 até o ano de 2014, mais de 240 teses foram escritas e defendidas no Brasil tendo como assunto a leitura e a formação do leitor. Muitas dessas pesquisas utilizam como fundamentação teórica, os pressupostos da Linguística Textual - que possui uma

² Os quais serão discutidos ao longo do trabalho. Os exemplos citados nessa enumeração foram extraídos da obra de Regina Perét Dell'Isola (1988): *Leitura: inferências e contexto sociocultural*.

definição própria de inferência (a qual está mais voltada à identificação de processos de referenciação em uma sentença). Outras pesquisas baseiam-se na Linguística Cognitiva e na Psicolinguística (como as que se preocupam com o papel das inferências na constituição da comunicação cotidiana – Clark [1993]) e possuem adotam outra postura na definição de inferências. Esse dado aponta para um raciocínio que serve de justificativa para a presente pesquisa: com um número tão grande de pesquisas acerca de leitura e de formação do leitor em curso ou já finalizadas, faz-se necessário realizar uma compilação de informações que seja suficientemente clara para contribuir com futuras pesquisas que tomem como base um elemento tão caro para a leitura como inferência.

O objetivo geral da pesquisa é realizar uma compilação dos principais conceitos de inferência disseminados no campo dos estudos linguísticos fundamentalmente, a fim de apontar as semelhanças e divergências entre os diferentes conceitos e propor um conceito, cuja extensão possa servir a futuros estudos que necessitem de uma definição mais estrita desse termo.

O primeiro objetivo específico do trabalho repousa sobre tentar apontar a origem do termo inferência e investigar quais foram as modificações conceituais operadas até chegar à presente descontinuidade conceitual que se apresenta sobre as inferências e sobre o processo inferencial. O segundo objetivo específico do trabalho se volta para realizar ou identificar uma classificação dos tipos de inferência que estão baseados em pressupostos teóricos distintos, a fim de verificar sua utilidade para o conceito que deverá ser proposto. O terceiro objetivo específico é identificar se há algum elemento invariante dentre as conceituações propostas que possa ser empregado para sistematizar dos diversos conceitos sobre inferência em apenas uma linha de raciocínio que represente o processo inferencial.

Como se trata de um trabalho pautado em uma “varredura” conceitual, não é correto mencionar que há apenas uma base teórica que fundamenta o trabalho em questão. Dentre as fontes pesquisadas, destacam-se a Linguística Textual (essencialmente Koch e Marcuschi), a Psicolinguística (Herbert Clark e Arthur Graesser), a Semântica Argumentativa (Ducrot) e a Teoria da Relevância (Sperber e Wilson). Com a finalidade de poder discutir a construção de um conceito, a orientação principal é o trabalho de Benoit Hardy-Vallée (2013).

O método adotado para proceder à pesquisa consiste na revisão bibliográfica de literatura específica a respeito de inferências e sua possível conceituação. Como

se trata de uma investigação cuja natureza é semântico-pragmática, o levantamento bibliográfico permitirá a adoção de uma perspectiva teórica que possibilite a tabulação de dados relativos às diferentes classificações das inferências.

Essencialmente, a pesquisa é de natureza bibliográfica e se volta ao estabelecimento de uma heurística que visa a encontrar uma possível solução para o problema da descontinuidade conceitual das inferências. A partir dessa heurística, será possível analisar quais são os elementos necessários à construção do processo inferencial.

A divisão do trabalho será em três capítulos. O primeiro servirá para delinear o problema das inferências no campo dos estudos linguísticos e demonstrar como o assunto carece de um tratamento mais específico. Isso quer dizer: deve ser objetivo de pesquisa, não ferramenta de pesquisa. O segundo capítulo tratará dos conceitos encontrados na literatura acerca do assunto, a fim de apresentar um quadro comparativo que relacione os principais problemas conceituais relativos aos estudos da inferência. O terceiro capítulo apresentará um conceito pautado na síntese dos demais e uma proposta de classificação das inferências, que servirá de fundamento para descrever o início de uma economia interpretativa/inferencial dentro de um contexto comunicativo.

CAPÍTULO 1: DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Definir é uma atividade intelectual que organiza a vida humana. Muito embora a definição tenha esse status de elemento integrante da atividade intelectual, realizá-la não é tarefa muito simples. Cotidianamente, o homem lida com uma série de conteúdos/conceitos de cuja definição não pode prescindir e, quando não conhece a definição de uma palavra ou de um conceito com que se relaciona, surgem problemas no processamento específico das informações.

Antes de prosseguir, é forçoso fornecer algumas explicações a respeito do que foi mencionado. Inicialmente, afirma-se que definir é uma atividade intelectual. Para tanto, leia-se a passagem de Hegenberg (1974):

O homem nasce de uma “circunstância” – o primariamente dado – e a transforma em “mundo”, um local em que pode viver. Seu ajuste com o contorno é de ordem intelectual e se efetua de várias maneiras, com auxílio da filosofia, da religião, da ciência e da arte. A ciência, em especial, muito contribui para que esse ajuste possa realizar-se. Investigando, ou seja, observando, percebendo, medindo, o homem chega a certas generalizações que lhe são indispensáveis, para explicar, predizer e retrodizer os fenômenos, que perdem, assim, o caráter “caótico” de que se revestem, a um primeiro exame, para se verem “integrados” em sistemas criados precisamente com o objetivo de permitir aquele ajuste intelectual com o meio. (HEGENBERG, 1974, p. 15)

Segundo esse pensamento, é uma atividade humana ajustar as formas do mundo para formas inteligíveis, ou seja, transformar o que é empírico e – no dizer do autor – caótico em algo intelectualmente processável, a fim de que possa ser item constante de uma cadeia de conhecimentos que permitam interagir com o mundo de maneira organizada. Essa atividade de organização passa pelo nível conceitual, o de analisar, detalhar, sintetizar e (re)apresentar os objetos/fenômenos mundanos para que possam fazer parte de uma realidade intelectual que possa ser – em parte – compartilhada com outros seres humanos.

O que é dado no mundo, a realidade material, compõe apenas uma parte do universo com que o indivíduo lida. O que é tangível, sensível ou experienciável não se traduz em unicidade. As abstrações conceituais são tão importantes como a possibilidade de experimentar fenômenos, uma vez que são essas abstrações que não de compor a tradução de qualquer experiência (real ou virtual) para que outros indivíduos possam conhecer ao menos por meio dessas abstrações conceituais experiências que, de fato, não puderam experimentar.

Essa (re)apresentação do mundo sob forma conceitual – advinda das operações mentais do homem – não surge pronta após qualquer experiência. Ela

necessita de uma codificação, e é precisamente aí que reside mais um problema relacionado à atividade de conceituar as – por assim dizer – formas do mundo. Os diferentes códigos utilizados pela humanidade servem de ferramenta para traduzir o experienciável e dar-lhe nomes e características, a fim de que seja possível estabelecer limites para que o intelecto possa se organizar. Como os códigos não são de todo semelhantes (há apenas aproximações estruturais e de ordem do preenchimento semântico das palavras), ocorre essencialmente uma atividade de segunda tradução: do que se experimenta para o código exprimível³. Por esse raciocínio, resulta claro que de um código para o outro (ou mesmo dentro de um mesmo código), há operadores que se atualizam a depender de variáveis como local, tempo, natureza do registro (maior ou menor formalidade, ou tensão) etc.

Esse problema de tradução do mundo é alvo de preocupação científica. Provavelmente, a ciência – a julgar pela tradição da *física* grega – tenha definido seu lugar no campo dos conhecimentos justamente por fornecer ferramentas que operem com o fator de distinção de um empirismo sensível a uma epistemologia mais rigorosa. Para retornar aos gregos, é possível dizer que muito da filosofia platônica se voltava a esse fenômeno. Em sua *alegoria da caverna*, é possível perceber uma distinção entre o mundo percebido (irreal, ilusório) e o mundo em si de realidades intangíveis (o Hiperurânio). As *ideias* (no sentido platônico) representam o conhecimento, porque são vistas como uma realidade imutável⁴. Mesmo que, séculos mais tarde (ou anteriormente, se considerados os sofistas), o perspectivismo surgisse para desmontar a ideia de imutabilidade, fica fulcrada, no ponto fundamental da filosofia ocidental, a necessidade de estabelecer conceitos para fazer uma distinção do mundo.

Ao passo que o pensamento ocidental se especializava, a necessidade de organização dos conhecimentos crescia exponencialmente. A grande demonstração disso é a taxonomia aristotélica dos conhecimentos (o que foi, com efeito, muito além da divisão de classes e espécies): a separação do que é física, metafísica, poética, retórica, lógica e demais divisões do conhecimento. O período sistemático da filosofia é o que ratificou a organização do que é inteligível pautada no agrupamento de conhecimentos especializados de diferentes naturezas.

Não é a pretensão fazer um extenso apanhado da evolução da epistemologia. Na verdade, o descrito até então, serve apenas para exemplificar como foi preciso apostar em uma estratégia de organização da atividade intelectual humana, para que o conhecimento pudesse possuir regras que o tornassem cumulativo. Essa estratégia de organização é o que serve de princípio para a compreensão humana, porque ela não se dá necessariamente pela experiência, ou seja, estar no mundo e operar

³ Por “código exprimível” não se entenda apenas linguagem verbal. Evidentemente, há diversas formas de estabelecer a tradução do que se experimenta.

⁴ Ao estabelecer essa imutabilidade das ideias, o pensamento platônico perde muito em prolificidade.

intelectivamente sobre ele são fenômenos distintos. Todavia é preciso ressaltar que isto não pode sequer ser pensado sem aquilo.

Tomando como certa a necessidade de definições, deve-se inquirir sobre como podem ser realizadas. Tradicionalmente, há dois elementos componentes de uma definição que merecem destaque: o *definiendum* e o *definiens*. Grosso modo, considera-se *definiendum* aquilo que se pretende definir e *definiens* o conjunto de sentidos, significados ou extensões que podem ser atribuídas ao seu *definiendum*⁵. Essa noção básica serve para estabelecer qual tipo de definição será o alvo dessa discussão.

Em uma obra datada de 1953 (em sua primeira versão na Língua Inglesa, vertida para a Língua Portuguesa em 1974), Irwing Copi trata das definições⁶ como uma base necessária para o estudo da Lógica. O autor versa sobre cinco tipos de definição, partindo do pressuposto de que “uma definição pode ser expressa de duas maneiras: falando sobre o símbolo definido, ou falando daquilo a que se refere.” Convém, portanto, explanar quais são esses tipos de definição e quais são suas particularidades.

Copi distingue cinco tipos de definições, a saber: estipulativas, lexicográficas, aclaradoras, teóricas e persuasivas. De acordo com o autor, tem-se a definição de natureza **estipulativa** quando se busca definir um termo inteiramente novo, que é apresentado pela primeira vez. Há liberdade na definição estipulativa, pois – no momento em que se opera – o definidor⁷ é livre para selecionar os termos com que há de preencher o *definiens* do *definiendum* em questão. Essa característica de escolha dos termos confere arbitrariedade à definição estipulativa, o que – a depender da situação em que é empregada – pode ser ineficaz (por ser simplória) ou inútil (por ser por demais complexa).

Uma definição **lexicográfica** deve ser empregada sempre que a finalidade estiver voltada para a eliminação da ambiguidade a respeito de algum termo ou se a finalidade for expandir o vocabulário. Deve-se ressaltar que uma definição **lexicográfica** relaciona-se com termos já existentes no vocabulário, ou seja, não há a introdução de um termo novo. Pode-se operar uma definição desse tipo em uma situação na qual haja mais de uma maneira de empregar o mesmo termo, destarte, a definição será operada para incluir mais um conjunto de *definiens* ao *definiendum*.

O terceiro tipo de definição é denominado: definição **aclaradora**. Essa nos interessa particularmente em razão do que o autor explicita – na comparação com as definições vistas até aqui:

⁵ Como se vê em COPI (1978): *símbolo que se deve definir é chamado de definiendum, e o símbolo ou grupo de símbolos usados para explicar o significado do definiendum têm o nome de definiens.*

⁶ A obra em si não versa exclusivamente sobre definições. Trata-se, na verdade, de uma introdução à Lógica; entretanto possui uma descrição rica para o estudo das definições.

⁷ Esse termo será usado para designar o indivíduo que opera o processo de definição, qual seja ele.

As definições estipulativas e lexicográfica não podem servir para reduzir o caráter vago de um termo. Uma expressão é vaga quando da origem aos casos limítrofes, de modo que é impossível determinar se o termo lhe deve ser ou não aplicado. O uso corrente não pode servir como recurso para uma decisão, visto que não seria suficientemente claro sobre a questão – se fosse, o termo não seria vago. Portanto, para chegar a uma decisão é necessário transcender o uso corrente; uma definição capaz de ajudar a decidir os casos limítrofes deve ir além do que é puramente lexicográfico. Poderemos dar a tal o nome de *definição aclaradora*. (COPI, 1978, p. 116-117)

Para o autor, a vagueza que as definições estipulativas e lexicográficas podem criar está relacionada à capacidade de uma seleção múltipla de conteúdos para compor o *definiens* de um *definiendum* qualquer. Não que os parâmetros para o estabelecimento de definições estipulativas ou lexicográficas sejam vagos, não é esse o mérito do raciocínio. Trata-se, com efeito, de uma reflexão que – provavelmente – pode expor o fato de a composição do conjunto que formará o *definiens* (estipulativamente ou lexicograficamente) ser, de certo modo, menos regrada do que se pretende a composição aclaradora de um *definiens*. Segundo o autor, não se aplicam os critérios de verdade ou falsidade para uma definição aclaradora, pois parece ser mais sensato discutir a noção de conveniência ou inconveniência da definição.

O quarto tipo de definição que o autor apresenta é denominado **definição teórica**. De acordo com sua reflexão, entende-se que tais definições estão amparadas por convicções relativas a teorias, ou seja, uma definição teórica possui seu *definiens* pautado em um tipo peculiar de entendimento atrelado a um conjunto de conhecimentos. Isso quer dizer que as teorias são o fundamento para que sejam realizadas as definições de caráter teórico. Evidentemente, essas definições são suscetíveis a alterações, uma vez que as teorias são alvo de discussão e constante atualização – a depender da evolução do conhecimento humano. Os sistemas filosóficos estão repletos de definições teóricas que lhes dão sustentação ao mesmo tempo em que servem de sustentáculo para novas definições da mesma natureza. A preocupação do filósofo ou do cientista está mais em adaptar as definições ao sistema de que comungam do que o contrário; o que sugere mais um exercício de retórica do que um exercício de pesquisa.

Por fim, Copi indica o quinto tipo de definição: **definição persuasiva**. Segundo o pensamento do autor, o propósito desse tipo de definição é influenciar atitudes. A função de uma definição persuasiva não é referencial, é emotiva; ou seja, um *definiens* enunciado em linguagem emotiva pode ser instrutivo e influenciador ao mesmo tempo. Textos que buscam a adesão do leitor a qualquer custo costumam valer-se desse tipo de recurso.

Ao fim desse pequeno entrecurso teórico, é possível estabelecer um pequeno quadro comparativo dos tipos de definições para Irwing Copi:

Tipo de definição	<i>Definiendum</i>	Propósito	<i>Definiens</i>
Estipulativa	Termo inteiramente novo; apresentado pela primeira vez.	Propósito de instrução.	Selecionado para identificar características que possam exprimir o minimamente a proximidade com o <i>definiendum</i> , quando não meramente convencionalizada.
Lexicográfica	Termo que não precisa ser necessariamente novo. Semelhante ao trabalho de dicionarização.	Propósito de desambiguação.	Conjunto de características que podem ser avaliadas nos critérios de verdade e falsidade quando analisadas no léxico de uma língua.
Aclaradora	Termo que não precisa ser necessariamente novo. Busca eliminar a vagueza que pode ser proveniente de definições de natureza estipulativa ou lexicográfica.	Propósito de precisão.	Seleção criteriosa de características que sejam, o menos possível, partilhadas por outros elementos que não lhe sejam correlatos.
Teóricas	Termo que não precisa ser necessariamente novo.	Propósito de sistematização.	Caracterização teoricamente adequada aos objetos a que se aplica.
Persuasivas	Termo que não precisa ser necessariamente novo.	Propósito de persuasão (de influenciar atitudes).	Caracterização feita em linguagem emotiva.

Essa tabela é uma demonstração de como a reflexão a respeito do processo humano de atribuir características a objetos (físicos ou teóricos) passou por especialização. Tomando como base a reflexão de Copi, é possível discorrer a respeito dos procedimentos de definição, ou seja, quais são as técnicas utilizadas para associar *definiendum* a *definiens*.

O autor julga que é possível dividir as técnicas de definição em dois grupos – com base na denotação (também dita *extensão*), o primeiro; com base na conotação (*intensão*), o segundo.

Definições baseadas na extensão podem ser realizadas com base no processo de demonstração (*ostensão*) e no processo de exemplificação. Este procedimento consistiria na enumeração de vários termos cujo *definiens* tenha uma extensão análoga; ao passo que aquele seria exemplificado pelo simples ato de o indivíduo apontar para algo que queria definir e proferir a sentença “x é isto”. Nos dois casos, deve entrar em ação uma operação mental que seja capaz de captar a maior quantidade de caracterizações que formariam o *definiens* do *definiendum* em questão, qualquer que seja.

Definições baseadas da intensão, ou conotativas, podem ser sinonímicas ou operacionais. As primeiras são comumente feitas em compêndios ou dicionários (em grande parte) – usualmente quando se busca atribuir um significado semelhante entre duas palavras. Uma definição feita por sinonímia possui limitação, uma vez que não há que se falar em sinônimos exatos ou “perfeitos”. Isso também faz com que não seja possível sua utilização em definições aclaradoras ou teóricas.

Há, entretanto, um tipo de definição de natureza conotativa que pode servir mais especificamente à ciência: tal é a definição operacional. Entende-se por definição operacional aquela que apresenta condições particulares e específicas para a seleção do *definiens* relativo ao *definiendum* alvo de definição. Um exemplo prático pode ser a noção de peso de algum corpo – somente com as condições necessárias (uma balança, um sistema de medidas, uma forma de auferir a precisão das medidas etc.) a fim de que seja possível quantificar e exprimir a qualquer noção de peso. Uma definição operacional pode tem sua utilidade justamente pelo fato de ser específica e limitadora. Ela deve servir a um propósito específico⁸ – o que justifica sua existência e diminui alguns hiatos de especulação provenientes da falta de precisão (mesmo que relativa) de outras definições.

De acordo com essa explanação, é possível estabelecer um quadro comparativo relativo às técnicas de definição:

Técnica	Princípio	Tipo
Denotativa	Extensão	Exemplificativas Demonstrativas (ostensivas)
Conotativa	Intensão	Sinonímicas Operacionais

Há que se pensar que – mesmo que coexistentes – essas técnicas de definição são distintas, porém não excludentes. Por mais que seja possível adotar um princípio

⁸ Todas as definições operacionais precisam contar com um método de medição ou de avaliação.

e tomá-lo como correto no momento de estabelecer o conjunto de *definiens* de um *definiendum*, a operação de atribuir identidades semânticas, por assim dizer, àquilo com que o homem se relaciona; definir continua sendo um problema epistemológico. Isso se afirma principalmente porque, definidos tipo e técnica, é mister perscrutar a respeito da existência de regras para se realizar uma definição.

Copi (1978) postula que há cinco regras para avaliar as definições, uma vez que propostas. Segundo o autor, essas regras se aplicam – primordialmente – às definições lexicográficas. Ei-las (as regras):

1. Uma definição deve indicar os atributos essenciais da espécie.
2. Uma definição não deve ser circular.
3. Uma definição não deve ser excessivamente ampla nem excessivamente estreita.
4. Uma definição não deve ser expressa em linguagem ambígua, obscura ou figurada.
5. Uma definição não deve ser negativa quando pode ser afirmativa.

Nota-se, por meio dessas regras, que a normatização sugerida por Copi (1978) para estabelecer uma definição – ainda de lexicográfica – pode ser um caminho para pensar demais tipos de definição. Talvez, para aquiescer à necessidade de outros tipos de definição, condições ulteriores devessem ser acrescentadas. Para uma definição teórica, seria possível acrescentar a regra de que *uma definição teórica não pode contradizer o princípio básico da teoria à qual está filiada*; para uma definição aclaradora, seria possível acrescentar a regra de que *uma definição aclaradora não pode conter elementos vagos*; para uma definição persuasiva, seria possível acrescentar a regra de que *uma definição persuasiva não pode ser desprovida de apelo emotivo*.

Regras previamente estabelecidas; esforços concentrados na tentativa de compreender o procedimento para se chegar a uma definição e o que resta? Qual pode ser considerado o resultado imediato de um processo de definição? Ao que parece, essa atividade mental, que trata essencialmente da abstração para a criação ou para a atualização de elementos organizadores do pensamento, resulta em algo que se pode traduzir – por uma tentativa ainda que grosseira – como um conceito. Ou seja, operam-se definições a fim de que seja possível chegar a conceitos. Questiona-se – portanto – se é possível distinguir uma definição de um conceito. Tentemos estabelecer uma distinção.

Para acrescentar ao já mencionado, atente-se para o que se lê no Dicionário de Filosofia de Niccola Abbagnano (2012) a respeito do que é uma definição em um paradigma filosófico:

Declaração da essência. Distinguem-se diversos conceitos de D., que correspondem aos diversos conceitos de essência (v.), mais precisamente: 1º conceito de D. como declaração da essência substancial; 2º conceito de D. como declaração da essência nominal;

3Q conceito de D. como declaração da essência-significado. (ABBAGNANO, 2012 p. 235)

Desse modo, entende-se que uma definição busca – por meio da relação entre *definiendum* e *definiens* – identificar a essência do que se está para definir. Essa discussão se volta mais à Ontologia do que à Lógica propriamente falando, entretanto sua utilidade é visível se considerarmos que uma definição parece estar às voltas com uma visão mais tangível, mais física – por conseguinte –, da relação entre o que se busca definir e o que se faz para isso. Distinguem-se, na verdade, três modalidades de declaração da essência: uma substancial, uma nominal e uma pautada pelo significado (que seria a síntese das anteriores). A declaração de essência substancial é contrária ao Nominalismo – que acredita na irrealidade e no caráter meramente abstrato dos *universais*, ou seja afirma que entidades sem existência autônoma são caracterizadas como nomes, como um meio convencional para a compreensão de objetos singulares.

Na discussão a respeito das definições, Abbagnano (2012) cita a obra de Boécio⁹ (*De Diffinitione*) para identificar 15 espécies de definição, o que pode contribuir com o que está sendo discutido. A fim de que seja possível identificar didaticamente as espécies apontadas por Boécio, sintetizou-se o seguinte quadro:

Espécie	Características
Substancial	Tenta identificar a substância.
Nocional	Indica mais o que o objeto faz, menos o que ele é.
Qualitativa	Vale-se de uma qualidade do objeto.
Descritiva	Feita com características peculiares ao objeto.
Verbal	Trata-se de esclarecer a palavra com outra palavra.
Por diferença	Consiste em esclarecer a diferença entre dois objetos.
Por metáfora	Consiste em fazer uma comparação subentendida, na aproximação de

⁹ Anício Mânlio Torquato Severino Boécio (em latim: Anicius Manlius Torquatus Severinus Boethius, Roma, ca. 480 — Pavia, 524 ou 525), também conhecido como Severino Boécio ou simplesmente Boécio, foi filósofo, poeta, estadista e teólogo romano. Suas obras tiveram uma profunda influência na filosofia cristã do Medievo. Inclui-se entre os fundadores da Escolástica.

	características comuns entre dois objetos.
Por privação do contrário	Consiste em dizer o que o objeto não é.
Por hipotipose	Elaborada pela fantasia.
Por comparação com um tipo	Tentativa de aproximar um objeto de outro em uma comparação direta.
Por falta de plenitude do mesmo gênero	Identificação de uma característica ausente entre elementos da mesma natureza do objeto.
Laudativa	Feita por meio de louvor ao objeto.
Por analogia	Relação de semelhança funcional entre objetos.
Relativa	Descreve-se pela relação de peculiaridades.
Causal	Demonstra-se a relação de causa do objeto.

O que fica evidente, pela explanação posta no quadro anterior, é que os tipos de definição apontados por Boécio estão relacionados à natureza procedimental de uma definição. Deve-se atentar para o fato de que a coluna que erige as características das definições apresenta os procedimentos de elaboração, demonstração, levantamento de características como fundamentais para operar a definição.

Ainda é possível estabelecer um cotejo entre os procedimentos indicados por Copi e os procedimentos que se identificam em Boécio: mais de um milênio separa dos dois textos e, ainda assim, não parece ter havido muita distinção entre esses procedimentos, a não ser por um princípio que parece ser mais regrado em Copi, uma vez que desconsidera diversas estratégias que ficam claras em Boécio, tais como as espécies laudativa e hipotipose.

Também fica claro que o procedimento de privação do contrário – presente em Boécio – não é recebido com atenção na obra de Copi, na verdade esse procedimento é praticamente desaconselhado pelo autor, uma vez que postula a necessidade de buscar definições que não sejam expressas por meio de uma negação. Uma definição verbal em Boécio parece ser semelhante ao que Copi identifica como uma definição lexicográfica; ao passo que as definições estipulativas deste autor podem ser identificadas como reconfigurações das definições substancial, qualitativa, nocional e descritiva daquele. A não ser pelo rigor relativo à seleção dos elementos componentes do *definiens*, parece que a questão das definições não avançou muito no terreno da

Filosofia. Como mencionado anteriormente, entende-se um **conceito** como o resultado do procedimento de definição¹⁰. Tratar-se-á, por meio desse raciocínio, dos conceitos e de sua compreensão teórica – à exceção dos conceitos provenientes do procedimento de definição substancial, pois tendem a ser menos abstratos. Abbagnano (2012) aponta o verbete em seu dicionário de Filosofia da seguinte maneira:

Em geral, todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis. Assim entendido, esse termo tem significado generalíssimo e pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico, seja qual for o objeto a que se refere, abstrato ou concreto, próximo ou distante, universal ou individual etc. (ABBAGNANO, 2012, p. 164)

Note-se, nessa especificação de conceito, que o autor considera que conceito é, antes de tudo, um processo. Nesse sentido, seria tão somente um sinônimo de definição, entretanto não é essa a posição que será defendida aqui. Esse processo a que o autor alude parece ser permeado por classificação, descrição e previsão dos objetos cognoscíveis. Talvez, pela infelicidade da sinonímia, seja uma tarefa árdua separar definição de conceito – principalmente porque é costume evitar repetições que pareceriam viciosas com o emprego de termos de semântica aproximada.

O autor ainda fala de sinal ou procedimento semântico. Bem, isso direciona mais a reflexão sobre a natureza de um conceito como algo que se separa essencialmente da concretude. Dito de outro modo: conceito é menos concreto, pois resulta de uma operação mental / um procedimento mental de definição. Há dois grandes desafios quando se discute um conceito – o primeiro é compreender sua natureza; o segundo é compreender sua função. A discussão a respeito da natureza de um conceito se volta (como a da natureza de uma definição) à Ontologia, portanto, perscrutar sobre a realidade essencial de um conceito é uma atividade que dependerá da convicção filosófica adotada para a reflexão. Entretanto, há algo que pode ser identificado como essencial a um conceito: trata-se de uma realidade abstrata de essência animada, ou seja, que está calcada nas convicções da alma (na acepção cognoscente) do indivíduo. Desse modo, pode-se chegar à conclusão de que um conceito é uma realidade cognoscível acerca de um objeto e uma definição é um procedimento cognoscente sobre esse mesmo objeto. Talvez a própria origem dos termos ora em discussão sirva para esclarecer algumas nuances de distinção para o par conceito-definição.

Precipuamente considerado, **conceito** é proveniente da forma latina *conceptus*, o particípio passado de *concipio*, que significa “tomar juntamente”, “reunir” ou “recolher”. Definição tem sua origem em *definitio*, algo como uma exposição de características. Pretende-se, com isso, reforçar a proposição anterior de que um

¹⁰ Essa é a razão que explica o trabalho de pesquisa realizado até o presente momento, isto é, não é possível discutir um conceito sem discutir – primeiramente – a natureza das definições.

conceito é o resultado de um procedimento de definição, ou seja, enquanto a atividade de definir consiste em um procedimento empregado para estabelecer um critério a ser empregado para selecionar as características de um objeto, o conceito é o resultado dessa seleção, organizado e sistematizado em função do critério adotado no procedimento de definição.

Quanto à função do conceito, é plausível dizer que ela está relacionada ao tipo de definição de que se parte para chegar ao resultado conceitual. Assim, compreende-se a divisão das funções conceituais como:

Função do conceito	Procedimento de definição	Propósito da definição	Emprego usual
Conceito estipulativo	Estabelecimento de um conjunto novo de <i>definiens</i> para um <i>definiendum</i> .	Para aumentar o vocabulário.	Na criação de um novo conceito ou para indicar um novo objeto.
Conceito lexicográfico	Estabelecimento de um conjunto de <i>definiens</i> para um <i>definiendum</i> .	Para eliminar a ambiguidade.	Na explicitação básica de um objeto, a exemplo de um dicionário.
Conceito aclarador	Seleção rigorosa de <i>definiens</i> para um <i>definiendum</i> com vistas a compreendê-lo particularmente.	Para aclarar o significado.	Na tentativa de elucidar questionamentos sobre a natureza específica de um objeto.
Conceito teórico	Seleção de <i>definiens</i> com base em uma orientação teórica determinada para compreender um <i>definiendum</i> .	Para explicar teoricamente.	Na fundamentação de uma teoria, para garantir sua base de reflexão.
Conceito persuasivo	Seleção de <i>definiens</i> para persuadir o indivíduo sobre a natureza do <i>definiendum</i> .	Para influenciar atitudes.	Na elocução que busca o convencimento a respeito de ideias defendidas.

Essa divisão, por didática que seja, não deve ser considerada em aspectos excludentes, ou seja, não é possível afirmar que um conceito aclarador jamais possuirá também procedimentos concernentes a uma teórica. Algumas das definições podem se configurar de maneira híbrida, portanto, os conceitos delas resultantes terão natureza semelhante.

Estabelecida a distinção entre definição (procedimento) e conceito (resultado). Devem-se investigar quais são as características notáveis de um conceito. De acordo com Hardy-Vallée (2013):

Os conceitos são universais abstratos, organizados sistematicamente, que aplicam a representação de propriedades invariantes de uma categoria a objetos particulares em função de um critério. O conceito serve diferentes funções epistemológicas (inferência, categorização, gnosiologia, linguagem) e metafísicas (taxonomia normativa e modalidade). (HARDY-VALLÉE, 2013, p. 20).

Consoante essa reflexão, fica claro que ao menos duas características notáveis de um conceito são o *invariante* e o *critério* utilizado para categorizar os objetos cognoscentes. Entender-se-á, sob a perspectiva trabalhada, que a critério adotado para se chegar a um conceito é muito semelhante ao que entendemos como o processo de definição. Assim, a função de um conceito está intimamente atrelada ao processo de definição adotado para que seja possível realizar a abstração que nele resultará.

Usualmente, em um trabalho de natureza científica (que necessita por demais de conceitos e definições), o ponto de partida para a reflexão acerca da tese debatida é um referencial teórico. Essa pedra fundamental dos estudos está calcada em uma série de conceitos, todos provenientes de processos de definição que não são, necessariamente, únicos ou mesmo confluentes. Cabe ao pesquisador a responsabilidade de estabelecer os limites em que trabalha, a fim de que sua fundamentação garanta a solidez de suas discussões.

Contudo, nem sempre esses limites de conceito e de definição estão claros nos referenciais teóricos científicos. Isso gera um problema fundamental, o qual se optou por chamar o problema¹¹ das definições. Não se utilizou o nome referente a conceitos (o problema dos conceitos) porque do caminho para se chegar a um conceito passar pelos procedimentos de definição, logo, trabalhar com o resultado (a abstração conceitual) exige uma visão acerca da parcialidade presente no trabalho de definição. Essa discussão resvala, *a priori*, na metodologia adotada pelo pesquisador para exercer o seu trabalho, entretanto, pode-se a ela voltar quando surgirem descontinuidades conceituais que impeçam ou dificultem a atribuição de maior clareza a uma reflexão empreendida.

Conforme visto, há definições que podem resultar em conceitos de natureza mais prolífica para o trabalho do pesquisador, uma vez que extrapolam a mera convenção e superam os limites da simples ampliação de vocabulário. Trata-se, com efeito, das definições aclaradoras e das teóricas, porque seu resultado coaduna

¹¹ Entenda-se o nome “problema” não como algo de negativo, mas como uma idiosincrasia científica, responsável por fomentar várias das discussões no campo das pesquisas de caráter bibliográfico.

conceitos aclaradores e teóricos, esses que – por sua vez – servem bem à reflexão, pois demonstram um acumulado de conteúdos específicos, provenientes de provocações intelectuais.

Determinadas fragilidades conceituais podem resultar em efeitos diversos para uma pesquisa, não necessariamente prejudiciais. Entende-se que essas fragilidades podem também ser provenientes da dificuldade de na tradução de bases teóricas – principalmente porque na tradução há significativa perda dos conceitos pretendidos pelos autores dos textos originais. Evidentemente que isso não impossibilita o trabalho, mas exige mais acuidade e rigor no tratamento dos assuntos, a exemplo de traçar um *continuum* relativo aos procedimentos de definição dos conceitos utilizados na fundamentação teórica.

Um dos efeitos colaterais de uma pesquisa sem uma base conceitual bem estabelecida procedimentalmente é a descontinuidade. Parte-se de um conceito elaborado momentaneamente, sem ser necessariamente um conceito de definição operativa, para discutir algo que dele deriva. Isso gera uma possibilidade por demais extensa de ressignificações para apenas um conceito, o que pode esvaziá-lo pela banalização e influenciar diretamente os resultados do trabalho dele derivado. Essa vagueza ocorrerá pela dificuldade de se encontrar o elemento invariante do conceito, no sentido de Hardy-Vallée (2013), toda vez em que se desconsiderar a importância da rigidez da base conceitual para o trabalho científico. Realmente, essa dificuldade repousa principalmente sobre as pesquisas nas áreas hermenêuticas, que exigem uma heurística bem fundada para relativizar suas reflexões.

Crê-se que há uma descontinuidade severa relacionada ao conceito de inferência, principalmente quando utilizado em trabalhos voltados à formação do leitor (à capacidade de interpretação, ao reconhecimento dos sentidos do texto) cuja base (das pesquisas) se revela – de maior parte – calcada na Linguística Textual. A fim de contribuir com os estudos que necessitam de um referencial focado nas inferências, busca-se proceder a uma reunião dos conceitos de inferência, bem como de seus procedimentos de definição (na medida do possível). Assim, será possível propor um projeto de evolução e reformulação desse conceito, com vistas a facilitar a identificação dos tipos de conceito de inferência mais utilizados.

CAPÍTULO 2: TENTATIVA DE ARQUEOLOGIA

Esta seção se volta para a análise de diversos usos do termo “inferência”, para identificar a origem das discontinuidades que dificultam o trabalho específico com o fenômeno inferencial. O que se propõe, fundamentalmente, é discutir a natureza de uma definição e de um conceito – a fim de criar um quadro que permita refletir sobre o objeto (conceito de inferência) de maneira sistematizada. Como se parte do princípio de que há uma discontinuidade conceitual, é fundamental compreender quais são os procedimentos de definição que podem levar a evolução de um conceito à discontinuidade teórica.

Após essa discussão, propõe-se organizar a maior quantidade de conceitos que se pôde identificar, analisar suas bases epistemológicas e discutir a natureza das definições que foram empregadas para obter tais conceitos como resultado. O propósito disso é buscar uma possibilidade de classificação para as inferências.

Entende-se que esse processo seja uma arqueologia conceitual: reunir visões teóricas sobre um mesmo objeto que, *a priori*, parece estar bem definido em algumas linhas de investigação, mas que, em uma análise mais acurada, revela-se relativamente disperso e não objetivo.

Para iniciar o trabalho, convém distinguir três linhas de estudo principais (as quais servirão de bases para comparação) que costumam utilizar a terminologia relacionada ao conceito de inferência¹². A saber: a Lógica (entendida em sua amplitude, como a Clássica, a Moderna e, de certo modo seu diálogo com a Semântica Formal), a Linguística Textual (e suas áreas envolvidas) e a Psicolinguística (que transita entre a especulação teórica e a prática com os processos neurológicos).

2.1 – O ponto de partida – a Lógica

¹² Tentarei empregar o termo “inferência” da maneira mais neutra conceitualmente ao longo da pesquisa. Isso há de se repetir até a proposição do conceito que virá como resultado das análises que serão realizadas.

O início da reflexão a respeito desse termo será dado da maneira mais óbvia possível para a investigação de um conceito: por meio da análise lexical, ou seja, partido das informações que alguns dicionários especializados trazem a respeito do termo “inferência”.

Jean Dubois (1992) assim define inferência:

Classificação: Semântica

Definição: Acto ou série de actos de raciocínio que as pessoas realizam quando, a partir de uma proposição ou conjunto de proposições, P, concluem uma proposição ou conjunto de proposições, Q, ou quando a partir de um conceito C1 concluem um outro conceito C2. As inferências proposicionais podem ser válidas ou inválidas. Assim, existem várias regras de inferência que nos permitem verificar se uma determinada inferência foi realizada ou não de acordo com essas regras. Algumas dessas regras são: conjunção, simplificação, modus ponens, modus tollens, etc. (DUBOIS, 1992, p. 652).

O conceito apresentado faz parte de um dicionário de termos linguísticos e demonstra ser o resultado de uma definição aclaradora. Trata-se de uma visão mais voltada para uma operação de associação de elementos em uma proposição, ou seja, essa visão está mais próxima aos estudos lógicos. O que se destaca nesse conceito de inferência apresentado pelo autor é a valorização do ato de raciocínio ou à série de atos de raciocínio, portanto, fica evidente que a inferência é uma operação do intelecto. Apesar disso, esse conceito está limitado pela teoria que embasa seu procedimento de definição, a saber: a análise silogística. Falar em regras de inferência previamente formatadas (*modus ponens*, conjunção, simplificação etc.) significa admitir que o raciocínio seja estruturado também por meio de regras - o que é parcialmente plausível. Desse modo, as inferências seriam julgadas como válidas ou inválidas, o que faria da inferência algo restrito a um cálculo regrado de interpretação. Esse será o ponto de partida quando a perspectiva diacrônica for considerada a respeito das inferências, uma vez que – na filosofia aristotélica – a inferência era o resultado do cálculo proposicional.

Na perspectiva de Nicola Abbagnano (2012):

INFERÊNCIA (in. *Inference*; fr. *Inference*; ai. *Inferiren*; it. *Inferenza*). No latim medieval, encontra-se em muitos lógicos o termo in/erre, que designa o fato de, numa conexão (ou *consequentia*) de duas

proposições, a primeira (antecedente) implica (ou melhor, contém por "implicação estrita") a segunda (consequente). Na filosofia moderna, o termo "I." é preferido pelos anglo-saxões, ao passo que, em língua italiana, se prefere *illazione* (ilação). Na língua inglesa, esse uso é muito amplo, significando desde implicação (v.), como p. ex. *emjvons* e, em geral, nos lógicos ingleses do séc. XIX, até o processo mental através do qual, partindo de determinados dados, se chega a uma conclusão por implicação ou mesmo por indução (Stebbing, Dewey), Stuart Mill diz: "Inferir uma proposição de uma ou mais proposições antecedentes, assentir ou crer nela como conclusão de qualquer outra coisa, isso é raciocinar no mais amplo significado do termo" (*Logic*, II, 1, 1). Essa palavra é empregada com o mesmo sentido generalíssimo por Peirce (*Chance, Love and Logic*, cap. VI) e por muitos lógicos contemporâneos (Lewis, Reichenbach, etc.). Dewey distinguiu a i. como relação entre signo e coisa significada, da implicação, que seria a relação entre os significados que constituem as proposições (*Logic*, Introdução; trad. it., p. 96), mas essa proposta não teve seguidores. (ABBAGNANO, 2012, p. 562)

Nesse verbete do "Dicionário de Filosofia", o autor traz uma compilação de informações pautadas na origem do termo e em seu emprego, o aponta para um processo de definição mais funcional. Parte-se, como no conceito anterior, da característica que prende a inferência à base epistemológica dos estudos lógicos – haja vista a menção reiterada às proposições, bem como aos estudiosos que foram representativos para a Lógica (Lewis, Reichenbach etc.). O que se destaca nesse conceito é inclusão de "processo mental através do qual, partindo de determinados dados, se chega a uma conclusão". Claramente não se abandona a noção de cálculo inferencial formado por uma estrutura de pensamento, entretanto abandona-se a imposição da palavra "proposição", o que pode ampliar mais a visão a respeito do conceito de inferência. Dito de outro modo: essa ampliação (a retirada da necessidade de uma proposição para realizar uma inferência) possibilita o trabalho com a noção mais larga do que esses "determinados dados" possam ser – a exemplo de indícios ou mesmo vazios semânticos que podem adquirir significação e resultar em uma inferência.

Essa definição mostra que a lógica possui uma relação praticamente genealógica em relação à inferência, pois ela (inferência) surge como um procedimento que serve ao aparato da disciplina em questão. Apesar de as definições dos dicionários serem mais aclaradoras do que lexicográficas, ainda pairam dúvidas a respeito da vasta possibilidade de significação que elas abarcam. Além disso, fica claro que há uma dificuldade para estabelecer a origem da palavra inferência – o que

dificulta o trabalho de arqueologia conceitual e que exige o estabelecimento de um ponto de partida cronológico / metodológico para poder progredir com a pesquisa.

O marco inicial para a revisão acerca do conceito de inferência será a Antiguidade Clássica¹³, pois os registros mais evidentes encontrados na revisão bibliográfica para o trabalho com a inferência são advindos dessa época.

A tradição aristotélica considera a Lógica como um instrumento do pensar, ou seja, estrutura o pensamento, dividindo-o em premissas e conclusões. A inferência reside no processo por meio do qual se chega a uma conclusão partindo da análise de uma ou mais proposições tomadas como premissas. Um dos exemplos mais corriqueiros desse processo analítico pode ser dado pela seguinte sequência:

- a) Todo homem é mortal.
- b) Sócrates é homem.
- c) Logo, Sócrates é mortal.

As premissas (a e b) permitem que o indivíduo conclua, por sua formulação, a informação presente em (c). Apesar da simplicidade do exemplo mencionado, pode-se identificar este como uma das primeiras maneiras de “perceber” a inferência: um processo baseado em pressupostos lógicos que regulam a análise de um conjunto de informações trazido à luz da racionalidade. Isso quer dizer que esse padrão, que será chamado de “inferência lógica”¹⁴ (devido a sua relação com a Lógica Formal), será utilizado para estabelecer comparações com os demais padrões a serem identificados, para que, com isso, possa se verificar se há alguma espécie de pareamento ou aproximação conceitual entre os demais “tipos” de inferência.

Uma das primeiras conclusões a que se pode chegar, no exame desse exemplo – por mais simples que pareça – é que a estrutura de aproximação das premissas permite traçar um raciocínio que identifica um elemento distintivo, o qual desponta como uma conclusão. No entanto, a conclusão é afeta ao indivíduo que opera um processo de raciocínio. Quer-se dizer com isso que a simples aproximação das premissas não gera uma conclusão, ela (a aproximação) tão somente permite que

¹³ A expressão Antiguidade Clássica deve ser entendida como os períodos pré-socrático, socrático e aristotélico da Filosofia Grega.

¹⁴ Entenda-se “inferência dita lógica”, pois o conceito de “lógica” é, também um pouco movediço e, de certo modo, é um conceito fundamental para pensar a noção de inferência.

alguém conclua, ou seja, que retire, por meio de um processo estruturado de raciocínio, os elementos de aproximação que hão de formar uma nova proposição (a conclusiva). Para Flood *apud* Coscarelli (1999), “as inferências não estão no texto, a responsabilidade pela inferência é do leitor”, o texto fornece informações, indícios, premissas, entre outros elementos, mas cabe ao indivíduo reunir esses quesitos e sintetizá-los em seu raciocínio. Desse modo, cabe estabelecer que há uma inferência e um processo inferencial¹⁵.

É ainda muito cedo para discutir o que pode ser entendido como processo inferencial. É preciso, ainda, refletir a respeito dos pressupostos que embasam a lógica clássica. Ao que consta da História, atribui-se a Aristóteles criação da Lógica. Não há registros de que alguém pensador anterior a ele tenha se empenhado em estabelecer leis para o *logos* (que significa, ao mesmo tempo, pensamento, razão, linguagem, oração e discurso). Nesse sentido, é lícito pensar que a teoria silogística de Aristóteles é a primeira tentativa de estabelecer – formalmente – o processo inferencial. Não é o mesmo pensador, com efeito, que iniciou os trabalhos com a avaliação das sentenças propostas em uma língua natural. Na verdade, o trabalho do filósofo grego foi motivado em razão da avaliação de disputas sofísticas em que o conteúdo das sentenças propostas estava sujeito a armadilhas linguísticas que poderiam “moldar” o pensamento de acordo com o interesse do explanador.

De acordo com o pensamento aristotélico:

Que alguns silogismos são verdadeiros, enquanto outros o parecem ser, embora não o sejam, é evidente. Esta confusão produz-se nos argumentos, tal como se produz em outras coisas, em virtude de uma certa semelhança entre o verdadeiro e o falso, sendo assim que, entre as gentes, há umas que têm saúde, enquanto outras só a parecem ter, porque se enfeitam e ornaram ao modo das vítimas imoladas pelas tribos nos sacrifícios; uns são belos por virtude de beleza natural, enquanto outros parecem belos a poder de se enfeitarem. O mesmo ocorre nas coisas inanimadas, em que umas são de ouro ou de prata verdadeiros, enquanto outras não são tal, ainda que o pareçam aos sentidos, por exemplo, os objetos de litargirina e de cassiterita parecem ser de prata, e os objetos de metal amarelo parecem ser de ouro. Do mesmo modo, o silogismo e o elenco umas vezes são verdadeiros, outras falsos, ainda que a inexperiência os tome por verdadeiros, porque as pessoas inexperientes são comparáveis às que olham as coisas de longe. O silogismo é um razoamento em que, dadas certas premissas, se extrai uma conclusão consequente e

¹⁵ Operação mental consciente que objetiva haurir conceitos as formas intelectivas a partir de indícios semânticos.

necessária, através das premissas dadas; o elenco é um silogismo acompanhado de contradição da conclusão. Ora é isto o que os sofistas não fazem, ainda que pareçam fazê-lo, por vários motivos. Um destes motivos, o mais natural e o mais frequente, decorre dos nomes, pois, como não é possível trazer à colação as coisas em ato, e em vez delas temos de nos servir dos seus nomes como símbolos, supomos que o que se passa com os nomes se passa também com as coisas, o que aliás se ilustra com o exemplo das pedras, próprias da arte do cálculo. (ARISTÓTELES, 1999, p. 79-80)

A constatação aristotélica a respeito do trabalho com a linguagem, conseqüentemente com o pensamento, parte de uma avaliação relacionada à natureza das coisas como manifestação em ato, ou seja, aquilo que é de que temos experiência. Como explica o filósofo, o indivíduo utiliza a palavra como um símbolo da coisa do mundo. Chamemos a isso de processo de representação, crendo que essa representação é atual e fidedigna. Ocorre que nesse processo não há garantia de acuidade para valorar como verdadeira toda e qualquer representação. Aí reside o problema do pensamento para o pensador: o fato de a representação não poder ser precisa revela a inconsistência e a falibilidade de realizar razoamentos sem um mecanismo que possa eliminar os erros de formulação.

Com isso, Aristóteles consegue haurir uma das necessidades mais prementes da avaliação semântica: o estabelecimento de uma ferramenta que permita ao indivíduo pensar de maneira que garanta a validade (leia-se fidedignidade) de suas conclusões. A lógica é vista como um instrumento do pensamento. As bases dessa heurística se encontram em sua obra denominada Órganon.

Como expoente do período sistemático da filosofia clássica, Aristóteles pretende organizar o conhecimento produzido até sua época de “atividade intelectual”. Com efeito, o trabalho aristotélico é semelhante a algo como uma taxonomia do conhecimento e – dentre os elementos que passaram pelo crivo racional do filósofo – a lógica funciona como um estruturador pautado nessa classificação.

Com a devida licença histórica, pode-se entender que a lógica é praticamente uma metalinguagem, que pretende impor um rigor metodológico para pensar a própria linguagem. Uma vez que a linguagem pode ser identificada como uma espécie de tentativa de representação (ainda que deficiente) do pensamento, o formalismo imposto pela lógica pretende organizar a expressão desse pensamento, mais do que isso: pretende organizar o próprio pensamento.

Com essa breve reflexão, busca-se dizer que as inferências lógicas (ditas lógicas) são estruturadas em uma base essencialmente linguística, em que se encontram os elementos que devem possuir saliência para orientar as premissas em razão de uma conclusão. Além disso, nota-se que há uma linearidade na demonstração de um silogismo que resulta em inferências dessa natureza. Das inferências lógicas, talvez, seja possível estabelecer um princípio geral da **economia interpretativa**¹⁷:

1. O que é logicamente inferido é evidente e saliente.

Explicitando mais esse princípio, é possível entender que nada lógico se conclui do que não está expresso sistematicamente em uma base textual (ao menos linguística), pois não se podem fundamentar premissas orientadoras de uma conclusão sem referentes evidentes e que possuam saliência na superfície textual. Diz-se que o processo de inferência que não está pautado em evidência e saliência resulta em uma natureza não lógica (de acordo com a nomenclatura previamente estabelecida) da inferência. Nesse caso, há outros processos intrincados de reflexão que tomam como essência relações de significação pautadas na ausência de determinados elementos, a fim de configurar pressupostos e subentendidos. De uma maneira geral, a inferência lógica não está associada a pressupostos ou subentendidos; ela deve ser fundamentalmente entendida como resultado de um processo de associação de elementos encadeados em um raciocínio silogístico (na acepção do silogismo aristotélico $A - B / C - A / C - B$). Pode-se analisar o princípio da necessidade de evidência e saliência por meio do seguinte exemplo:

- Todo cão é fiel.
- Nick é um cão.
- Logo, Nick é fiel.

A demonstração do resultado do pensamento acima estruturado só é possível, porque a sentença que assevera “Todo cão é fiel” está saliente e evidentemente se sabe o conteúdo semântico de todos os vocábulos tomados isoladamente e também

¹⁷ Disciplina que se pode desenvolver a partir de um estudo sistemático das inferências.

se tomados em conjunto. Na verdade, há evidência na estrutura proposicional, que pode estar representada sob a forma de signos linguísticos agrupados em uma relação sintática, ou sob a forma de uma expressão em linguagem matemática. De fato, a formalização do raciocínio deve ser expressa de maneira saliente, a fim de que seja possível chegar à conclusão apontada. Dentre as condições necessárias a esse cálculo, está a mínima capacidade de perceber a relação lógica envolvida – ou seja – basta que seja possível entender a forma do raciocínio, portanto, o resultado desse cálculo será uma inferência formal. Por isso, estabelecer-se-á que as inferências lógicas são inferências formais.

Verifica-se em grande parte da bibliografia que faz uso do conceito de inferência para explicar fenômenos como o do estabelecimento de coesão textual (Koch, 2010) identifica a inferência lógica (formal) como o tipo padrão de inferência ou o único tipo. Mesmo que não seja, esse conceito é o de que **partem** vários estudos que versam sobre língua e sobre estudos linguísticos.

Ao que parece, esse breve percurso teórico serviria para apontar a origem da noção de inferência: um ponto em que o conhecimento humano começava a ser rigorosamente sistematizado, ou seja, um momento histórico em que houve preocupação com o estabelecimento de regras para organizar o pensamento. As regras de composição dos silogismos permitiram identificar alguns procedimentos estruturados que fornecem os indícios para pensar a gênese do trabalho com as inferências. Tomar-se-á, por enquanto, esse pensamento de que uma inferência é o resultado de um silogismo estruturado para que haja de fato um ponto inicial do pensamento a respeito dos estudos inferenciais. Veremos, posteriormente, que muitas concepções da linguística contemporânea ainda apostam nessa noção lógica de inferência para explicar o processo inferencial. Isso não é um erro, mas uma limitação teórica que pode ter consequências comprometedoras para a compreensão desse processo em sua amplitude.

Na verdade, apenas o marco de partida para a compreensão da inferência (a Lógica) já oferece alguns pontos de atenção, os quais significaram pequenas alterações no modo de pensar o que é a inferência formal (a conclusão de um cálculo proposicional). Dois desses exemplos ficam a cargo de Guilherme de Ockham, que sugeriu a possibilidade de uma estruturação do silogismo com variáveis temporalmente presas (vide Willye, 2007) e Leibniz, que propôs a substituição de

idênticos como a única regra de inferência em seus cálculos lógicos, valendo-se da redução ao absurdo (vide Cass, 2013).

Assim, mesmo entendendo que – na evolução dos estudos da Lógica – houve o acréscimo de possibilidades ao cálculo inferencial, ainda deve ser compreendido que o conceito primário de inferência (pautado por uma definição aclaradora baseada na Lógica) a ser adotado pode ser resumido da seguinte maneira:

- Entende-se por **inferência lógica** o resultado de um cálculo formal operado com base em premissas estruturadas em uma sequência formal.

Acrescente-se que uma **inferência lógica** precisa ser o resultado aceito (inferência válida) de um silogismo; não basta apenas o resultado de um cálculo proposicional. Nesse caso, já é possível mencionar que os sofismas (mesmo que incorretamente estruturados) apresentam também uma inferência, mas tal inferência não pode ser considerada propriamente uma inferência lógica. É necessário avaliá-la sob outra perspectiva, talvez como uma inferência pragmática de natureza falaciosa.

2.1.1 – Classificação das inferências lógicas

As inferências lógicas estão fundamentadas em uma relação analítica que leva em consideração premissas estabelecidas, ou a síntese de um raciocínio em proposições. Dividem-se canonicamente as inferências lógicas em **dedutivas, indutivas, abduativas e condicionais**.

Em Abbagnano (2012), encontramos o seguinte esclarecimento a respeito da dedução:

Relação pela qual uma conclusão deriva de uma ou mais premissas. Na história da filosofia, essa relação foi interpretada e fundamentada de várias maneiras. Podem-se distinguir três interpretações principais: 1ª a que a considera fundada na essência necessária ou substância dos objetos a que se referem as proposições; 2ª a que a considera fundada na evidência sensível que tais objetos apresentam; 3ª a que nega que essa relação tenha um único fundamento e a considera decorrente de regras cujo uso pode ser objeto de acordo. (ABBAGNANO, 2012, p. 232)

Consoante esse pensamento, entende-se que a inferência dedutiva pode ser entendida, em uma das suas interpretações principais, como uma conclusão sobre um objeto particular com base em essências universais. O silogismo aristotélico, com as divisões de termo maior, termo médio e termo menor, serve como um claro exemplo da dedução que é tradicionalmente estudada em Lógica. Usualmente, considera-se a dedução como um procedimento de reflexão que parte do geral e se dirige ao particular (por meio da utilização dos operadores “todo” e “algum”).

A segunda inferência lógica é obtida por meio da indução, por isso, **inferência indutiva**. Trata-se de indução o raciocínio que parte da aceção particular com vistas a uma aceção universal. A ideia de causalidade é proveniente da repetida identificação de predicções a respeito de sujeitos particulares, o que resultaria na suposição de uma generalização dessas mesmas características a todos os objetos componentes da classe analisada. A indução é dificilmente demonstrável, pois seria necessário esgotar todos os casos e todas as condições para que a inferência resultante fosse considerada válida ou aceita, portanto, a indução é – de certa forma – menos científica do que a dedução.

A **inferência abdutiva**, o terceiro tipo que será aqui identificado, pode ser compreendida como o resultado do cálculo lógico-proposicional que se apoia sobre os indícios que apontam para a maior probabilidade de um evento. De acordo com Abbagnano (2012):

É um processo de prova indireta, semidemonstrativa (teorizado por Aristóteles em *Top.*, VIII, 5, 159 b 8, e 160 a 11 ss.; *An.pr.*, II, 25, 69 a 20 ss.), em que a premissa maior é evidente, porém a menor é só provável ou de qualquer forma mais facilmente aceita pelo interlocutor do que a conclusão que se quer demonstrar. Embora se trate de um processo mais dialético do que apodítico, já fora admitido por Platão (cf. *Men.*, 86 ss.) para a matemática, e também será sancionado como um dos métodos de demonstração matemática por Proclo (*In Eucl.*, 212, 24). Peirce introduziu o termo *abduction* (ou *retroductión*) para indicar o primeiro momento do processo indutivo, o da escolha de uma hipótese que possa servir para explicar determinados fatos empíricos (*Coll. Pap.*, 2.643) (ABBAGNANO, 2012, p. 1-2).

O processo que gera a inferência abdutiva está mais próximo de condicionar o cálculo aos insights, o que indica que as hipóteses têm papel fundamental no processo de abdução, uma vez que apresenta uma proposição não contida nas premissas do silogismo abduativo. Desse modo, a inferência abdutiva é considerada a inferência da melhor explicação. Assim Peirce apresenta a abdução:

A abdução é o processo de formação de uma hipótese explanatória. É a única operação lógica que apresenta uma ideia nova, pois a indução nada faz além de determinar um valor, e a dedução meramente desenvolve as consequências necessárias de uma hipótese. (PEIRCE, 1975, p. 220).

A abdução tem a característica de ir além da dedução e da indução e direcionar o raciocínio para uma conclusão nova, o que interessa à ciência, pois somente será possível aplicar o princípio da falseabilidade sobre conclusões que não são apriorísticas. Isso quer dizer que a inferência abdutiva se trata da constituição de uma hipótese que busca explicar uma sequência de fenômenos observados e que parecem – aos olhos do observador – interligados. Trata-se de uma modalidade inferencial mais prolífica – no sentido de produção de conhecimento.

Pode-se exemplificar a distinção entre os três tipos de inferência lógica descritos até então com o raciocínio de Peirce, o exemplo dos feijões:

- 1) Todos os feijões daquela saca são brancos. Esses feijões são daquela saca. Logo, esses feijões são brancos (dedução).
- 2) Esses feijões são daquela saca. Esses feijões são brancos. Logo, todos os feijões daquela saca são brancos (indução).
- 3) Todos os feijões daquela saca são brancos. Esses feijões são brancos. Logo, esses feijões são daquela saca (abdução)¹⁸.

Vê-se a distinção, nas premissas apresentadas na formulação de cada cálculo anterior, entre particularidade e totalidade. No primeiro caso, parte-se do que é dado e sabido; no segundo caso, parte-se da generalização de algo que é dado; no terceiro caso, parte-se de indícios de algo que é dado, para buscar uma conclusão satisfatória que se faça sabida. Logo, entende-se que a inferência abdutiva é realizada por meio

¹⁸ A despeito do célebre exemplo de Peirce servir para ilustrar a abdução, acreditamos que a ela envolve dois momentos: um momento indutivo, em que se raciocina como em 2 e é possível chegar à conclusão de que Todos os feijões daquela saca são brancos; e um momento dedutivo em que é possível raciocinar tanto como em 1, quanto como em 3. Note-se que - se a premissa maior (Todos os feijões daquela saca são brancos) tiver sido obtida por indução (hipotética, portanto), como em 2 - tanto a conclusão de 1 quanto a conclusão de 3 também serão hipotéticas. O caso 3 é um exemplo de sofisma (os feijões podem ser de outra saca). Só será um caso de abdução se a premissa maior tiver sido obtida por indução. Do modo como se apresenta, parece que é uma verdade já sabida, quando não é.

de um salto lógico arriscado: caso a coleta de premissas se dê de maneira completamente desregrada, tratar-se-á de um sofisma.

Pode-se ainda falar na inferência lógica condicional, que se trata do resultado de um cálculo lógico com operadores de condicionalidade ou bicondicionalidade (se, então / se, e somente se. A exemplo do raciocínio se chove, a terra se molha. É possível dizer que essa inferência produzida pela construção com um operador de condicionalidade está relacionada um algum tipo de implicação; entretanto, para Quine (1952) deve-se fazer uma distinção entre condição e implicação – segundo o autor, a condição é apenas uma relação entre objetos ou estados de fato, ao passo que implicação seria a relação entre proposições.

Não serão descritos os demais procedimentos lógicos que resultam nas inferências lógicas¹⁹ pelo fato de restar evidente a concepção de inferência para a Lógica: o resultado demonstrável (quanto mais demonstrável, melhor) de um cálculo proposicional, ou seja, uma nova proposição extraída da análise rigorosa da relação entre outras proposições que estão dispostas em estruturas bem determinadas, as quais permitem verificar o critério de validade do resultado do cálculo (nova proposição, ou a inferência lógica). O processo inferencial responsável por criar inferências lógicas é precisamente o cálculo formal estruturado por meio da linguagem lógica: seus operadores auxiliam a representar a natureza da inferência gerada após o cálculo, de maneira sistemática.

2.2 A inferência no campo da Linguística

A Lógica, como campo de estudo, não ficou limitada simplesmente à análise de proposições e de representações formais de sentenças. Com o passar do tempo, cada vez mais a parte informal da análise lógica e suas possibilidades de desdobramento começaram a se transformar em alvo de reflexão. Desde a discussão a respeito das falácias argumentativas (no período clássico), passando pelo Problema (Querela) dos Universais, até as discussões relativas à natureza do signo linguístico, é possível perceber que os estudos relativos à codificação linguística tiveram um lugar, nem

¹⁹ Há um grande número de regras relacionadas à construção das inferências em Lógica, por exemplo, é possível citar: comutação, *modus ponens*, *modus tollens*, introdução do bicondicional etc.

sempre privilegiado, mas cativo. Isso quer dizer que há uma grande aproximação entre a Lógica e os estudos linguísticos ao longo da história.

O critério científico atribuído à Linguística no ocidente adveio do século XIX, fundamentalmente com o trabalho de Ferdinand Saussure (1857 – 1913), que foi considerado o pai da Linguística moderna. Por meio de seu trabalho, foi possível identificar um método analítico mais próximo do que se considera ciência²⁰. Desse modo, considerar-se-á que os resultados dos trabalhos que se pretendem científicos estão associados à possibilidade de demonstração – o que há de conferir certo grau de aceitabilidade das teorias erigidas nesses estudos.

Devido às idiossincrasias presentes entre Lógica e Linguística, alguns termos foram tomados de empréstimo para auxiliar os pesquisadores em seus trabalhos, seja como ferramentas metodológicas para o trabalho com a linguagem, seja como base para o processo de definições teóricas que fariam parte da construção de novas disciplinas. Um desses empréstimos mais relevantes, e que mais se pode notar nos estudos Linguísticos, é a inferência – que costuma ser empregada quando o assunto é interpretação de textos, reconhecimento das intenções do falante, predição leitora, formação de leitores etc.

Falar sobre inferências pode ter uma significação bastante ampla – considerando-se o campo de trabalho da Linguística e de suas ramificações - afinal de acordo com Coscarelli (1999), “um problema que geralmente acontece com os conceitos de inferência é que eles costumam ser tão abrangentes que se confundem com o conceito de pensar”. Como não há muito consenso relativo à teoria que subjaz o que se pode definir como inferência, surge uma prerrogativa para que cada teórico que vá trabalhar com inferência ou processo inferencial possa adotar uma visão mais particular desse fenômeno/processo.

Além disso, Machado (2005) corrobora essa tese:

Embora a noção de inferência seja de extrema importância para os estudos relacionados com a compreensão de textos (cf. Vidal Abarca e Martinez Rico, 2003; Marcuschi, s/d; Kleiman, 1989a), este conceito geralmente não é bem definido, pois cada pesquisador (ou grupo de pesquisadores) o define de maneira distinta, de acordo com o tipo de pesquisa e de dados que estão sendo analisados. Dessa forma, o

²⁰ Entende-se que há muita discussão a respeito do que se pode considerar ciência, principalmente quando se traz à baila o arcabouço bibliográfico da Filosofia da Ciência (Bachelard, Popper, Khun, Feyerabend etc.). Não é esse, entretanto, o mérito dessa afirmação. Parto do princípio de que a ciência se define fundamentalmente pela adoção de um método científico para o estudo, qualquer que seja.

termo inferência tem sido usado para descrever as mais variadas operações cognitivas, que vão desde a identificação do referente de elementos anafóricos até a construção de esquemas ou modelos mentais dos textos. (MACHADO, 2005, p. 55)

Em função de abrangência de conceitos ou em função de não haver consenso na definição de um conceito, fica claro que há uma lacuna a ser preenchida, ao menos de acordo com os dois excertos mencionados, com relação ao problema que é a compreensão do que possa ser a inferência. Estranhamente, na literatura consultada, parece que o único consenso a respeito da inferência é que é possível tomá-la conceitualmente da maneira que melhor servir para exprimir determinado aspecto da teoria que lhe engloba o conceito. É precisamente essa prerrogativa de base teórica não sistematizada que cria uma descontinuidade conceitual, a qual dificulta uma abordagem metodológica pautada por uma unicidade de conceito. Dito de outro modo: cria uma carência de definições e conceitos aclaradores.

Uma vez que muitas pesquisas no campo da Linguística dependem do trabalho com as inferências, é muito necessário que os estudos que lhe são relativos sejam tratados com mais pontualidade. Isso quer dizer: é mister saber o que são inferências e se há distinções ou graus de inferências, classificá-los, descrevê-los e sistematizá-los, para que a ciência que trata do processamento de informações em um processo comunicativo diminua sua quantidade de abstrações e inconsistências a respeito de algumas de suas bases analíticas.

Doravante, segue uma descrição fundamentada na revisão bibliográfica a respeito de algumas definições do conceito de inferência. Algumas serão mais extensas, outras mais comedidas, entretanto esse apanhado é importante para que haja a possibilidade de comparação que resulte em uma análise pautada nas semelhanças e nas divergências conceituais apresentadas por diferentes pesquisadores.

2.2.1 – As inferências segundo Ingedore Koch

Ingedore Grunfeld Villaça Koch é um dos grandes nomes na Linguística Textual. Amparada pelos referenciais teóricos de Beaugrande e Dressler, Michael Halliday, Ruqaiya Hasan, Teun Van Dijk, Michel Charolles, Gillian Brown e George Yule, costuma utilizar os conhecimentos estabelecidos a respeito das inferências para

fornecer suporte a suas pesquisas, as quais se direcionam principalmente para o estabelecimento das relações coesivas na produção de textos. Seguem-se alguns apontamentos coletados, em obras da autora, a respeito do conceito de inferência e das propostas de categorização que a pesquisadora apresenta em seu suporte bibliográfico.

Koch considera que um ponto de partida importante para pensar as inferências seja fazer uma distinção entre inferência e compreensão que, de acordo com a autora, comumente são tomados como termos sinônimos:

Um dos problemas centrais na conceituação de inferência é a distinção entre inferência e compreensão que, muitas vezes, são tomadas como intercambiáveis. Um segundo ponto importante é a necessidade de delimitação das inferências a uma parte de um complexo sistema de compreensão do discurso, isto é, à parte semântica do processo de compreensão. (KOCH, 2008, p.135)

Por meio de tal distinção, Koch considera que o processo inferencial é seja apenas uma parte do processo interpretativo, entretanto, não explica precisamente como se deve fazer a distinção entre inferência e compreensão, ou quais elementos considerar em cada ponto dessa bipartição teórica. Fica claro que a inferência deve ser tratada como uma parte – a semântica, segundo a autora – da compreensão, mas essa parte não está teoricamente delimitada. Há um agravante, nessa concepção de divisão analítica da inferência, se ela é parte da compreensão do texto, qual é sua relação com a interpretação? Pois é possível considerar que compreender e interpretar²¹ são procedimentos distintos, posto que correlacionados. Para entender

²¹ Compreender se pode entender como o processo de decodificação das informações do conteúdo proposicional de um texto, ao passo que interpretar se pode entender como o processamento das informações decodificadas de um texto. Marcelo Dascal, filósofo e linguista brasileiro que leciona na Universidade de Tel Aviv, é um dos estudiosos que mais contribuíram com as pesquisas relativas aos processos de compreensão e interpretação. Em Dascal (2006), encontra-se uma visão distinta dessa que ora apresento. Para o autor, a compreensão ocorre quando há sucesso na comunicação, ou seja, quando o destinatário consegue alcançar a interpretação pragmática daquilo que recebe como informação primordial. O autor indica que há dois tipos de compreensão, a que cognomina “captação” e “compreensão”. Não é o que se apresenta nessa distinção que realizei acima. A compreensão de que Dascal trata é a compreensão pragmática, ao passo que o termo que indico se trata da compreensão semântica, ou seja, a mera decodificação do conteúdo superficial de um enunciado. O estudo de Dascal talvez seja um dos mais aprofundados a respeito do fenômeno da compreensão na comunicação humana. Nele, o autor apresenta uma proposta que inclui regras algorítmicas e regras heurísticas no processo de compreensão, além de discutir aquilo que chama de modelos de interpretação. A distinção que apresentei a respeito de compreensão é interpretação é muito menos refinada do que aquilo que se encontra na obra do filósofo/linguista brasileiro.

melhor o percurso teórico da pesquisadora, identifiquem-se os conceitos de inferência com que ela trabalha diacronicamente.

Em 1990, Koch considera que:

Inferência é a operação pela qual, utilizando seu conhecimento de mundo, o receptor (leitor/ouvinte) de um texto estabelece uma relação não explícita entre dois elementos (normalmente frases ou trechos) deste texto que ele busca compreender e interpretar ou, então, entre segmentos de texto e os conhecimentos necessários para sua compreensão. (KOCH, 1990, p. 79)

De acordo com essa visão da autora, as inferências são operações necessárias para evitar textos extremamente longos e prolixos, com informações em excesso. Ou seja, a inferência seria empregada para atingir “níveis mais profundos de implícitos” como se o texto se assemelhasse a um *iceberg*, cabendo ao leitor o processamento necessário para buscar os patamares mais profundos de compreensão.

Koch (1990) cita, como exemplo de inferência, a sequência de raciocínios produzida pela compreensão da seguinte sentença:

- Paulo comprou um Kadett novinho em folha.

De acordo com a autora, seriam inferências²² possíveis com base na sentença antecedente:

1. Paulo tem um carro.
2. Paulo tinha recursos para comprar o carro.
3. Paulo é rico.
4. Paulo é melhor companhia do que você.

Para Koch (1990), há uma hierarquia entre essas inferências: 3 é menos necessária que 1 e 2; 4 é menos necessária que 3 e é dependente do contexto em que for pronunciada. Com efeito, o que se fez nesse caso foi construir suposições com base no conteúdo lexical apresentado na sentença (à exceção da inferência 4, a qual

²² Uso livremente o substantivo inferência nesta seção, por tratar sem destoar dos princípios teóricos da autora, ou seja, busco – nos exemplos discutidos – apresentar a mesma visão de inferência com que ela trabalha.

parece ser uma inferência sem autorização pelo conteúdo evidente da sentença). Ainda que seja considerada possível, a inferência 3 não é justificável pelo conteúdo proposicional da sentença. Não é necessário ser rico para comprar um Kadett “novinho em folha”. Talvez o fosse em 1990, mas nesse caso a inferência foi construída com base na associação entre o conteúdo proposicional da sentença e o conhecimento de mundo da autora à época. Pode-se financiar um carro, não é necessário ser rico para comprá-lo. Isso indica que a inferência 3 já é o resultado do processamento de outras inferências que estão escondidas nesse processo. Tentemos descrever o processo:

Sentença-base:

Paulo comprou um Kadett novinho.

Inferência:

(3) Paulo é rico.

E há condições para que (3) seja verdadeira:

α. No contexto social em que vivo (país, ano, situação econômica), considero que rico é quem dispõe de uma faixa entre X e Y de capital para gastar com algum bem.

β. Kadett é um bem que está avaliado em uma faixa entre X e Y de capital.

Essas condições devem ser levadas em consideração no processamento da informação, o que indica que cada inferência (por meio dessa perspectiva teórica) pode exigir uma quantidade muito grande de outras inferências (menores, talvez) para construir uma conclusão maior ou mais ampla.

No mesmo texto, a Koch afirma que há inferências que só podem ser realizadas retroativamente e cita como o exemplo a seguinte construção (todos os grifos são da autora):

Chegando ao centro da cidade, o viajante dirigiu-se para um *banco*.

- a) mas não conseguiu *descontar o cheque*.
- b) e *sentou-se* para descansar da longa caminhada.

Para que a inferência possa ser realizada nesse caso, entende-se que o leitor deve possuir um conhecimento a respeito do campo semântico que circunda a palavra “banco”. O movimento retroativo da inferência é realizado para clarear a significação pretendida dentre outras possíveis nas elocuições realizadas. Atente-se para o fato de que, no exemplo citado, não há explicitações de quais são as inferências, apenas diz-se que são realizadas com a finalidade de preencher um vazio (gap) semântico.

Em 2008, em um texto sobre a contribuição das inferências na produção do sentido, Koch vale-se de Rickheit & Strohner para apresentar um conceito de inferência. Assim se lê na obra:

Rickheit & Strohner (1985:8) definem a inferência como a “geração de informação semântica nova a partir de informação semântica dada em um contexto”, definição que pode ser representada pela fórmula:
 Inferência = A } B
 cujas partes seriam:
 a representação psicológica da informação A e B; o processo de inferir B de A; a noção de contexto C e seu efeito sobre o inferenciamento.
 (KOCH, 2008, p. 136)

É bastante difícil identificar as partes mencionadas pela autora apenas por meio da fórmula mencionada²³, entretanto, pode-se entender que a inferência adquire um horizonte de conceituação bem mais amplo do que aquilo que se encontra na Lógica. Ao mencionar que se trata de geração de informação semântica, chega-se quase ao mesmo patamar de pensar que, em essência, é processar e gerar informação semântica. Koch também diferencia inferências psicolinguísticas e inferências lógicas e afirma que estas são as mesmas em todo e qualquer contexto, ao passo que aquelas são altamente dependentes do contexto²⁴.

No mesmo trabalho, Koch discute o processamento das inferências, para ela:

²³ No referencial consultado, não se encontrou qualquer outra identificação dessa “fórmula da inferência”. Supomos que o significado seja algo como “A permite a inferência B”. É preciso ressaltar que não houve o trabalho, por parte da autora, de identificar todos os elementos da fórmula, a exemplo do contexto C, que é fator interferente fundamental para pensar as inferências que são discutidas no referencial teórico. A fórmula, talvez, necessite de uma reformulação. Algo como : $I = \frac{A\}B}{C}$

²⁴ Não acredito que seja especificamente essa a distinção. Apesar do formalismo das inferências lógicas, há uma possibilidade de identificar um “contexto lógico” para a análise.

O processamento se dá simultaneamente em diversos níveis (proposições atômicas, proposições complexas, coerência local, macroestrutura e superestrutura), ocorrendo, ainda, o processamento estratégico nos níveis estilístico, retórico e não-verbal. Além disso, o processamento se dá sobre pequenas porções da informação global disponível – a memória ativa (*working memory*), onde têm lugar os processos inferenciais. (KOCH, 2008, p. 136)

Essa consideração a respeito do processamento só pode ser relativa a um tipo de inferência psicolinguística, porque apresenta a complexidade das operações cognitivas empregadas para construir uma inferência. Todos os elementos parecem estar envolvidos durante o processamento das inferências. Entretanto, por mais que esse pareça ser o caminho para compreender o fenômeno inferencial, ele tem como ponto de chegada a aceitação de que todos os elementos concorrem para a construção de uma inferência, que não é possível pontuar especificamente os procedimentos inferenciais envolvidos no fenômeno psicolinguístico da inferência.

O problema reside exatamente na possibilidade de dizer que a inferência fundamenta e a compreensão, e a compreensão permite o processamento da inferência e que tudo isso molda a interpretação que o leitor faz dos textos, por meio de seu conhecimento de mundo. Dessa forma, a inferência não se limita como processo, nem como resultado, nem como ferramenta, nem como fenômeno: passa a ser tudo e nada a um só passo.

Com relação à taxonomia das inferências, Koch (2008) apresenta quatro propostas de classificação com base nos estudos de Garrod (1985), Crothers (1979), Rehder (1980) e Van der Velde (1989), as quais são demonstradas esquematicamente no quadro a seguir:

Inferências segundo Vander der Velde (1989) *apud* Koch (2008)

Autor	Classificação	Especificação
Garrod (1985)	Propõe uma distinção entre inferências verdadeiras e pseudoinferências.	<p>Inferências verdadeiras: resultado da aplicação de um esquema inferencial a um conjunto de premissas discretas. Alto custo computacional.</p> <p>Pseudoinferências: resultado de um modelo mental situacional, ao qual o processador tem acesso. Baixo custo computacional.</p>

Crothers (1979)	Propõe uma distinção entre inferências <i>a priori</i> e inferências <i>a posteriori</i>	A priori: baseadas no conhecimento enciclopédico do leitor/ouvinte. A posteriori: deduzidas do texto precedente de inferências <i>a priori</i> .
Rehder²⁶ (1980)	Propõe uma distinção entre inferências obrigatórias e inferências facultativas.	Inferências obrigatórias: desejadas pelo autor do texto. Inferências facultativas: não pretendidas pelo produtor do texto.
Van der Velde (1989)	Propõe uma distinção entre quatro tipos de inferência: sintáticas, ILRRR, lógico-semânticas e orientadas pela ação.	Inferências sintáticas: dependem do conhecimento das regras gramaticais e têm por função identificar os constituintes sintáticos e suas relações. Inferências ILRRR: responsáveis pela identificação das características e conexões de sentido carreadas juntamente com as palavras funcionais. Inferências lógico-semânticas: regidas por regras de inferência lógica (<i>modus ponens, modus tollens etc.</i>) e por regras e regidas por informações ILRRR (Léxico interno e representação cognitivamente refletida da realidade). Inferências orientadas pela ação: provenientes das (sub)ações relacionadas a verbos nocionais.

Há muitas inferências descritas nessa base teórica que podem se aproximar em sua fundamentação, por exemplo, afirmar que as inferências lógico-semânticas de Van der Velde (1989) se assemelham às inferências verdadeiras de Garrod (1985); ou que as ILRRR se assemelham às inferências *a posteriori*. Todas essas comparações devem ser feitas, a fim de se buscar aproximações e distanciamentos, com vistas a uma classificação que permita facilitar a categorização das inferências.

²⁶ Discordo veementemente da posição teórica adotada pelo autor em questão. Essa distinção proposta leva em consideração exclusivamente a vontade do autor do texto, como se a leitura fosse um processo estático. Isso contraria praticamente toda a visão a respeito da dinamicidade do processo leitor que se descortinou a partir dos estudos inferenciais de 1970. Além disso, não é dado ao leitor saber quais inferências são pretendidas e quais não são pretendidas pelo leitor, pois – além do texto – não há um conjunto de instruções que caminha em conjunto com o que se lê.

Koch e Travaglia (2011) afirmam que “basicamente se entende por inferência aquilo que se usa para estabelecer uma relação, não explícita no texto, entre dois elementos desse texto”. Desse modo, a primeira apresentação de inferência está relacionada a uma noção processual, ou seja, ela (a inferência) é responsável por estabelecer relações que não estão demonstradas na superfície do texto. Isso se afasta largamente da visão teórica embasada pela Lógica, pois – de acordo com essa perspectiva – a relação não está presente no texto e, ao que parece, cabe ao interlocutor criar esse tipo de relação.

Beaugrande e Dressler (1981) *apud* Koch e Travaglia (2011) consideram que “inferência é a operação que consiste em suprir conceitos e relações razoáveis para preencher lacunas (vazios) e discontinuidades em um mundo textual”. Nesse caso, entende-se a inferência como uma necessidade para possibilitar a compreensão do que se lê²⁷. A inferência é vista como operação nesse conceito, portanto também será apontada como uma visão processual do fenômeno.

Para Brown e Yule (1983) *apud* Koch e Travaglia (2011):

Inferências são conexões que as pessoas fazem quando tentam alcançar uma interpretação do que leem ou ouvem, isto é, o processo através do qual o leitor (ou ouvinte) consegue captar, a partir do significado literal do que é escrito ou dito, o que o escritor (falante) pretendia veicular. A inferência é sempre vista como uma “assunção ligadora”. (KOCH e TRAVAGLIA, 2011, p. 71)

De acordo com a perspectiva apresentada, também processual, a inferência é um tipo de movimento consciente em busca de um resultado para algum tipo de investigação semântica, a qual indica a presença de, no mínimo, dois polos: o codificador de informações (quem fala ou escreve) e o decodificador dessas informações (quem ouve ou lê). O papel da inferência como “assunção ligadora” seria análogo ao de uma chave de criptografia, a qual é empregada para tentar interpretar uma mensagem que está contida em uma base discursiva.

Na categorização das inferências em 2011, Koch e Travaglia apresentam uma taxonomia proposta por Charolles (1989), que divide as inferências nos seguintes tipos:

- a) substanciais, inalienáveis ou necessárias: obrigatoriamente realizadas.

²⁷ A fonte bibliográfica está presa à análise do processo leitor e do estabelecimento das relações coesivas e de coerência ao longo desse processo.

- i. Jonas tem uma BMW X5 → Jonas tem um carro.
- b) convidadas ou possíveis: que podem ou não ser feitas.
 - i. Jonas tem uma BMW X5 → Jonas tem carteira de motorista.
- c) contextuais: que variam com o contexto.
 - i. Você sabia que Jonas parou de fumar?
 - 1. substancial: Jonas fumava antes.
 - 2. contextual: pode indicar que um dos interlocutores reprova o fato de o outro ser um fumante inveterado.
- d) retroativas ou para trás: as que são feitas sobre o sentido de um termo ou expressão com base em algo dito posteriormente.
 - i. Pedro tem um *grilo*.
 - 1. Alimenta-o todos os dias. (grilo = ser vivo)
 - 2. *Não sabe se a namorada gosta dele.* (grilo = preocupação).

A maior parte das inferências propostas por Charolles (1989) está relacionada ao conteúdo semântico informal das sentenças, ou seja, elas são menos formais do que os demais modelos apresentados. Isso é útil para as análises que não de explorar o contexto, com as relações de anáfora, correferência e acarretamento que não necessitam de uma descrição formal.

Resta evidente, após a revisão bibliográfica realizada, que a inferência parece ser, com efeito, um ponto importante para os teóricos da Linguística Textual, principalmente para Ingedore Koch. Apesar disso, também fica evidente que o tratamento dispensado às inferências carece de um trato mais sistematizado, uma vez que não ficam claras as fronteiras adotadas a respeito da motivação das inferências, da possibilidade de análise da validade das inferências ou mesmo dos efeitos que a construção de inferências pode provocar ao longo da leitura.

Aparentemente, elas são tomadas como elementos componentes do processo de leitura e interpretação dos textos já compreendidos e pacificados pela teoria. Não se distingue a natureza de uma inferência que se constrói para uma relação de retomada (se se trata de uma inferência) de uma inferência lógica, ou a distinção entre uma inferência e um acarretamento semântico (se houver), menos ainda a diferença entre a natureza lógica, semântica ou pragmática de uma inferência.

A grande questão, desse modo, é saber qual o valor das inferências para os estudos de Linguística Textual. Se for somente para indicar que se trata de uma “assunção ligadora” que permite haver uma sequência uniforme de sentidos de um texto, deve-se assumir que a Linguística Textual não é um campo para o estudo das inferências, mas sim um campo que se vale superficialmente da noção de inferência para descrever uma parte do processo interpretativo durante a leitura.

2.2.2 – O estudo de Dell’Isola

Regina Lúcia Péret Dell’Isola empreendeu uma pesquisa que tinha como alvo o papel das inferências ao longo da leitura. Em seu capítulo a respeito do processo inferencial, fez um vasto levantamento bibliográfico – o qual será resumido na presente seção, com o fito de aumentar o quadro conceitual relativo às inferências.

Segundo a abordagem da autora, o processo inferencial ocorre durante a leitura. Isso quer dizer que a análise proposta para definir o que é uma inferência está pautada em apenas um aspecto comunicativo, que é mais introspectivo, porém não menos dinâmico. Essa visão de inferência como um fenômeno que ocorre durante a leitura cerceia boa parte do trabalho com a comunicação, principalmente quando se considera a contribuição dos estudos griceanos respectivos às máximas da conversação²⁹. Apesar disso, a segmentação da visão das inferências apenas durante a leitura é prolífica para compreender melhor o processo de definição utilizado pela pesquisadora³⁰.

Dentre os conceitos apresentados no livro, alguns dos principais transitam entre:

- Inferência é uma conclusão de um raciocínio.
- Inferência é a elaboração de um pensamento.
- Inferência é uma expectativa do leitor.

²⁹ O que, talvez, poderia ser sanado contanto que se considerassem as conversas sempre como blocos escritos para a análise ou que se considerasse o texto escrito apenas como uma representação gráfica da fala. Não parece que seja esse o caso da reflexão ora em pleito.

³⁰ É preciso ressaltar que o trabalho de Dell’Isola está mais voltado à identificação de categorias inferenciais do que em conceitos de inferência.

A tabela abaixo sintetiza os conceitos coletados pela autora ao longo do capítulo:

Autor	Conceito
Hayakawa (1939)	inferência é uma asserção sobre o desconhecido, feita com base no conhecimento.
McLeod (1977:6)	inferência é informação cognitiva gerada com base em outras informações (considerando o que está escrito).
Bridge (1977:11)	inferência é informação não explicitamente estabelecida, mas gerada em um processo de especificação de proposições.
Fredericksen (1977:7)	inferência é conhecimento gerado.
Flood (1981:55)	as inferências estão na mente: “o texto existe, o leitor infere”.
Rickheit, Schnotz & Strohner (1985)	inferência é a soma de informação antiga mais informação nova em um dado contexto.
Morrow (1990)	modo de interpretação que usa informações implícitas e não mencionadas. Nova definição, geração de informação nova, partindo de informação semântica dada.
McKoon e Ratcliff (1992)	informação não explícita.
Carpenter & Just (1977)	atividade executada para preencher um vazio do texto.

Dell'Isola (2001) também apresenta uma categorização inferencial com base em estudos anteriores, o primeiro deles é de Frederiksen, C.; Frederiksen, J; Humphrey & Ottsen (1978). De acordo com os autores, há quatro tipos de inferência:

1. *De primeiro estágio*: são as inferências que asseguram a interpretação da sentença lida. Trata-se das garantias de compreensão, pois servem para asseverar a compreensão do que se lê. De acordo com Kintsch (1974), podem estar incluídas na base implícita do texto.
2. *Conectiva*: ligação entre proposições (as presentes no texto e suas contingentes). Serve para preencher vazios semânticos – “gaps” textuais.
3. *Estrutural*: são realizadas para a organização temática do texto. Formam as estruturas que organizam o assunto dentro do texto.
4. *Extensiva* ou *elaborativa*: conexão entre o que foi lido e o que está sendo lido, a fim de construir o sentido do que se lê.

Dell'Isola também cita a taxonomia Crothers (1979), do mesmo modo como fez Koch (2008), dividindo inferência *a priori* (conhecimento prévio) de inferência *a posteriori* (conhecimento adquirido), argumentando que as inferências *a posteriori* contribuem para a coerência do texto, ao passo que as inferências *a priori* não. Essa divisão de Crothers, entretanto, parece carecer de clareza no sentido de substância da inferência, ou seja, não está claro se a inferência é um processo de construção de proposições com base no que se conhece (*a priori*) ou com base no que se passa a conhecer (*a posteriori*) ou se as inferências são essas bases propriamente.

Tal como Koch (2008), Dell'Isola (2001) cita a categorização de Rehder (1980), que leva em consideração a existência de inferências obrigatórias (pretendidas pelo autor) e inferências facultativas (não pretendidas pelo autor). As obrigatórias preenchem os espaços em branco do texto e, assim, contribuem para a coerência da representação mental. As inferências facultativas não são pretendidas pelo autor, trata-se de elaborações adicionais que ampliam o conteúdo textual, entretanto não contribuem para a coerência da representação mental, de acordo com os autores.

Para Clark (1977) *apud* Dell'Isola (2001) há contrato dado-novo (informação que se tem, informação que se recebe) que deve ser identificado na construção de inferências. Essa relação entre informações aciona um fenômeno, denominado

bridging, que consiste na identificação do elo entre a informação nova a partir da dada. As inferências, portanto, seriam os elementos constitutivos de uma ponte, por isso *bridging* (do inglês *bridge* – ponte) para as conclusões.

A taxonomia inferencial apresentada por Clark (1977) divide as inferências como: inferência de referência direta; inferência de referência indireta por associação; inferência de referência indireta por caracterização; e inferência de relações temporais. Eis a subdivisão do processo de classificação:

I. Referência direta: relação direta entre referente e referido. Muito semelhante ao procedimento de anáfora. Divide-se a inferência de referência direta de acordo com os seguintes critérios: identidade, pronominalização, epíteto e membro de um conjunto. O que a pesquisadora demonstra da seguinte maneira:

- a) Identidade: dá-se pela identificação direta de um termo de referência.
 - i. A mulher que eu encontrei na rua era musicista. (Identifica-se que o pronome relativo “que” possui como referente sujeito do verbo “ser” por meio de uma inferência).
- b) Pronominalização³¹: dá-se pelo emprego de um pronome “para substituir um sujeito, um objeto, um evento, uma ação ou um estado” (Dell’Isola, 2001, p. 61).
 - i. Ontem, eu fui ao cinema assistir ao novo filme.
 - ii. Isso foi ótimo. (A inferência é dada pelo emprego do pronome, o que constrói uma ponte semântica com o referente).
- c) Epíteto: dá-se pelo emprego de apelido, cognome, alcunha ou qualquer termo que possua alguma relação com um objeto – principalmente com uma natureza depreciativa, por motivo de depreciação física ou moral.
 - i. Encontrei Fabrício na academia.
 - ii. O boboca me pediu dinheiro emprestado. (A relação expressa no conjunto consiste em estabelecer uma ponte entre a depreciação moral feita em relação ao referente por meio do epíteto “o boboca”)

³¹ Considero que a pronominalização não está bem distinta da identidade, pois o mesmo procedimento foi empregado na referenciação. Os exemplos foram adaptados do livro, apenas com a substituição dos sujeitos e dos verbos; a relação, entretanto, foi mantida. Note-se que, no exemplo da identidade, o pronome relativo “que” serve para retomar o referente da sentença, o que não é diferente do exemplo da pronominalização.

- d) Membro de um conjunto: dá-se pela identificação de um referente segmentado por características distintivas.
- i. Na sala havia duas pessoas.
 - ii. A mais alta começou a gritar. (Identifica-se a relação inferencial por meio do emprego da característica – o adjetivo – para distinguir o membro a que se alude).

2. Referência indireta por associação: há uma vinculação indireta na interpretação, não sendo necessário que haja um objeto ou uma situação diretamente retomada. Clark (1977) *apud* Dell’Isola (2001) assim divide esse processo:

- a) Partes necessárias – como em um *frame*. A exemplo de “Finalmente Maria foi à casa de sua irmã. Não gostou do piso da sala.” Entende-se, como relação inferencial, que o piso é parte necessária da casa.
- b) Partes prováveis – inferências fundamentadas em suposições prováveis em determinados contextos.
- c) Partes induzíveis – inferências fundamentadas na indução para preencher os vazios semânticos do texto.

3. Referência indireta por caracterização: o termo referido é um objeto que pertence a um evento que requer algo. Por exemplo, uma aula é um evento que exige agentes, um espaço, um espaço temporal, um conteúdo etc. Assim, os papéis temáticos do evento podem variar ou serem caracterizados indiretamente durante a predição leitora.

4. Referência direta por caracterização: subdividida da seguinte maneira:

- a) Papéis necessários – fundamentais para que algo ocorra. Para que haja um roubo, é preciso haver um elemento identificado como ladrão; para haver uma briga, os contendores são necessários.
- b) Papéis opcionais – não necessários, mas prováveis. Em um assassinato, pode haver uma arma, mas não necessariamente. Em uma aula, pode haver giz, mas não necessariamente.

5. As relações temporais³² que podem ser inferidas, segundo Clark (1977) são as seguintes³³:

- a) Razão: *João caiu. O que ele quis foi assustar Maria.*
- b) Causa³⁴: *João caiu. Ele tropeçou em uma pedra.*
- c) Consequência: *João caiu. Ele quebrou o seu braço.*
- d) Concorrência: *João mora em New York. Maria é tola também.*
- e) Subsequência: *João chegou à festa. Ele pegou uma bebida.*

Clark (1977) ainda distingue inferências autorizadas (pretendidas pelo produtor) e inferências não autorizadas (não pretendidas pelo produtor). O trabalho do pesquisador será escrutinado posteriormente. Por ora, essa divisão serve para identificar uma das propostas trazidas por Dell'Isola (2001) em seu estudo.

Na sequência da categorização de inferências, Dell'Isola (2001) traz a proposta de Warren, Nicholas & Trabasso (1979), que apresenta uma classificação das inferências em narrativas.

1) Inferências lógicas:

- a) Motivacional: envolvem a extração da causa dos pensamentos, ações, objetivos etc., sob causas estabelecidas.
- b) Causativa psicológica: extração de ações, sentimentos, pensamentos involuntários.
- c) Causativa física: extração das causas mecânicas dos eventos.
- d) Capacitacional: condições que possibilitam determinado evento de ocorrer.

2) Inferências informativas:

- a) *Pronominais*: especificam o antecedente³⁵.
- b) *Referenciais*: não marcado com pronomes. Evidenciam os papéis das pessoas e dos objetos em proposições relacionadas.

³² O termo mais cabível para a Língua Portuguesa deveria ser "relações adverbiais".

³³ São empregados os mesmos exemplos de Dell'Isola (2001).

³⁴ Acredito que não seja uma distinção cabível, uma vez que as mesmas circunstâncias podem ser expressas, linguisticamente, pelos mesmos operadores discursivos.

³⁵ Como em Clark (1977).

- c) *Espaço-temporais*: lugares e tempos – função de determinar a duração de uma situação.
- d) *Relativas a esquemas de mundo*: conexão com a possibilidade de interpretação, com função aclaradora.
- e) *Elaborativas*: preenchem detalhes (informações) adicionais do texto.

3) Inferências avaliativas: são realizadas com base no julgamento do leitor, ou seja, em sua experiência fenomênica.

Os autores defendem que o ponto de partida para a investigação sobre a realização das inferências consiste em realizar uma série de perguntas relativas aos sentidos possíveis do texto. Isso se deve em razão do caráter não-observável do fenômeno.

Ballsfaedt, Mandl, Shnotz & Tergan (1981) *apud* Dell'Isola (2001) distinguem inferências horizontais (as que preenchem *gaps* do texto) das inferências verticais (semelhantes às inferências estruturais de Fredriksen [1978]).

A pesquisadora traz ainda a contribuição de Marcuschi (1985) – esquema geral das inferências, assim dividido:

A. Inferências lógicas³⁶

- ✓ Dedutivas
- ✓ Indutivas
- ✓ Condicionais

B. Inferências analógico-semânticas³⁷

- ✓ Por identificação referencial
- ✓ Por generalização
- ✓ Por associações
- ✓ Por analogia
- ✓ Por composições ou decomposições.

C. Inferências pragmático-culturais³⁸

- ✓ Conversacionais

³⁶ Baseadas, sobretudo, nas relações lógicas e submetidas aos valores-verdade na relação entre as proposições.

³⁷ Baseadas sempre no *input* textual e no conhecimento de itens lexicais e relações semânticas.

³⁸ Baseadas nos conhecimentos, experiências, crenças, ideologias e axiologias individuais.

- ✓ Experienciais
- ✓ Avaliativas
- ✓ Cognitivo-culturais

Esse esquema apenas sintetiza parte do trabalho do professor Luiz Antônio Marcuschi e será alvo de reflexão mais aprofundada em uma seção à parte no presente texto.

Para finalizar, a autora também apresenta o estudo de Rickheit, Schnotz & Strahner (1985)³⁹, que considera a necessidade da avaliação relacionada a três aspectos cruciais para a classificação de inferências:

- a) O input do processo inferencial – ou seja – a informação nova que se adquire.
- b) O output do processo inferencial – ou seja – o resultado do processo de representação mental do texto.
- c) A direção do processo input – output – ou seja – a orientação em que a inferência ocorre.

Esses aspectos não de determinar a natureza do processo inferencial e a possibilidade de investigação a respeito da aceitabilidade dos resultados desse processo.

2.2.3 – As inferências para Sperber & Wilson

Dan Sperber é um antropólogo e linguista francês que – junto com Deirdre Wilson (uma linguista britânica) – propôs uma nova forma de pensar a comunicação e os processos cognitivos nela envolvidos. Na obra *Relevância: comunicação e cognição*, exploram o tema que mais os projetou dentro da Linguística Cognitiva, a Teoria da Relevância.

A proposta do trabalho de Sperber & Wilson está calcada na ideia de que “expectativas de relevância são precisas e previsíveis o suficiente para guiar o ouvinte na direção do significado do falante”. Isso quer dizer que na construção semântica há

³⁹ O original desse texto não estava disponível à época da dessa redação. Sabe-se, contudo, que os autores apresentam uma classificação das inferências.

informações que estão mais superficiais (presentes) em uma elocução, as quais são acessadas mais rapidamente pelo ouvinte por serem mais relevantes do que qualquer outra informação. Para compreender essa ideia, há que se reconhecer a origem do trabalho dos autores.

A proposta surge de uma reavaliação das máximas conversacionais que Paul Grice havia proposto em seu trabalho com a lógica e a conversação. Dentre as máximas que Grice havia proposto em seu Princípio Cooperativo (quantidade, qualidade, relevância e modo), os autores julgaram que a máxima mais importante, a que seria fundamental para o estabelecimento do sentido na comunicação seria a da relevância. Segundo os autores, porém, essa máxima não é explorada como poderia no trabalho de Grice.

A contribuição da obra de Sperber & Wilson para esta pesquisa repousa sobre o fato de que os autores consideram que há mais elementos em uma comunicação explícita do que simplesmente a decodificação das informações. Conforme o que se identifica na Teoria da Relevância, o elemento de inferência é fundamental para a identificação dos sentidos veiculados em uma elocução. Ao que tudo parece indicar, são os cálculos inferenciais que ajustam a rota que o ouvinte estabelece para interpretar o sentido de uma elocução. Nesse sentido, as inferências teriam papel fundamental não apenas para realizar o cálculo semântico final, mas também para identificar as intenções de quem comunica em um ato de ostensão. Nas palavras dos autores,

Algumas vezes, todas as evidências que são incluídas num acto de ostensão influenciam directamente as intenções do agente. Nesses casos, só através da descoberta das intenções do agente é que o receptor pode também descobrir, indirectamente, a informação básica que o agente tencionou tornar manifesta. A relação entre a evidência produzida e a informação básica transmitida é arbitrária. O mesmo pedaço de evidência, em ocasiões diferentes, pode ser utilizado para tornar manifestas suposições diferentes, até mesmo as suposições mutuamente incompatíveis, desde que torne manifesta a intenção que fica por trás da ostensão. (SPERBER & WILSON, 2001, p. 97).

A esse processo, os autores chamaram “comunicação inferencial ostensiva”. Fica evidente que – para além da coleta de informações superficiais expressas pelo conteúdo proposicional de uma elocução – há mecanismos ostensivos empregados por quem emite uma comunicação. Nesse caso, está-se pensando apenas a respeito de um falante que tencione transmitir um conteúdo verdadeiro de maneira que se faça

compreender a seu ouvinte⁴⁰. São esses mecanismos ostensivos que devem ser percebidos e aplicados ao conteúdo decodificado, durante os processos centrais, a fim de que os reais conteúdos pudessem ser inferidos pelo ouvinte.

Ao longo da construção da teoria, os autores mencionam que é possível tratar comunicação ostensiva, da comunicação inferencial e da comunicação inferencial ostensiva como sendo o mesmo fenômeno. A particularidade seria, a princípio, o ponto de vista que limitaria o entendimento: enquanto a pessoa que comunica está envolvida com a ostensão (comunicação ostensiva), o receptor está envolvido com a inferência (comunicação inferencial). Isso quer dizer que, ao comunicador, cabe a construção da mensagem com o necessário fornecimento de indícios além do conteúdo proposicional; ao passo que ao ouvinte cabe a decodificação da informação do conteúdo proposicional e o processamento dos indícios fornecidos ostensivamente para interpretar o conteúdo intencional daquilo que é comunicado⁴¹. Isso leva a crer que a comunicação, de acordo com a teoria dos autores, seria muito semelhante a um jogo de detetive, em que um jogador forneceria pistas suficientes para que outro conseguisse compreender aquilo que é comunicado inicialmente. Segundo os autores, “a única diferença entre o conteúdo explícito de uma elocução e as suas implicaturas supõe-se que seja o fato de o conteúdo explícito ser decodificado, ao passo que as implicaturas são inferidas”.

Ao longo da obra, os autores discutem que há uma dificuldade para qualquer estudioso da comunicação humana quando o objeto de estudo é a explicação de termos mais vagos da própria comunicação. Apesar disso, argumentam que é possível admitir o fato de que algo possa ser comunicado sem ser – estritamente – falado; ou seja, a pessoa pode comunicar aquilo que se revela pelo comportamento, mais do que pelo conteúdo proposicional de sua elocução. A esse tipo de análise, a Teoria de Relevância parece responder com mais objetividade.

A fim de que a comunicação possa ser considerada ostensiva ou mesmo inferencial, é preciso partir de um ponto fundamental. Esse ponto é o que os autores tratam como *ambiente cognitivo mútuo*⁴², algo que pode ser definido – grosso modo –

⁴⁰ Um caso muito rico para pesquisa seria o dos processos envolvidos na comunicação ostensiva de um fato que se sabe não verídico, mas que o falante tenta tratar como verídico, ou seja, a transmissão de uma mentira.

⁴¹ Os autores defendem que a única diferença entre o conteúdo explícito de uma elocução e suas implicaturas seria o fato de o conteúdo explícito ser decodificado, ao passo que as implicaturas seriam inferidas.

⁴² Conceito muito semelhante é trabalhado na obra de Clark (1992) – *Arenas of Language Use*.

como as informações circulantes entre os indivíduos envolvidos em uma comunicação. Pode-se crer também que isso seja aquilo que se denomina usualmente de contexto comunicativo. Consoante a reflexão estabelecida na obra de Sperber & Wilson, uma mudança no ambiente cognitivo mútuo de duas pessoas reflete-se numa mudança nas suas possibilidades de interação, ou seja, a intenção comunicativa que se dirige para além do conteúdo proposicional deve levar em consideração a necessidade de alteração no ACM (ambiente cognitivo mútuo) dos comunicadores, a fim de que a ostensão fique evidente em sua forma indicial – o que há de servir como gatilho para o procedimento inferencial na comunicação.

Definem os pesquisadores o que se entende por comunicação inferencial ostensiva:

(...) a pessoa que comunica produz um estímulo que torna mutuamente manifesto à pessoa que comunica e aos receptores que a pessoa que comunica tenciona, por meio desse estímulo, tornar manifesto ou mais manifesto aos receptores um conjunto de suposições {I}. (SPERBER & WILSON, 2001, p. 112)

Apesar dessa definição, os autores não excluem a possibilidade de uma comunicação não intencional, ou seja, determinado estímulo produzido sem tencionar comunicar algo pode ser captado pelo interlocutor como um indício para um novo processamento inferencial, ou seja, para construir uma nova informação. O exemplo que é mencionado na obra é o fato de alguém bocejar durante uma conversa. Mesmo que o bocejo não tenha sido proposital, pode ser tomado pelo interlocutor como um indício de que sua conversa é enfadonha ou que o indivíduo que bocejou não está interessado naquilo que o outro está comunicando. A esse tipo de comunicação, os autores sugerem o nome “comunicação ostensiva não intencional”. Há uma ressalva, no entanto, a respeito do fato de que a maior parte da comunicação humana é de natureza intencional. Os autores citam Grice, para afirmar que a intenção direta pode comunicar muito mais do que uma evidência direta e prosseguem, mencionando que o intuito da comunicação é alargar o ACM dos indivíduos que partilham de uma comunicação.

Toda essa consideração teórica presente na obra que versa sobre a Teoria da Relevância serve para que seja possível identificar como Sperber & Wilson tratam das inferências em um processo comunicativo, ou seja, qual sua visão a respeito das

inferências. O segundo capítulo da obra é voltado completamente para o estudo das inferências, o que mais importa para o presente trabalho.

Sperber & Wilson falam a respeito de um *processo inferencial* antes mesmo de falar sobre inferência. Afirma-se, na obra, que o processo inferencial e compreensão é “global” em oposição a um processo “local”, que seria definido a partir de premissas fixas ou da percepção auditiva. Além disso, afirma-se que o processo inferencial seria mais próximo ao que se chama – em psicologia cognitiva – de processos centrais relativamente não especializados. Essa aproximação consistiria em uma dificuldade para poder discutir o tema, uma vez que – de acordo com a Primeira Lei de Fodor da Não-existência da Ciência Cognitiva – “quanto mais global... é um processo cognitivo, menos o entende qualquer pessoa” (Fodor, 1983 apud Sperber & Wilson, 2001). Esse é um ponto que reforça a necessidade de se investigar a forma como o conceito de inferência é utilizado, pois – ao que parece – na obra surge novamente a aproximação da atividade inferencial com o próprio pensamento. Os próprios autores admitem essa dificuldade na seguinte passagem: “se a compreensão inferencial é um processo central do pensamento, o desejo de construir uma teoria adequada da comunicação inferencial ostensiva parece conduzir-nos, na verdade, a grandes dificuldades” (SPERBER & WILSON, 2001, p. 117).

Para sistematizar o pensamento dos autores, parte-se da definição de inferência que os autores apresentam:

A inferência é o processo pelo qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira pela força da verdade ou da verdade provável de outras suposições. É, assim, uma forma de fixação daquilo em que se acredita. (SPERBER & WILSON, 2001, p.119)

Com essa passagem, é possível identificar que a definição apresentada pelos autores coloca a inferência como procedimental e de natureza qualificativa, ou seja, um processo empregado para fazer uma verificação de validade semântica. Na realidade, ao longo do capítulo que versa sobre inferência, os autores demonstram que o ponto de partida para sua reflexão é a inferência estruturada, pautada na semântica formal de verificação de verdade ou falsidade de proposições. Após essa constatação inicial, faz-se uma espécie de classificação das inferências em:

- a) Inferência demonstrativa: procedimento estruturado por meio de regras inferenciais que podem demonstrar o valor de verdade ou falsidade de

determinado raciocínio. Isso é o que se costuma apontar por meio de regras como *modus ponens*, *modus tollens* etc.

- b) Inferência espontânea e não-demonstrativa: procedimento que – até o momento da pesquisa de Sperber & Wilson – não possui estruturação rígida ou regrada e que não se presta a identificar necessariamente valor de verdade ou falsidade. As inferências espontâneas e não-demonstrativas, segundo os autores, deveriam ser tratadas como bem-sucedidas, mal sucedidas, eficientes ou ineficientes.

Os autores são enfáticos ao insistir na ideia de que não há um processo lógico estruturado na construção de inferências não-demonstrativas. O exemplo mencionado por eles é a recuperação das implicaturas, a qual não pode ser vista como um procedimento demonstrativo, uma vez que diversas estratégias são empregadas durante os processos centrais de interpretação para moldar o resultado do raciocínio. Além disso, há uma revisão da bibliografia relativa aos estudos dos pragmaticistas (Brown e Yule, Bach e Harnish, Levinson, Leech etc.) os quais afirmam a impossibilidade de descrever um processo cognitivo desestruturado que funciona mais por intuição e plausibilidade do que por um mecanismo lógico.

Embora os autores considerem que haja – de fato – grande dificuldade nessa empreitada de tentar descrever os processos inferenciais não-demonstrativos, utilizam justamente esse raciocínio para indicar que essa barreira deveria fazer os pragmaticistas e os cognitivistas se preocuparem mais, e não menos, com esse assunto. Ao longo do capítulo sobre as inferências, Sperber & Wilson descrevem como pode haver uma estruturação parcial do cálculo inferencial que é tido como não-demonstrativo, a partir da possibilidade de consideração de um conjunto de premissas {P} condicionadas a um contexto {C}; ou seja, tentam demonstrar como são formuladas algumas estratégias de dedução com base em regras semiestruturadas (portanto, mais empíricas), as quais são afetadas em grande escala pelo contexto comunicativo em que são postas.

Conforme discutem os conceitos ligados à inferência demonstrativa como pertinentes à lógica, os autores parecem criar uma cisão entre aquilo que se vinha tratando como um pensamento clássico a respeito de um raciocínio pautado na identificação de premissas, com critérios de verdade e falsidade.

Na essência, para que uma representação seja tratável pelo processamento lógico, defendemos que é apenas necessário que ela esteja bem formada, enquanto que, para que ela seja capaz de ser verdadeira ou falsa, tem também de estar semanticamente completa: isto é, tem de representar um estado de coisas cuja existência num mundo possível ou real a tornaria verdadeira. Consideramos, no entanto que uma estrutura conceptual incompleta pode estar bem formada e pode passar por processamentos lógicos. SPERBER & WILSON, 2001, p.125)

Isso quer dizer que – até o presente momento do estudo – haveria entendimento claro a respeito da distinção entre raciocínio formalizado (portanto, logicamente expresso) e raciocínio intuitivo de uma inferência não demonstrativa. Entretanto, ao que parece, está-se diante de uma consideração acerca de uma avaliação que ultrapassa simplesmente as regras do formalismo lógico até então consideradas como elemento de distinção. Talvez, esse seja o ponto fundamental em que a teoria começa a ampliar suas fronteiras e passa a incluir uma avaliação semântica presa a modelos de interpretação que serviriam para satisfazer as condições de verdade e falsidade de uma proposição.

É crível que esse posicionamento dos autores advém do fato de que sua preocupação está direcionada aos processos mentais que se operam durante uma inferência, ou seja, a despeito de considerarem todas as formas já condicionadas de raciocínio dito lógico, apoiam-se na psicologia cognitiva para poderem afirmar que mesmo uma forma lógica incompleta poderia ser percebida de maneiras diferentes por cada indivíduo. Na realidade, a teoria se volta mais para o contato humano com as elocuições, não a descrição isenta de um direcionamento cognitivo ativo, o qual atuaria toda vez em que houvesse uma comunicação.

Ocorre que Sperber & Wilson tentam demonstrar em seu estudo que o resultado do processamento do *input* recebido por um indivíduo pode depender das suposições factuais que esse indivíduo possui a respeito do mundo, mesmo que essas suposições não sejam demonstradas em uma elocução qualquer. Esse fenômeno é capaz de conduzir à conclusão de que o procedimento inferencial é afetado grandemente pelos indícios semânticos que são mais relevantes para os comunicadores (mais fortemente para quem é o alvo da comunicação, uma vez que na mente desse indivíduo é que há de se operar a seleção de conteúdos semânticos para preencher as condições de verdade ou de falsidade do que lhe é comunicado),

a fim de que seja possível construir inferências, mesmo que ao final não sejam comprovadamente verdadeiras ou falsas.

O elemento *eu acredito que P* – a suposição factual básica - é o que povoaria o contexto {C} de comunicação (que pode fazer parte do ACM de quem está envolvido na comunicação ou apenas daquele a quem ela se dirige), fazendo com que as inferências produzidas ao longo de uma leitura, ou de um diálogo, ou a partir de um estímulo qualquer dependam da informação que está mais saliente na memória componente do que se poderia considerar um “arquivo cognitivo” a respeito de determinado assunto. Desse modo, fica evidente que os autores lidam com o conceito de inferência como um processo (inferir é processar informações coletadas), e que há uma possibilidade de se pensar a respeito do assunto por meio de uma demonstração formalizada (as regras inferenciais tradicionais); e por meio de uma investigação das condições de processamento da informação – as quais recebem a influência de suposições, crenças e informações que o indivíduo possui com mais saliência (o que é relevante) no momento em que está envolvido com a comunicação.

A contribuição de Sperber & Wilson para a Linguística Textual (LT) é expressiva, pois se trata de uma fonte recorrente para que os pesquisadores consigam sustentar os estudos relativos a interpretação de textos, formação de leitores, procedimentos coesivos, referenciais, sequenciais e de construção de sentido. Esse posicionamento teórico a respeito da natureza inferencial pode ser uma pista explicar a razão de haver tanta descontinuidade do conceito de inferência nos estudos da LT – a parcialidade da aplicação da teoria nas análises linguísticas. Os autores da Teoria da Relevância fazem um esforço para descrever as condições de inferenciação em um contexto comunicativo; tal que se perde se o teórico que se valer desse estudo adotar um posicionamento redutor, afirmando que – devido à dificuldade de compreensão do fenômeno inferencial – seja possível adotar definições diferentes para cada novo trabalho.

2.2.4 – O processo inferencial segundo Marcuschi

O professor Luiz Antonio Marcuschi foi um dos grandes expoentes da Linguística Textual brasileira. Grande parte de seus estudos está voltada para a seara

da compreensão textual e dos processos envolvidos nesse fenômeno. Em sua trajetória como pesquisador, dá um enfoque particular ao estudo das inferências como elementos constitutivos da compreensão de textos. Doravante, segue uma revisão dos principais resultados a que chegou em suas investigações relacionadas às inferências. Essa seção é uma breve compilação de alguns trabalhos.

No livro *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*, o professor Marcuschi assim define, inicialmente, uma inferência:

Na realidade, as inferências na compreensão de texto são processos cognitivos nos quais os falantes ou ouvintes, partindo da informação textual e considerando o respectivo contexto, constroem uma nova representação semântica. Para tanto, será necessário ter clareza não apenas em relação ao que se deve entender por informação, mas também o que vem a ser contexto (MARCUSCHI, 2008 p. 249).

No trecho apresentado, é possível identificar um procedimento de definição teórica que prende o conceito de inferência a uma perspectiva teórica menos restrita à Lógica (inicialmente). Considerando-se a obra de que se extraiu tal conceito, resta evidente a necessidade de o professor assim ter apresentado o que ele denomina a noção de inferência: o livro está direcionado para o trabalho com gêneros textuais, ensino, formação de docentes e atividade leitora – trata-se de um manual mais propedêutico em relação aos fundamentos teóricos calcados na Linguística Textual. Apesar disso, merece destaque a ideia de atividade processual: parte-se de informações dadas, considera-se o contexto, e uma nova “representação semântica” (veja que não está explícita a ideia de um resultado no formato de uma proposição) é criada. Isso indica uma extensão daquilo que se compreendia tradicionalmente por inferência, ou melhor, ressignifica a ideia de inferência – criando uma pequena ampliação, caso seja considerada a limitação imposta pela Lógica.

Marcuschi (2008) afirma que “as inferências introduzem informações por vezes mais salientes que as do próprio texto”, o que aponta para o seu caráter necessário como elementos constituintes do processo de compreensão na atividade comunicativa. Entretanto, isso pouco revela sobre a sua natureza, ou seja, pouco define o que é – de fato – uma inferência.

Em outra tentativa de identificar uma inferência, o pesquisador afirma: “a inferência que no final resulta numa compreensão específica se dá como fruto de uma operação co-textual/contextual e cognitiva regida por certas regras”. Aqui, há a

indicação de que a atividade cognitiva que gera uma inferência pode ser entendida por uma perspectiva formal, ou seja, buscando identificar quais são as “certas regras” que estruturam um raciocínio; logo, compreende-se que o ponto de partida para a discussão teórica que Marcuschi empreende parece ser também a Lógica⁴⁴.

Deve-se ressaltar, no entanto, que esse é apenas o eixo de onde parece ser proveniente a reflexão do linguista. Para elucidar alguns tipos de inferência, ele apresentou um quadro geral, o qual traz uma taxonomia prévia que pode ser assim reproduzida:

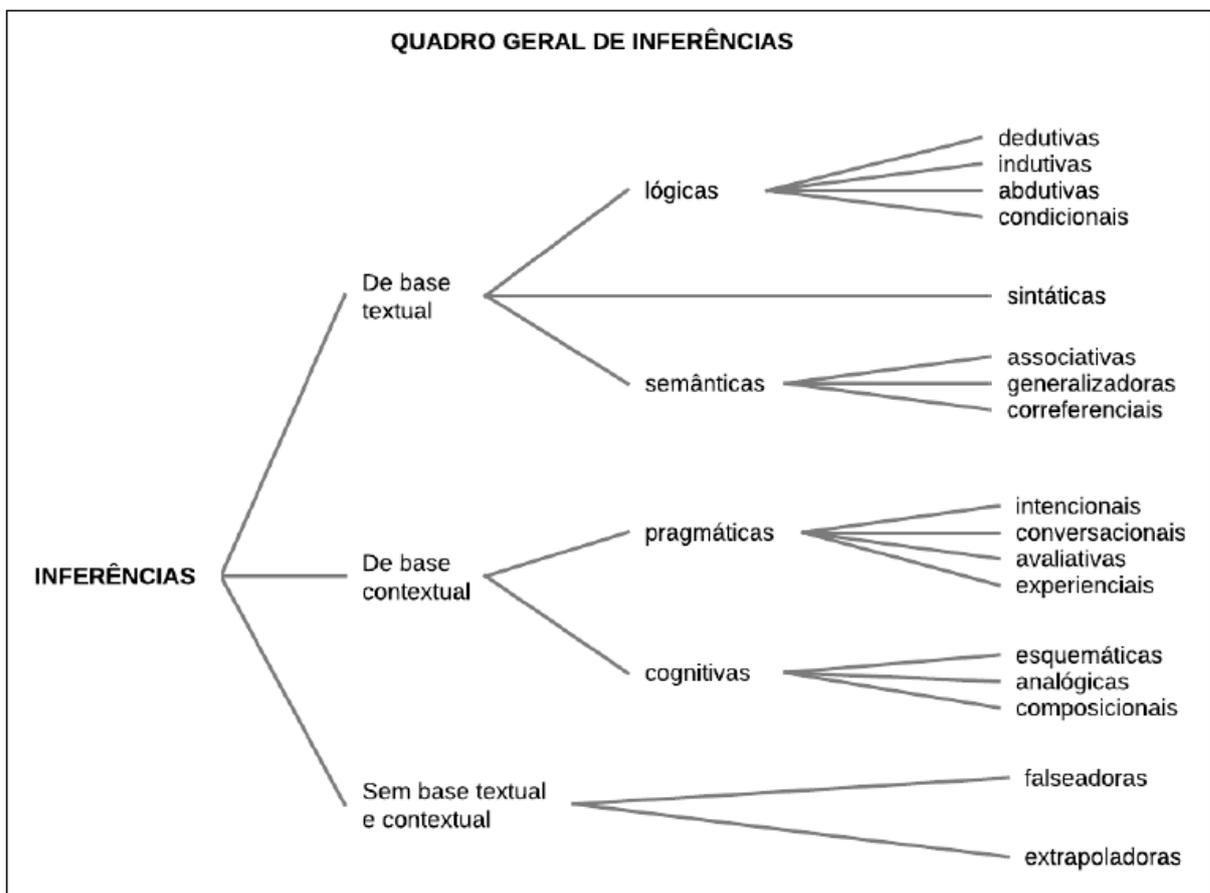


Figura 1 - Quadro geral das inferências (MARCUSCHI, 2008, p. 254)

Nota-se que o pesquisador realiza uma cisão com base naquilo que crê ser a origem do procedimento inferencial; razão pela qual adota a divisão de inferência com base textual, contextual e sem base textual e contextual.

⁴⁴ É importante destacar que o professor Marcuschi chegou à Linguística a partir da Filosofia. Durante certo tempo, ele figurou nas listas que registravam os lógicos brasileiros. Seu trabalho de doutorado, feito na Alemanha sob a orientação de Manfred Riedel, foi sobre Wittgenstein, com concentração em Lógica, Epistemologia e Filosofia da Linguagem.

A maior dificuldade em se trabalhar com a recomposição do pensamento do eminente professor reside sobre o fato de que o texto mais importante a respeito da natureza das inferências (em que ele propõe pela primeira vez o seu quadro geral) se encontra inacessível ao grande público⁴⁵. Ainda que tal dificuldade se apresente, é possível discorrer sobre os elementos componentes do quadro geral das inferências e fazer sua associação com o quadro de operações inferenciais que o pesquisador apresenta em seus estudos sobre a compreensão textual.

As inferências **de base textual** seriam dependentes da estrutura textual apresentada ao leitor de determinado texto. Nesse caso, seria possível falar em três naturezas inferenciais: as lógicas, as sintáticas e as semânticas. As primeiras reservam intimidade com as regras relativas ao trabalho da lógica proposicional e da avaliação dos operadores lógicos de uma sentença. Essa primeira divisão das inferências de base textual pode ser o ponto de partida para a reflexão do pesquisador, uma vez que vários de seus estudos são relacionados ao campo da Lógica. As segundas poderiam ser compreendidas como as relações intuídas por meio da análise da estrutura sintática de uma sentença (como a identificação das funções de sujeito ou dos papéis complementares em uma oração). Já as terceiras dependeriam do significado dos vocábulos pontualmente avaliados e suas possibilidades de extensão (a exemplo do emprego de formas pronominais, paráfrases e figuras de construção textual).

As inferências **de base contextual** estariam relacionadas com as condições de produção do texto, como o momento de produção, os interlocutores, o local de produção do texto, o conhecimento partilhado que se crê entre os comunicantes, entre outros fatores. A divisão dessa categoria inferencial prevê uma origem pragmática para as inferências e outra de natureza cognitiva. Entende-se com isso que as pragmáticas seriam orientadas (comunicadas ostensivamente, no sentido de Sperber & Wilson) pelo produtor do texto/comunicação; ao passo que as cognitivas dependeriam da habilidade do leitor/interlocutor de captar os recursos distribuídos ao longo do que é comunicado/escrito, a fim de realizar o processamento eficiente da comunicação.

Finalmente, as inferências **sem base textual nem contextual** seria aquelas realizadas de maneira não autorizada, ou seja, aquelas que representariam um

⁴⁵ Diversas buscas foram realizadas, inclusive com a revista pela qual o professor publicou o texto original, sem obter sucessos, no entanto.

“processamento deficiente” das informações, quer por acessar um conteúdo não justificado pela base textual (seriam as falseadoras); quer por apresentar informações que não se justificam no conteúdo proposicional, promovendo a extrapolação do sentido (seriam as extrapoladoras).

Com fundamento na distinção apresentada, Marcuschi (2008) propõe um quadro descritivo das operações inferenciais que são realizadas na tentativa de compreensão de um texto. A seguir, apresentam-se os tipos de inferências, bem como sua natureza e suas condições de realização.

A inferência por **dedução** possui natureza **lógica** e sua condição de realização é a reunião de duas ou mais informações textuais que funcionariam como um tipo de premissa para poder chegar a outra informação de maneira lógica. A conclusão será considerada necessária caso a operação seja considerada válida. Esse tipo de inferência parece ter fulcro nas operações relativas ao silogismo dedutivo aristotélico.

A inferência por **indução** também possui natureza **lógica**, entretanto sua condição de realização é distinta: parte-se da tomada de várias informações de natureza textual para chegar a uma conclusão probabilística. O valor de probabilidade dependeria do grau de verdade das premissas empregadas no raciocínio.

A inferência por **particularização** tem natureza **lexical, semântica e pragmática**. Segundo o pesquisador, suas condições de realização estão calcadas na tomada de um elemento geral, que possui base lexical ou que está fundado em experiências e conhecimentos pessoais, individualizando ou contextualizando num conteúdo particular com um lexema específico.

A inferência por **generalização** apresenta natureza **lexical e pragmática**. Suas condições de realização partem da saída de uma informação específica, o que poderia ser representado por um lexema, para chegar a uma afirmação de outra informação mais geral.

A inferência por **sintetização** possui natureza **lexical, semântica e pragmática**. Suas condições de realização estão pautadas na condensação de diversas informações que tomam por base as saliências lexicais, sem que ocorra uma eliminação de elementos essenciais para a compreensão.

A inferência por **parafraseamento** é de natureza **lexical e semântica**, consistindo suas condições de realização na alteração dos termos lexicais para dizer a mesma informação de outra sentença, contanto que não se altere o conteúdo proposicional.

A inferência por **associação** tem natureza **lexical, semântica e pragmática**. De acordo com o quadro do pesquisador, suas condições de realização se baseiam na afirmação de uma informação obtida por meio de saliências lexicais ou cognitivas por associação de ideias.

A inferência de **avaliação ilocutória** tem natureza **léxica, semântica e pragmática**. Suas condições de realização consistem na atividade de explicitação dos atos ilocutórios com expressões performativas que os representam. Essa atividade funciona como montagem de um quadro para explicitação de intenções e avaliações mais globais.

A inferência por **reconstrução** tem natureza **cognitiva, pragmática e experiencial**. Suas condições de realização são baseadas na reordenação ou na reformulação de elementos textuais com quadros total ou parcialmente novos. Ela diverge do acréscimo na medida em que insere algo novo situado no velho. O pesquisador cita como exemplo tal recurso em uma narrativa, que operaria como a estratégia de mudar o discurso direto para o indireto e vice-versa.

A inferência por **eliminação** é de natureza **cognitiva, experiencial e lexical**. Tem-se que suas condições de realização são relativas à exclusão pura e simples de informações ou dados relevantes e indispensáveis, impedindo até mesmo a compreensão dos dados que permanecem.

A inferência por **acréscimo** é de natureza **pragmática e experiencial**. Sua condição de realização é a introdução de elementos que não estão implícitos nem são de base textual, sendo que – em diversas ocasiões – podem levar até a contradições e falseamentos.

A inferência por **falseamento** é de natureza **cognitiva e experiencial**. Sua condição de realização está associada à atividade de introduzir um elemento e afirmar uma proposição falsa que não condiz com as informações textuais ou que não pode ser dali inferida.

Esse estudo do professor Marcuschi não é só seminal para compreender como as inferências atravessam os estudos linguísticos, mas também para perceber um norte para o estudo que ora se apresenta: ele mostra que há uma taxonomia das inferências com base no procedimento de realização, o que chama de condições para realização. Com efeito, nota-se uma preocupação em incluir demais categorias inferenciais que parecem negligenciadas nos estudos linguísticos: as ditas inferências falseadoras, por acréscimo e por eliminação. Há poucas referências na literatura

especializada, à exceção de Dascal (2006) e de Clark (1977), a respeito de inferências que conduziriam as pessoas aos ditos “erros de interpretação” ou às “interpretações equivocadas”.

Afirma-se que a proposta de taxonomia apresentada pelo pesquisador poderia contribuir sobremaneira para as pesquisas relativas ao processamento de informação pelos leitores / falantes em um contexto comunicativo. Empregar o termo “inferência” sem fazer sua especificação poderia conduzir o pesquisador a uma hermenêutica imprecisa, o que pode culminar em resultados menos consistentes de pesquisa. Cada categoria inferencial proposta por Marcuschi já valeria um estudo em separado. Caso isso fosse realizado, haveria um referencial teórico mais consistente para falar a respeito dos procedimentos inferenciais, bem como sobre o papel do processo inferencial na compreensão e na interpretação de textos.

A conclusão a que se chega, com base na bibliografia de Marcuschi a respeito das inferências, é que para o pesquisador as inferências são resultados de um processamento de informações salientes ou não (até mesmo supostas) em dado contexto de leitura (suas obras se voltam mais especificamente para o processo inferencial que ocorre durante a leitura, principalmente de textos de natureza narrativa). Há também uma distinção muito clara a respeito da natureza inferencial em cada processo descrito pelo autor – o que é uma orientação metodológica bastante importante para compreender as inferências, mesmo em Kintsch ou em Van Dijk (dois autores de grande vulto na Linguística Textual) não há uma distinção tão clara dessa natureza procedimental das inferências. Crê-se que essa clareza seja atribuída à formação lógica de Luiz Antônio Marcuschi.

2.2.5 - O estudo de Coscarelli

Em um artigo sobre as inferências, Carla Viana Coscarelli aponta para uma problemática que está associada ao conteúdo relativo à natureza conceitual e classificatória das inferências. Segundo a autora, devido à grande quantidade de distinções sobre a natureza do fenômeno inferencial, chega-se a uma generalização que faz o próprio conceito perder o seu valor.

A própria autora apresenta uma conceituação sobre inferência. Segundo ela:

Pode-se dizer que inferências são operações cognitivas que o leitor realiza para construir proposições novas a partir de informações que ele encontrou no texto. A noção de inferência tem sido usada para descrever operações cognitivas que vão desde a identificação do referente de elementos anafóricos e exofóricos até a construção da organização temática do texto. Essa excessiva abrangência do conceito de inferência é problemática para a caracterização desse fenômeno, pois reúne sob o mesmo título operações muito diversas, trazendo assim dificuldades para o estudo dele. (COSCARELLI, 2002, p. 2)

Por meio dessa definição, percebe-se a tentativa de retirar o *status* de processo lógico e passá-lo para um processo “cognitivo”. A distinção pode não parecer tão relevante, mas é. Modificar a qualidade de “lógico” para “cognitivo” significa dizer que o processo inferencial não parte sumariamente de pressupostos lógicos, ou mesmo de uma estruturação racional lógica. Valer-se da qualificação “cognitivo” implica aceitar que o indivíduo opera inferências em um processo que pode não ser estruturado e que pode ser falacioso.

Não há erro em fazer tal asserção. O que parece ocorrer, no momento em que se modifica a qualificação do processo inferencial, é uma reconfiguração do conceito clássico de inferência, apenas retirando um pouco do rigor estrutural que lhe seria próprio.

Por aquilo que foi posto na definição de Coscarelli (2002), pode-se compreender que a autora exclui, ou parece excluir, o reconhecimento dos mecanismos de retomada anafórica ou exofórica do processo inferência. Desse modo, recorta-se mais aquilo que a inferência não é do que aquilo que ela é (deveria ser). Reconhecendo o perigo de uma amplitude por demais genérica para a conceituação, a autora propõe que se faça uma divisão, a fim de que limites possam ser estabelecidos: o caminho para isso seria acrescentar ao conceito de inferência duas condições.

A primeira condição seria a de o leitor acrescentar a informação não-explicita ao texto. A segunda deveria ser a de que o acréscimo mencionado fosse realizado com respeito às indicações do texto, sem seguir “cegamente as vontades do leitor”.

Nesse limite imposto para melhor especificar o conceito de inferência, há uma dificuldade de compreensão: o que significa dizer que as indicações do texto devem ser respeitadas? Pelo que se compreende da proposta, parece a inferência depender apenas do texto. Mais do que isso. O termo “indicações” também não é preciso, pois não permite entender se estão inscritas no texto ou se apontam para informações que

lhes são ulteriores. Ainda pensando sobre a segunda limitação, se, para ser considerada inferência, o “processo cognitivo” deve respeitar uma base textual, sem seguir “cegamente” o leitor, dever-se-ia estabelecer um juízo para categorizar o que seria autorizado ou não e, só assim, seria possível saber o que é uma inferência.

Estendendo seu princípio conceitual, Coscarelli (2002) relata que é comum haver a divisão das inferências em dois tipos: conectivas e elaborativas. As primeiras seriam aquelas operadas para estabelecer a coerência do texto; já as segundas não possuiriam relação com a construção da coerência, seriam feitas para enriquecer a informação textual. A divisão mencionada pode servir para explicitar uma tipologia inferencial, porém não resolve o problema de definição. Isso quer dizer que, ao começar a sistematizar tipos de inferência, tem-se um conceito fundamental do qual essas tipologias são abstraídas, o que não está muito explícito.

Para que fique mais claro: há um exemplo citado pela autora que serviria para representar uma operação inferencial (outro conceito que redundava obscuro) conectiva (aquela que garante a coerência). O exemplo é: *comprei uma bolsa nova e o fecho já estragou*. Segundo a autora, seria preciso inferir que o fecho, na segunda oração, seja parte da bolsa citada na primeira e, ampliando essa visão, entender que as bolsas geralmente têm fecho. Bem, se tentarmos representar a sentença do exemplo de uma maneira que retire os substantivos, teríamos o seguinte resultado:

(1) Comprei X novo e o Y já estragou.

A estrutura frasal, nesse caso, continua a mesma, entretanto, os substantivos foram retirados e, em seus lugares, as incógnitas foram inseridas. Qualquer substantivo (referente) inserido na sentença há de criar uma relação de segmentação entre os referentes. Isso quer dizer que “fecho” e “bolsa” não estão associados pela dimensão semântica, afinal, é preciso considerar a convencionalidade dos sentidos presentes na língua, algo que mesmo Saussure já havia apontado. Portanto, não há que se pensar na extensão dos sentidos substantivais como o fomento para a inferência, pois a arbitrariedade semântica não pode ser considerada a chave para o processo inferencial, justamente porque arbitrária. Deve-se buscar, então, qual é a estrutura responsável por dar a “ignição” no processo inferencial. Crê-se, por meio do exemplo abstraído, que a estrutura da sentença seja a parte fundamental desse processo, pois é a associação entre “comprar algo novo” e haver um “estrago” que

cria a relação entre os substantivos que serão envolvidos do encadeamento de sentidos. Somente dessa maneira é possível entender que “fecho” faz parte de “bolsa”. Trabalhem com um eixo paradigmático para testar tal proposta:

- (2) Comprei *um carro* novo e o *câmbio* já estragou.
- (3) Comprei *um carro* novo e o *volante* já estragou.
- (4) Comprei *um carro* novo e *a antena* já estragou.
- (5) Comprei *um rádio* novo e *a antena* já estragou.
- (6) Comprei *uma TV* nova e *a antena* já estragou.

O “X” se mantém estático de (2) a (4), o que vai ser alterado é o segundo termo do referente: *câmbio*, *volante* e *antena*. Segundo a visão apresentada no exemplo inicial, mencionado por Coscarelli (2002), os três substantivos aqui escritos, necessariamente seriam partes do referente “X”; entretanto, os exemplos de (4) a (6) não permitem que esse raciocínio seja mantido: *carro*, *rádio* e *TV* (o caso mais curioso) podem possuir uma antena, sem, no entanto, ser uma condição necessária. Um processo inferencial de associação de sentidos conseguiria recuperar, nessa estrutura mencionada, a parte pelo todo e o todo pela parte (*carro* – *câmbio* / *antena* – *rádio*) e, há plausibilidade em advogar que a associação é promovida pela estrutura da sentença, o que poderia ser descrito, mas implicaria uma análise aprofundada do emprego de cada termo para a construção do sentido da frase⁴⁷. Mas, mesmo entendendo que esse processo ocorra por meio de algo chamado de inferência e que essa mesma inferência possa ser descrita como “conectiva”, não há uma definição do que seja uma inferência, logo, o propósito de definição não foi observado e é preciso partir para outra pesquisa.

Os próximos exemplos, talvez, sirvam para auxiliar na identificação de um rumo para o entendimento daquilo que se coloca nas sentenças anteriormente analisadas.

- (7) Maria ganhou uma bolsa do namorado e o fecho já estragou.

⁴⁷No exemplo mencionado “Comprei um ‘X’ novo e o ‘Y’ já quebrou”, o emprego do tempo verbal de “comprar” é fundamental para estabelecer o rompimento semântico suscitado pelo advérbio (com sentido temporal) “já” – o qual indica que a ação ocorrida (expressa pela outra forma verbal) não deveria ter ocorrido. O entendimento de que o “quebrar” não era possível, pois o adjetivo “novo” foi empregado, o que cria uma suposição de que aquilo que é “novo” não deveria “quebrar” em um curto espaço de tempo.

(8) Maria ganhou uma bolsa da Capes e o fecho já estragou.

Entende-se que nem os itens lexicais sozinhos, nem a estrutura da sentença sozinha são capazes de garantir (ou bloquear) a inferência. No fundo, parece que se está diante de um caso em que múltiplos fatores são necessários para que uma significação específica seja obtida.

A ideia de que uma das condições para que a inferência se dê seja a da coerência do enunciado parece ser promissora para a discussão. É isso que se vê nos exemplos (a) e (b). Para (b) ser coerente, é preciso que se suponha que a bolsa que Maria ganhou da Capes seja um “porta-trecos” e não um estipêndio mensal. Em que pese tal fato, não pode ser unicamente a coerência o traço distintivo para o estabelecimento das inferências, pois uma sentença pode fazer sentido quando a inferência passa a relacionar os conceitos subjacentes à coerência daquilo que se comunica. Nesse sentido, entende-se que a coerência pode ser identificada como um dos elementos componentes ou fomentadores das inferências, mas não como o único constituinte do processo inferencial. Na verdade, parece que essa é uma relação de complementaridade, ou seja, há inferência quando a sentença parece ter coerência e a coerência pode se estabelecer por meio de inferências realizadas pelo indivíduo.

O que se apresentou até o presente ponto da seção se trata das reflexões pontuais da autora em um artigo, um texto mais específico a respeito das inferências. Já, em sua tese de doutoramento – em que discutiu o papel das inferências no processo de leitura e construção do significado – Coscarelli apresentou de maneira mais aprofundada o problema das inferências, o que passa a ser discutido doravante.

Ela retoma o problema conceitual/definitório das inferências logo no início do capítulo sobre o assunto:

O artigo de McKoon e Ratcliff (1992) é um bom exemplo de como é difícil e frágil a interpretação de dados sobre inferências. Esses autores argumentam a favor da hipótese minimalista da produção de inferências em oposição à visão construcionista. Na hipótese minimalista, na ausência de processos estratégicos dirigidos por objetivos específicos, apenas dois tipos de inferências são construídos e codificados durante a leitura: aquelas necessárias para o estabelecimento da coerência local do texto que está sendo processado e aquelas baseadas em informações que estão rápida e facilmente disponíveis.

Por outro lado, os construcionistas, entre os quais se pode citar Bartlett (1932), Bransford, Barclay e Franks (1972); Anderson et al. (1976);

Johnson-Laird (1980); Rumelhart (1977); Trabasso e van den Broek (1985) e van Dijk e Kintsch (1983), propuseram que a representação mental do texto automaticamente codificada é um modelo da situação descrito pelo texto. Essa representação deveria conter inferências, inclusive elaborações de informações explícitas no texto e conexões globais entre proposições. Essa posição opõe-se à abordagem minimalista, pois defende que muitas inferências seriam feitas durante a leitura, já que o leitor deveria construir uma representação mental muito completa para a situação tratada no texto, ao passo que, para os minimalistas, as inferências que o leitor faria seriam em número reduzido, visto que somente aquelas necessárias à compreensão do texto ou aquelas feitas com base em informações muito disponíveis seriam feitas. (COSCARELLI, 1999, p. 99)

Fica evidente que não há consenso sequer no trato com os dados relativos à construção das inferências durante a leitura ou a conversação. A distinção entre as posições minimalistas e construtivistas demonstram como o trabalho com as inferências é pulverizado e complexo. Ao assumir a posição minimalista, é necessário abandonar as múltiplas classificações dos tipos inferenciais, pois nem todos estariam vinculados à estratégia de compreensão local do que se apresenta em um texto. Ao assumir a posição construtivista, é necessário analisar todas as possibilidades de composição de sentido (e de suas multiplicidades) com base nas diferentes formas de construir uma informação nova com base em uma informação dada. Nesse caso, todas as subcategorias das inferências deveriam ser levadas em conta.

De qualquer maneira, a pesquisadora demonstra que o pensamento a respeito das inferências está muito longe de, sequer, parecer confluir. Isso não significa que se trate de uma impossibilidade para o trato com o processo inferencial, longe disso, afinal, a ciência é marcada por esse tipo de descontinuidade. O que se descortina é a necessidade de melhorar a classificação com que se trabalha, para que os resultados das pesquisas sejam mais sólidos, pois partiriam de uma base teórica mais clara, com uma hermenêutica mais precisa.

Como o propósito do presente trabalho não é discutir os procedimentos de pesquisa, mas apontar as visões a respeito de inferência, tratar-se-á mais particularmente da seção e em que a autora busca responder à questão: o que são as inferências? Além disso, também será exposta uma tentativa de classificação das inferências que a autora apresenta.

2.2.5.1 – Distinção inicial entre minimalismo e construtivismo

Coscarelli (1999) inicia a taxonomia inferencial antes mesmo de lidar com o problema dos procedimentos de definição das inferências. A autora apresenta duas visões opostas macroscópicas em relação a esse fenômeno de processamento de informações.

Nota-se, pela revisão do trabalho da autora, que há duas abordagens gerais que lidam com o processamento textual: o minimalismo e o construcionismo. Enquanto a primeira busca investigar apenas os processos mais específicos de estabelecimento de coerência (essencialmente local) do texto, por meio da ativação de informações que estão salientes no texto e que são facilmente recuperáveis; aquela se volta para o estabelecimento da coerência essencialmente global do texto. Nesse sentido, o construcionismo há de lidar com mais processos (e mais variados, portanto) de compreensão e interpretação dos textos. Com efeito, defende-se a posição que a própria autora assume no texto, que é a de que não se pode ser inflexível no trabalho com as inferências, pois o caminho para uma compreensão do fenômeno parece ser a crença de que os tipos de inferência sejam dependentes do grau de automatização e de segmentação do texto. (se mais ou menos automáticas; se mais locais ou mais globais).

Em que pese o fato de buscar uma análise gradativa das inferências, a distinção entre minimalismo e construcionismo é fundamental para que seja possível recuperar os princípios classificatórios com que se trabalha, em alguns estudos linguísticos, quando o assunto se volta para a identificação das inferências.

2.2.5.2 – Tentativa de conceituação e apresentação de taxonomia

Antes de incluir todas as formas que considerou relevantes (em um levantamento bibliográfico) para o trabalho com as inferências, Coscarelli (1999) apresenta o que considera como uma tentativa de conceituação de inferência:

Pode-se dizer que inferências são operações cognitivas que o leitor realiza para construir proposições novas a partir de informações que ele encontrou no texto. Essas operações ocorrem quando o leitor relaciona as palavras, organizando redes conceituais no interior do texto, mas também quando o leitor busca informações em suas

experiências para com elas recuperar os elementos faltosos no texto. (COSCARELLI, 1999, p. 104)

Fica evidente, por meio da análise desse trecho, que a autora guarda algumas reservas importantes com relação às inferências: o fato de empregar as expressões “operações cognitivas” e “organizando redes conceituais” indica que essa visão lida com a inferência como um processo; o fato de empregar a expressão “construir proposições novas” significa que essa mesma perspectiva volta à relação *dado-novo* do processamento de informações; o fato de empregar o segmento “recuperar os elementos faltosos no texto” indica que há uma intenção no nesse processo. Isso quer dizer que, na perspectiva da autora, inferências são processos intencionais de ativação de informações em uma relação dado-novo. Essa visão parece partilhar mais dos princípios provenientes do construcionismo do que do minimalismo, em razão da ideia de uma construção de redes conceituais – o que é muito mais amplo do que a mera retomada ou associação de informações explícitas em um texto.

Coscarelli (1990) indica qual é o conceito mais comum com que se trabalha na literatura da psicolinguística, da psicologia cognitiva e da linguística em relativo à inferência. De acordo com ela, trata-se de uma adição de informações ao texto, que é feita pelo leitor ou pelo ouvinte. Para comprovar esse posicionamento, apresenta McLeod (1977), Frederiksen (1977), Dell’Isola (1988), Morrow (1990), Yekovich *et al.* (1990) e McKoon e Ratcliff (1992). Apesar de diversas dessas propostas de conceituação já terem sido citadas ao longo deste trabalho, é necessário empregá-las novamente para evitar o desgaste da busca nas páginas anteriores⁴⁸. Eis a apresentação dos teóricos:

Autor	Conceito	Destaque
McLeod (1977) apud Flood (1981:6)	“inferências são informações cognitivamente geradas com base em informações explícitas, linguísticas ou não linguísticas, desde que em um contexto de discurso escrito contínuo e que não tenham sido previamente estabelecidas”	O conceito se volta para a geração de informações, ou seja, as inferências são o resultado de um processo.

⁴⁸ Esse processo será feito toda vez em que for necessário retomar trechos do trabalho que apresentam alguma forma importante para a análise.

Frederiksen (1977:7)	“inferências ocorrem sempre que uma pessoa opera uma informação semântica, isto é, conceitos, estruturas proposicionais ou componentes de proposições, para gerar uma nova informação semântica, isto é, novos conceitos de estruturas proposicionais”	Destaca-se novamente a ideia de geração de informações novas.
Dell'Isola (1988:46)	“inferência é um processo cognitivo que gera uma informação semântica nova a partir de uma informação semântica anterior em um determinado contexto. Inferência é, pois, uma operação cognitiva em que o leitor constrói novas proposições a partir de outras já dadas. Porém não ocorre apenas quando o leitor estabelece elos lexicais, organiza redes conceituais no interior do texto. Ocorre também quando o leitor busca extratexto informações e conhecimentos adquiridos pela experiência de vida, com os quais preenche os ‘vazios’ textuais”	Novamente a ideia de geração de informações.
Morrow (1990:123)	“Estamos interessados em como os leitores vão além da informação explicitamente mencionada para compreender narrativas. Para isso, os leitores têm de fazer inferências, isto é, eles ativam e usam informações implícitas, mas que não foram mencionadas para compreender a narrativa”	Aqui não se fala sobre geração de informações, mas sim sobre o acesso a informações que estão implícitas em um texto.
Yekovich et al. (1990:259,262)	“inferências são informações não explícitas no input. ... Geralmente acredita-se (<i>sic</i>) que as inferências sejam o resultado de processos cognitivos que tomam um conjunto de informações, integram os elementos dele e produzem uma ou mais informações novas não dadas explicitamente no input”	Levanta-se a ideia de produção (geração) de informações novas.
McKoon e Ratcliff (1992:440)	“Uma inferência é definida como qualquer informação que não está explícita no texto”	É provável que aqui a ideia se volte mais para o acesso às informações do que para a geração.

Coscarelli (1990) critica a visão de McLeod (1977), pois crê que não é possível limitar as inferências somente ao universo da leitura, como não houvesse processo inferencial durante a fala. Segue com críticas a Morrow (1990) e Yekovich (1990) em

razão de não acreditar que as informações não explícitas no texto não devam estar necessariamente implícitas nele. Nem mesmo Frederiksen (1977) escapa da sua observação. Segundo a autora, o conceito apresentado pelo pesquisador americano carece de limites para evitar que a definição perca seu valor por ser vaga demais. Além disso, Coscarelli deixa claro que, para limitar mais o conceito de inferência, a visão que deixa de lado as operações de referência (ou seja, as relações anafóricas – em sua perspectiva) como operações inferenciais seria mais prolífica.

Após essa discussão preliminar, identifica-se – no trabalho da pesquisadora – um início de taxonomia das inferências. A primeira distinção que se opera é a separação entre *inferências conectivas* e as *inferências elaborativas*. Nessa perspectiva, nomeia-se uma inferência conectiva (também chamada por alguns teóricos como *necessárias*, *backwards* ou *bridging*) aquela feita por um leitor para que possa conectar informações de distintas partes de uma base textual, com o fito de manter ou de construir a coerência do texto. Essa terminologia se encontra dispersa nos trabalhos de Garnham (1989) sob o nome de **necessárias**, de Carpenter e Just (1977), Seifert (1990), Van den Broek, (1990a e 1990b) com a identificação como **backwards** e de Clark (1977), Ericsson e Kintsch (1995), Haberlandt e Graesser (1990), Keenan (1990) como **bridging**. Caso tais inferências não sejam feitas, pode haver um problema de compreensão do texto. É preciso ressaltar que esse tipo de inferência, segundo os autores citados pela pesquisadora, dependeria do conhecimento de mundo do leitor para que possam ser feitas. Além disso, afirma-se que elas seriam as responsáveis pelo estabelecimento de relações de natureza temporal, espacial, lógica, causal e intencional em diferentes partes do texto.

Van den Broek (1990) *apud* Coscarelli (1999) propõe uma distinção entre tipos de inferências conectivas. Segundo ele, há inferências de conexão, de elaboração e de reativação. Ao que parece, são todas de natureza eventiva, ou seja, trata-se de ativações de elementos anteriores ao enunciado lido ou a elaboração de um evento não explícito para construir a coerência do texto. Também é necessário admitir que a última divisão apresenta uma nomenclatura confusa, pela proximidade com o sentido de inferência elaborativa.

O segundo grupo de inferências corresponde às *inferências elaborativas*. De acordo com a literatura consultada, as elaborativas não desempenham um papel no estabelecimento da coerência local do texto. Teóricos como Britton et al. (1990); McKoon e Ratcliff (1992) e Van den Broek (1990) utilizam a nomenclatura

elaborativas, ao passo que Carpenter e Just (1977); Seifert (1990) e Van den Broek (1990) admitem o nome *forward* para esse tipo de inferência. De acordo com Coscarelli (1999), Van den Broek (1990) admite as duas nomenclaturas.

Há também uma proposta de subdivisão das inferências elaborativas. Coscarelli (1999) aponta primeiramente a divisão de McKoon e Ratcliff (1992), que sugere identificação de inferências semânticas, instrumentais e preditivas. De acordo com os autores, as *semânticas* adicionam traços de significado que são contextualmente apropriados à representação de um conceito. As *instrumentais* indicariam o instrumento típico para a realização da ação de um verbo. Ao passo que as *preditivas* adicionariam informação sobre o que haveria de ocorrer em uma narrativa.

Apresenta a autora também a classificação de Van den Boek (1990), que prevê uma divisão das inferências elaborativas em *expectativas sobre eventos futuros* e *antecipação da futura importância dos eventos*. Na comparação com a classificação anterior, as expectativas sobre eventos futuros são semelhantes às preditivas de McKoon e Ratcliff (1992); as de antecipação não encontram par no trabalho dos dois autores mencionados.

Coscarelli (1999) também explica que há inferências classificadas de acordo com seu conteúdo semântico. Como exemplo, cita as inferências de instrumento (Seifert, 1990; Whitney e Williams-Whitney, 1990) e as informativas (Warren, Nicholas e Trabasso, 1979), que seriam responsáveis pela determinação de pessoas, coisas, lugares, tempo e o contexto geral de um dado evento, respondendo a questões, tais como quem, o quê, onde e quando.

Outro exemplo de classificação inferencial que leva em consideração o conteúdo semântico é o modelo proposto por Clark (1977). Quando fala sobre *bridging*, propõe uma divisão em inferências que acrescentam motivação, causa e consequência entre os enunciados. Todas elas levam em consideração o conteúdo proposicional e as possibilidades de associação das ações com vistas a construir a coerência do texto.

Millis (1990) também é referência para Coscarelli (1999) na taxonomia inferencial. Sua proposta é relativa a uma distinção entre as inferências associadas a estados; inferências associadas a eventos futuros e inferências associadas a eventos passados ou simultâneos. De certa forma, essa classificação acaba reformulando os princípios empregados por Clark (1977) para a divisão tipológica das inferências.

É justamente nesse mesmo tom que surge a crítica à taxonomia com base no conteúdo semântico das inferências. Segundo a pesquisadora, apesar de diversas tentativas de classificação empreendidas por vários autores – a exemplo de Marcuschi (1985), Warren, Nicholas e Trabasso (1979) – o trabalho não parece demonstrar uma evolução, uma vez que os quadros gerais de inferência propostos até então adotam uma nomenclatura redundante e imprecisa, além de – por diversas vezes – serem meramente subjetivas.

Concluindo seu raciocínio, Coscarelli (1999) afirma que, malgrado os diversos pontos conflitantes entre os pesquisadores que lidam com as inferências, é possível delinear alguns traços de aproximação:

o fato de que elas são feitas, de que existem tipos diferentes, de que elas são feitas para possibilitar a compreensão do texto e que, depois de feitas, são lembradas como parte do texto, isto é, são incorporadas à representação do texto como as outras proposições não inferidas. (COSCARELLI, 1999, p. 121)

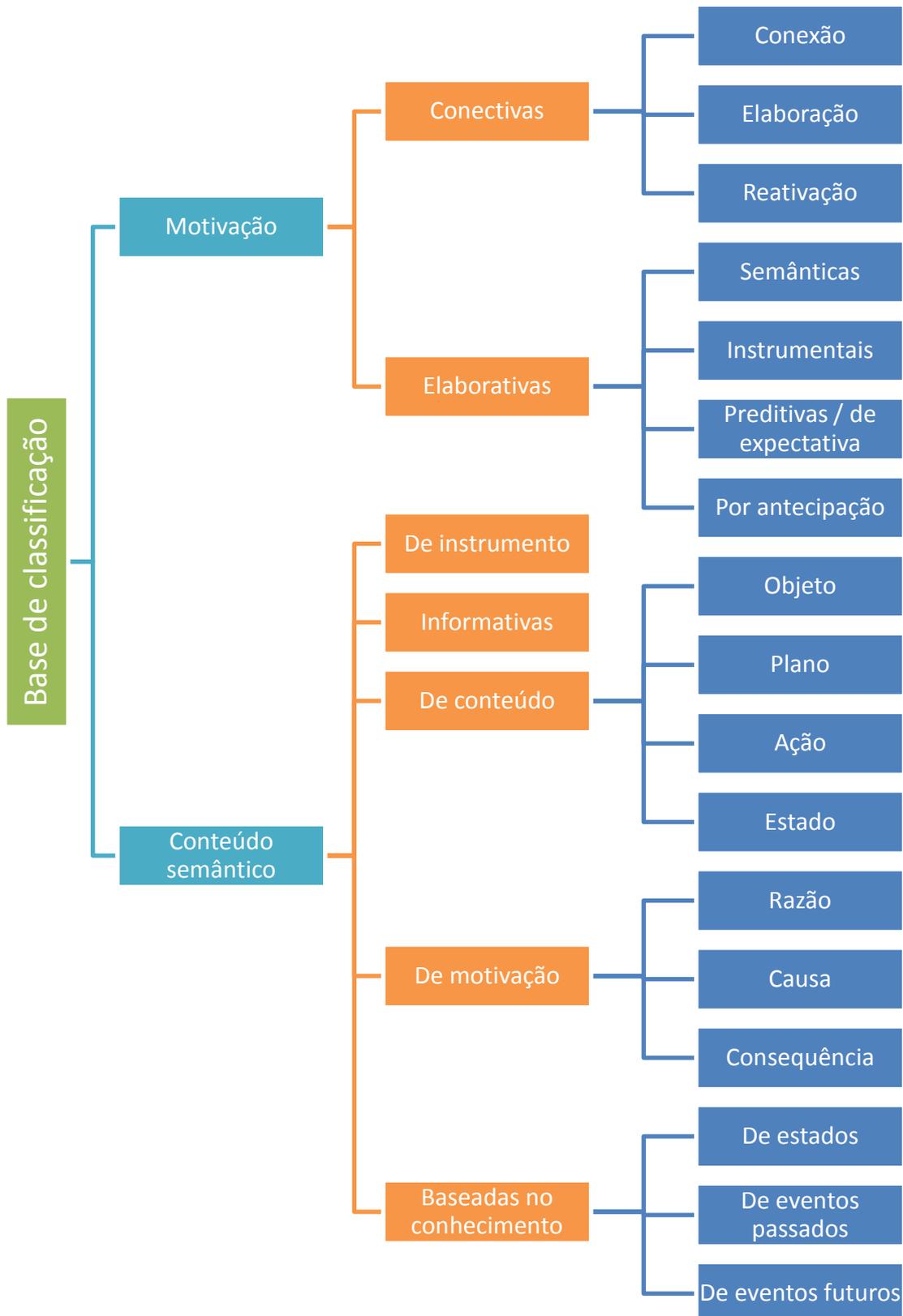
Essas aproximações, de fato, são o que mais interessa para este trabalho, pois um dos movimentos mais importantes da hermenêutica a ser adotada para processar a arqueologia que ora se estabelece é identificar o invariante dos conceitos arrolados. Apesar de a citação apresentada não ter esse objetivo, ressalta-se a preocupação da autora em encontrar pontos comuns entre os teóricos que lidam com compreensão e interpretação de texto.

Para sintetizar o percurso feito até o presente momento (a reflexão da pesquisadora Carla Viana Coscarelli), apresenta-se um quadro com as conceituações e com a taxonomia inferencial que ela descreveu em seu trabalho:

Quadro Taxonômico das Inferências em Coscarelli (1990)

Classificação com base na motivação da inferência				
Inferências conectivas (necessárias, backwards ou bridging)		Inferências Elaborativas (forward)		
Autores	Subdivisões	Autores	Subdivisões	
Carpenter e Just (1977), Seifert (1990), Van den Broek (1990), Clark (1977), Ericsson e Kinstsch (1995), Haberland e Graesser (1990), Keenan (1990)	<ul style="list-style-type: none"> • Conexão • Elaboração • Reativação 	Briton et al. (1990), McKoon e Ratcliff (1992), Van den Broek (1990), Carpenter e Just (1977), Seifert (1990)	<ul style="list-style-type: none"> • Semânticas • Instrumentais • Preditivas / de expectativa • Por antecipação 	
Classificação com base no conteúdo semântico das inferências				
Inferências de instrumento	Inferências informativas	Inferências de conteúdo	Inferências de motivação	Inferências baseadas no conhecimento
Seifert (1990), Whitney e William-Whitney (1990)	Warren, Nicholas e Trabasso (1979)	Seifert (1990): <ul style="list-style-type: none"> • Objeto • Plano • Ação • Estado 	Clark (1977): <ul style="list-style-type: none"> • Razão • Causa • Consequência 	Millis (1990): <ul style="list-style-type: none"> • De estados • De eventos passados • De eventos futuros

A representação da tabela anterior pode ser traduzida no seguinte organograma para simplificar a identificação (esquema de categorização inferencial):



Coscarelli (1999) apresentou, sem dúvidas, uma excelente pesquisa a respeito das inferências, bem como indicou precisamente alguns problemas graves associados à sua natureza conceitual. Não escapou à sua análise também a dificuldade taxonômica proveniente de uma aparente indiferença hermenêutica para realizar a

categorização dos tipos de inferência. Resta evidente, por meio da análise da pesquisa empreendida pela autora, que houve um momento particular na história das ciências que lidam com linguagem e com processamento de informações em que os estudos relativos às inferências ganharam mais notoriedade: entre 1970 e 1990. Contemporaneamente, diversos desses autores listados ainda lidam com processamento textual, apesar de a questão das conceituações de inferência parecer item pacificado para vários deles.

2.2.6 – As inferências nas interfaces

No ano de 2009, Jorge Campos organizou um livro que reúne vários artigos científicos cuja temática se volta aos estudos das inferências linguísticas nas interfaces. Apesar de haver distintos propósitos em cada texto, há – em cada um – um conceito de inferência do qual derivam as reflexões. Seguem-se todos os excertos que carregam esses conceitos.

Na apresentação da obra, Jorge Campos afirma:

A inferência, dentro desse contexto, pode ser modelada como uma propriedade a ser identificada em qualquer uma das direções acima. Inferir, nesse sentido, teria um papel garantido no processo do conhecimento, do raciocínio e da comunicação. De um ponto de vista histórico, a inferência é o centro da atividade clássica de argumentar, tornando-se o objeto de investigação consagrado pela silogística aristotélica nos fundamentos da Lógica. Na perspectiva moderna, pode-se modelar a inferência em interfaces entre várias áreas, embora, por razões evidentes, a natureza lógica do processo continue a ser um ponto de partida geralmente assumido. Sob tal ótica, a inferência caracteriza-se como uma espécie de objeto inter/intradisciplinar por definição. Entre disciplinas porque, por exemplo, seria construída na interface lógico-linguística, ou lógico-cognitiva, ou, ainda, lógico-comunicativa. Intradisciplinarmente, porque, no interior da Lógica Clássica, a inferência dedutiva seria construída como objeto do Cálculo Proposicional e de Predicados, ou da Lógica de Predicados e da Lógica Modal, etc. No interior da Linguística, a Semântica e a Pragmática disputariam a questão da inferência em suas descrições do significado em linguagem natural. (CAMPOS, 2009, p. 8)

O organizador não apresenta, de fato, um conceito de inferência, pois não se debruça sobre quaisquer operações realizadas para inferir algo. Na realidade, ele opera uma espécie de segmentação de áreas que lidam com as inferências. Essa

visão pode auxiliar o pesquisador, pois promove algo semelhante ao que se identifica em Marcuschi (2008): uma cisão⁴⁹ entre estudo de inferências com fundamentação lógica e de inferências com fundamentação pragmática.

Em *Predição leitora e inferência* (em Campos 2009, p. 10-22), encontra-se:

O termo *inferência* é encontrado tanto na Psicolinguística como na Pragmática. Na Psicolinguística, a inferência consiste numa estratégia de leitura, assim como a predição leitora, exigindo processamentos cognitivos que manipulam pistas textuais deixadas pelo leitor, com o objetivo de chegar à compreensão do texto. Na Pragmática, constitui-se num percurso cognitivo que ocorre entre uma afirmação inicial e uma afirmação final (conclusão), sendo a base para cálculos de relevância. Neste artigo, o percurso cognitivo inferencial faz a âncora, o suporte para a realização da predição, estratégia fundamental para a compreensão. Nesse sentido, a inferência está sendo assumida como caminho com esforço cognitivo para a predição, com vistas ao benefício da compreensão leitora, o que faz uma aproximação com a teoria da relevância. (PEREIRA, 2009, p.14)

O conceito apresentado no excerto traz um exemplo da dificuldade de se decidir como entender as inferências em uma pesquisa. Fala-se sobre Psicolinguística e sobre Pragmática, apesar de partir da ideia de que uma inferência seria uma estratégia de leitura, ou seja, a inferência é identificada como um tipo de processo intensivo de busca de informações (pistas textuais) para se chegar à compreensão do texto. Nota-se que há uma separação entre predição leitora e inferência, o que revelaria – ao menos – o desconhecimento (ou a negação) da natureza das inferências preditivas que foram identificadas por Coscarelli (1999). Isso quer dizer que a predição leitora seria o resultado das inferências e que não haveria necessariamente uma inferência preditiva (de natureza elaborativa, como se viu na taxonomia anterior). Também fica evidente que o conceito apresentado descarta qualquer natureza automática das inferências, além de não mencionar qualquer estruturação de inferências lógicas.

Em *O Papel das inferências na construção de conceitos de emoção* (em Campos 2009, p. 23-39), lê-se:

O conjunto de suposições que constituirão o contexto é responsável pela elaboração de inferências interpretativas. A inferência é uma

⁴⁹ Crê-se que essa separação seja um dos pontos nevrálgicos da questão relativa ao estudo das inferências, uma vez que permite ao pesquisador saber com que tipo de motivação inferencial está lidando.

construção da cognição em meio às relações sociais, construídas com o objetivo de dar significado aos objetos no mundo. Acredita-se que o pensamento inferencial é um processo triádico, que envolve, ao mesmo tempo, os raciocínios dedutivo, indutivo e abduativo. No primeiro, de premissas geradas na troca comunicativa decorre uma conclusão interpretativa; no segundo, há a sustentação por expectativas probabilísticas, muitas vezes por meio de generalizações; e, no terceiro, formam-se hipóteses explanatórias para determinado fenômeno – a abdução parece ser, na maioria das vezes, a inferência desencadeadora das demais, já que é a partir dela que são geradas hipóteses para a melhor interpretação possível. (VANIN, 2009, p. 27)

O conceito apresentado no excerto acima contradiz muito do que se viu até o presente momento, pois – em quase todos os estudos que trilham o caminho das inferências – foi possível observar que há uma tentativa de diferenciar a inferência de motivação lógica da inferência de motivação pragmática. Quando se parte da ideia de que uma inferência é uma construção dependente das relações sociais, faz-se uma standardização desse fenômeno, a qual dificulta a investigação a respeito de suas peculiaridades. Em que pese tal fato, ainda se percebe a separação de três tipos de inferência de base lógica (considerando Marcuschi [2008] e Pierce [2005]): dedutiva, indutiva e abduativa, brevemente comentada.

Em *Como funciona a Inferência morfossemântica* (em Campos 2009, p. 40-59), verifica-se o seguinte conceito:

Inferência, portanto, é a busca pela compreensão do significado integral de frases, trechos ou palavras que o receptor faz utilizando o seu conhecimento de mundo de forma a alcançar a interpretação a que lhe foi pretendida, segundo Rossa (2002). Grice (1967/75) usou o termo *implicatura* para descrever a inferência pragmática conectando o significado da palavra (aqui entendida como morfossemântica) ao significado da sentença (inferência de *dicto/dito* – sintática) proferida pelo falante. (SILVA, 2009, p. 40).

No excerto mencionado, a inferência é conceituada como busca por compreensão, o que parece indicar um aspecto processual. Pelo que se apresenta, é aparente a ideia de que uma inferência deve estar relacionada ao que o autor pretendeu transmitir, ou seja, não haveria espaço para as inferências não autorizadas (a exemplo das falseadoras ou das inferências por acréscimos, identificadas por Marcuschi [2008]). Há uma associação entre implicatura e inferência nessa

conceituação apresentada, que parece ser dissonante em relação ao levantamento das categorias realizadas até então.

Em *Inferência Semântico-pragmáticas e segunda língua* (em Campos 2009, p. 67-81), assim se conceitua inferência:

Inferir é pensar, é raciocinar. Inferência é um raciocínio que leva de uma premissa a uma conclusão. Há vários tipos de inferências. Em primeiro lugar, inferências clássicas dedutivas são raciocínios baseados em regras da lógica formal, sendo necessárias, demonstráveis e não canceláveis. Em contrapartida, inferências semânticas e pragmáticas englobam a significação dos enunciados, que pode ser depreendida explicitamente ou implicitamente. As inferências semânticas referem-se à decodificação de enunciados, através da aplicação de regras fonológicas, sintáticas, morfológicas e lexicais, cujas proposições podem ou não expressar condições de verdade. Já as inferências pragmáticas baseiam-se na noção de implicaturas de Grice, que enfatizou a distinção entre o que as palavras significam, o que o falante diz literalmente quando as usa e qual é a intenção comunicativa do falante quando as utiliza; o que frequentemente vai além do que é dito. (CORSETTI, 2009, p. 68).

Nessa conceituação, parte-se de uma ideia bastante abrangente (a de que inferir é pensar) para uma especificação que leva em consideração a distinção entre lógica, semântica e pragmática. Nota-se a ideia de que uma inferência está calcada em uma estrutura que pode ser demonstrada por meio de regras lógicas, fonológicas, sintáticas, morfológicas, lexicais, conversacionais ou baseadas em conhecimentos partilhados.

Em *Inferências, envelhecimento e doença de Alzheimer* (em Campos 2009, p. 82-104), lê-se que:

Inferência é a informação que está implicitamente contida num texto ou diálogo que o ouvinte ou leitor usa para facilitar a sua compreensão. A noção de inferência pertence à Lógica e surgiu com Aristóteles, que introduziu os fundamentos da lógica clássica. Sendo a Lógica uma ciência formal, ela é isenta de conteúdo, portanto passível de ser empregada em outras áreas formais. A inferência clássica é um processo lógico pelo qual a partir de suposições (premissas) se chega a uma conclusão. De premissas verdadeiras obrigatoriamente se chega a uma conclusão verdadeira. Do que é dito nas premissas se infere o não-dito que é muito mais rico em significado. Somente têm importância as inferências relacionadas com o significado do dito. (PALOMBINI, 2009, p. 82).

A inferência é identificada nesse excerto como um elemento facilitador da compreensão de algum tipo de mensagem. Apesar de não haver nenhum indício de que Aristóteles tenha sido o propositor da ideia de inferência (na realidade, as evidências dos próprios textos aristotélicos mostram que tal ideia já era conhecida nas discussões a respeito de argumentação na Grécia Clássica), atribui-se a ele a noção de inferência dentro da lógica. Tem-se a impressão de que esse conteúdo associado à Lógica foi acrescido das análises de Ducrot a respeito do conteúdo dito, não-dito e subentendido para tentar evidenciar sua relação com os estudos linguísticos. Com efeito, fica difícil dizer o que é uma inferência quando se parte desse tipo de definição, quer por sua vagueza, quer por sua falta de vinculação a uma linha precisa de investigação.

Marion Costa Cruz, em *A inferência na interface imagem e linguagem (daisyspot)* (em Campos 2009, p. 105-118), vale-se de outros autores para conceituar inferência.

Sperber e Wilson definem esse processo como um conjunto de premissas e resultados num determinado conjunto de conclusões que seguem a forma lógica, e que são garantidas pelas premissas (1995, p. 12). Apenas o aspecto linguístico, muitas vezes, não explica o conteúdo de uma determinada mensagem, é preciso o contexto para que o esforço de processamento seja reduzido. Para os autores, contexto não é apenas o meio ambiente onde determinada mensagem é produzida, mas sim expectativas sobre o futuro, crenças religiosas, memórias, pressuposições culturais etc. (CRUZ, 2009, p. 106)

Inferência aqui é vista como um processo, uma vez que o autor se vale de Sperber e Wilson (autores revisados neste trabalho), relegando para o contexto a parte mais importante dessa tentativa de definição, ou seja, a ideia contida nessa passagem é: inferência é informação gerada com base no contexto em que se processam premissas.

Em *Efeitos contextuais e ambiente cognitivo* (em Campos 2009, p. 182-203), Maria de Lourdes Spohr, em uma análise a respeito do papel das inferências na compreensão de um texto como a charge, diz que as inferências são resultados da ativação das ligações mais relevantes entre os elementos processados (no caso, evocados por uma charge) e podem ser de ordem lexical, sintática ou semântica (p.

191). Como não se sabe o que se pretende com o emprego do termo “ativação das ligações mais relevantes”, chega-se à ideia de que o conceito aparece por demais vasto e contribui pouco para o entendimento do fenômeno inferencial.

Em *Inferência e imagem: charge e cartoon* (em Campos 2009, p. 204-219), Guaresi (2009) afirma que “as inferências são resultados das pistas deixadas pelo autor e, por outro lado, do conhecimento de mundo do indivíduo (p. 209).” Nesse caso, a inferência sempre seria o resultado de um processo ostensivo, cuja ostensão seria ambivalente, ou seja, relativa ao Princípio Cooperativo de Griceano, que é inerente a qualquer atividade comunicativa. Nesse sentido, uma inferência seria apenas aquela “autorizada” pelo texto.

Em *Everybody lies* (em Campos 2009, p. 230-249), Silva (2009) conceitua inferência como “a construção que leva em conta a relação das pessoas com a realidade; é um processo de uma estrutura lógico-linguístico-cognitiva em que das premissas chega-se às conclusões assumidas como necessárias” (p. 232). Essa definição, apesar de genérica, é bastante útil ao analista, uma vez que trabalha com três aspectos fundamentais relativos às pesquisas sobre as inferências: a base lógica, a base linguística e a base cognitiva. Evidencia-se, nessa indicação de inferência, a possibilidade de distinguir as inferências lógicas das inferências pragmáticas.

Os conceitos de inferência apresentados - extraídos da obra organizada por Jorge Campos (2009) – revelam uma nova tendência de observação do fenômeno inferencial como algo relevante nos estudos que estão vinculados à compreensão e à interpretação dos textos. Talvez isso seja um indicativo para novos pesquisadores que não de se debruçar sobre o papel das inferências. Apesar disso, há – sem dúvidas – uma necessidade de olhar de maneira mais crítica para o ponto de partida conceitual a respeito das inferências para que possa enxergar a carência de sistematização contemporânea do estudo nessa área. Espera-se que haja uma nova explosão dos estudos sobre as inferências como houve entre 1970 e 1990.

2.2.7 – A visão de Peter Norvig

Peter Norvig, um pesquisador norte-americano, cujo foco de pesquisa é a inteligência artificial⁵⁰, apresenta uma ideia de inferência que parece considerar aspectos em uma profundidade maior do que aquilo que, até então, foi apresentado. Segundo ele:

An inference is defined to be any assertion which the reader comes to believe to be true as a result of reading the text, but which was not previously believed by the reader, and was not stated explicitly in the text. Note that inferences need not follow logically or necessarily from the text; the reader can jump to conclusions that seem likely but are not 100% certain (NORVIG, 1987, p. 1)

A distinção dessa para as demais definições de inferência é a ideia de o leitor “passar a crer” em algumas asserções feitas em relação à leitura. Esse ponto talvez seja mais prolífico para entender como há um deslocamento do princípio da única proposta para a inferência (a proposta lógica). Pelo trecho mencionado, percebe-se que Norvig retira o centro da inferência da simples estrutura linguística do raciocínio, ou seja, da estrutura das proposições e começa a direcioná-la para o indivíduo, afinal, suas operações cognitivas o levam a crer naquilo que em que acredita.

Essa mudança fomenta uma reflexão distinta em relação ao processo inferencial, pois suscita uma mudança de ordem mais qualitativa. Enquanto se observa a tentativa de classificar os tipos inferenciais partindo da ideia de que a inferência seja apenas um processo do raciocínio articulado por estruturas oracionais que geram conclusões inquestionáveis, essa conceituação, por mais simples que possa parecer, mostra um dos caminhos pelos quais se pode levar o conceito de inferência – o de proposição que “pode” ser verdadeira, ou que se “apresenta como possibilidade de verdade” (nesse sentido entendida como passível de demonstração ou comprovação).

Ao mesmo tempo em que há uma nova oportunidade de análise para o conceito que é alvo dessa reflexão, há um desafio. Isso se pode afirmar, pois, se tomarmos como base a ideia de que a inferência está concentrada no próprio indivíduo, ou seja, em suas possibilidades cognitivas, seremos forçados a admitir que a raiz lógica da inferência se perde e as definições iniciais trazidas até aqui não possuem razão de existir. Mais do que isso, pensar que a inferência se concentra nas capacidades do

⁵⁰ Sua tese de doutorado (de 1986) – defendida na Universidade da Califórnia em Berkeley – se intitula: *A Unified Theory of Inference for Text Understanding*.

leitor/ouvinte/interlocutor é transferir-lhe toda a capacidade inferencial e isso quer dizer que esse processo é totalmente subjetivo e lhe devem dedicar atenção os especialistas da Psicologia.

Evidentemente, essa ideia de que não haveria algum tipo de lógica na construção inferencial (mesmo que centrada totalmente no indivíduo) já nasce com alguns questionamentos. O fato de não pertencer à lógica formal nada abona o pensamento de que não houvesse alguma estrutura lógica na construção dos processos inferenciais. O grande valor daquilo que Norvig propõe repousa sobre a ideia de que o indivíduo passa a crer em algo, tendo-o como verdadeiro e possível, ainda que absurdo em uma análise formal. Isso será o item fundamental para poder pensar a respeito de inferências informais.

2.2.8 – O estudo de Nunes Lôbo

Célia Márcia Gonçalves Nunes Lôbo, em 2012, apresentou uma dissertação de mestrado com o título *A inferência no livro didático: análise de atividades de compreensão e interpretação textual*⁵¹. Esse trabalho traz uma fundamentação teórica baseada em uma coleta dos conceitos de inferência, a fim de que a pesquisadora pudesse se embasar para realizar as análises linguísticas a que se propunha. Interessa a este trabalho mais precisamente a abordagem comparativa empreendida pela autora.

A maior parte do trabalho de compilação realizado por Lôbo se identifica com o que já foi arrolado até a presente subdivisão do trabalho. Apresentar-se-á apenas a contribuição ainda não mencionada até agora.

A autora destaca que Van der Velde propõe quatro categorias inferenciais, assim distribuídas: *inferências sintáticas*, *inferências ILRRR*, *inferências lógico-semânticas* e *inferências orientadas pela ação*.

As **inferências sintáticas** são empregadas no processamento da informação de ordem gramatical dos textos. Isso quer dizer que seriam dependentes do

⁵¹ Esse é mais um trabalho que reforça a necessidade de uma sistematização do estudo das inferências, por duas razões: a autora reconhece a dificuldade de se trabalhar com um conceito tão pulverizado como é o de inferência; e reconhece também a necessidade da associação do estudo das inferências ao processo de compreensão e interpretação textual.

conhecimento gramatical que o indivíduo possui, a fim de identificar constituintes sintáticos e suas relações frasais. Um exemplo possível seria o seguinte:

Jonas foi engolido por uma baleia e, de alguma maneira, saiu vivo.

A inferência sintática seria a responsável pela identificação de que o referente para o sujeito do verbo “sair” é o mesmo elemento que compõe o núcleo do sujeito da locução “foi engolido”. O dispositivo da elipse do termo deveria ser reconhecido para poder realizar tal inferência.

As **inferências ILRRR** (que recebem essa sigla em razão da nomenclatura *léxico interno e representação cognitivamente refletida da realidade*) estão relacionadas ao conhecimento que o indivíduo guarda acerca da relação entre as palavras e os sentidos que elas carregam, isto é, são relativas ao funcionamento da memória semântica do indivíduo que conhece o significado de um elemento lexical e compreende sua representação na realidade cognitiva de uma língua natural.

As **inferências lógico-semânticas** possuem dupla natureza, isto é, há um elemento semântico na medida em que lidam com uma informação semântica ILRRR, a qual é trazida à compreensão juntamente com predicados, argumentos ou proposições de um texto. Além disso, é possível afirmar que sua porção lógica se volta à ideia de que há um tipo de regulação por meio de regras de inferência lógica, a fim de se verificar a noção de verdade ou falsidade de uma argumentação.

As **inferências orientadas pela ação** estariam, de algum modo, relacionadas à informação ILRRR, de modo que seria possível acessar informações semânticas relacionadas a verbos de ação, com seus derivados e compostos – o que poderia ser compreendido como um acarretamento semântico.

Lôbo também faz menção às divisões na classificação empreendida por Clark (1977), com fulcro no estudo de Dell’Isola (2001), além disso, também faz uma revisão do trabalho do professor Marcuschi. Como esses últimos estudos já foram revisados neste trabalho, não é necessário apresentá-los novamente.

A autora ainda cita a concepção de Kintsch (1998) para a diferenciação do que o pesquisador chama de inferências e de processos de recuperação de conhecimentos. De acordo com o autor, os dois elementos poderiam ser automáticos ou controlados; apesar disso, a simples recuperação de conhecimentos (a memória ativa, controlada ou não) não pode ser considerada como uma atividade inferencial.

☹ Kintsch defende que as inferências são “processos cuja finalidade é computar nova informação sobre a base do texto lido e informação de *background* relevante na memória de longo prazo”.

O psicólogo cognitivista ainda realiza uma distinção entre as **inferências geradas de forma automática durante a compreensão textual** e as **inferências que são geradas de forma controlada a fim de resolver algum problema de compreensão**. Nesse segundo tipo, seria necessário mobilizar um raciocínio dedutivo, para que fossem geradas as inferências lógicas, o que ele considera como inferências verdadeiras⁵².

Depois de Kintsch, Lôbo volta-se ao trabalho de Vidal-Abarca e Rico (2003), que propõem duas categorias de inferência: as **inferências de ligação textual** e as **inferências extratextuais**. As primeiras seriam entendidas como relações entre ideias sucessivas, a fim de explicitar relações que estariam implícitas em um texto. As segundas seriam a ativação de conhecimentos prévios, de modo que houvesse um processamento de texto sob uma forma mais reflexiva.

De acordo com os pesquisadores:

Nas inferências de ligação textual, o leitor infere a relação entre as ideias do texto que são sucessivas ou muito próximas. Assim, infere que duas ideias têm um mesmo referente comum, ou que uma é causa das outras, ou que são exemplos de uma mesma categoria, entre outras possíveis relações.

Inferências extratextuais são aquelas que vão além da informação explícita do texto. Estas implicam um processamento mais profundo da informação e requerem uma considerável ativação de conhecimentos prévios. Essas inferências nos permitem relacionar ideias distantes e entender, por exemplo, que dois acontecimentos textuais estão relacionados porque um é um antecedente necessário dos outros, ou porque esse acontecimento é a meta ou o propósito central de tal ação de um personagem. Assim, mediante essas inferências, estabelecem-se relações de caráter mais global entre as ideias do texto, sendo isso possível porque o leitor compreende com maior profundidade a situação descrita na passagem (VIDAL-ABARCA & RICO, 2003, p. 144 e 146).

Com isso, é possível entender que os pesquisadores citados por Lôbo nesta última seção diferenciam as naturezas inferenciais com base na realização da inferência atrelada ao conhecimento exclusivamente presente em um texto (as de

⁵² De acordo com esse raciocínio, então, seria cabível crer que uma inferência automática (não condicionada) teria de ser reavaliada pelas regras de inferência lógica, pois – apenas dessa maneira – seria possível julgar seu valor de verdade ou falsidade.

ligação textual) e atrelada ao conhecimento não presente no texto (as extratextuais). É preciso compreender que as considerações feitas pelos autores levam em consideração somente o campo da leitura para a realização das inferências. Isso conduz à ideia de que a inferência de ligação textual seria realizada em movimentos de natureza mais anafórica ao longo da leitura; ao passo que as inferências extratextuais seriam realizadas em movimentos exofóricos, os quais buscariam conhecimentos diferentes dos presentes na base textual – o que colaboraria com a construção de novos conhecimentos ou mesmo com a possibilidade de compreensão daquilo que se pretende veicular.

Apesar de todos os posicionamentos a respeito das inferências apresentados até agora – com base no estudo de Lôbo –, o mais relevante para esta seção do trabalho é o que se apresenta a partir de agora: um resumo avaliativo das considerações sobre as inferências.

Lê-se no trabalho da autora:

...percebo que há muitas semelhanças entre algumas categorizações citadas no decorrer desse tópico, modificando, às vezes, apenas a denominação por parte dos autores como é o caso, por exemplo:

- 1) das *inferências lógico-semânticas*, de Vander der Velde (1989, apud KOCH, 1993a) comparadas às *inferências lógicas* e às *inferências semânticas*, de Marcuschi (2008);
- 2) das *inferências autorizadas* propostas por Clark (1977, apud DELL'ISOLA, 2001) que são equivalentes às *inferências obrigatórias* propostas por Rehder (1980, apud KOCH, 1993a);
- 3) das *inferências autorizadas e não-autorizadas* propostas por Clark (1977 apud DELL'ISOLA, 2001) que são semelhantes às *inferências intencionais*, de Marcuschi (2008).
- 4) dos subgrupos *causa e consequência*, pertencentes ao grupo de *inferências de relações temporais*, propostas por Clark (1977, apud DELL'ISOLA, 2001) que são semelhantes às *inferências lógicas* de Warren et al. (1979);
- 5) das *inferências pronominais*, de Warren et al. (1979) equivalentes às *inferências como processo de referência direta por pronominalização*, proposta por Clark (1977, apud DELL'ISOLA, 2001);

- 6) das *inferências correferenciais*, propostas por Marcuschi (2008) que se assemelham às *inferências como processo de referências direta*, de Clark (1977, apud DELL'ISOLA, 2001), bem como às *inferências pronominais, referenciais e espaço-temporais*, de Warren et al (1979);
- 7) das *inferências referenciais*, propostas por Warren et al. (1979) que se assemelham às *inferências como processo de referência direta, referência indireta por associação e referência indireta por caracterização*, propostas por Clark (1977, apud DELL'ISOLA, 2001);
- 8) das *inferências elaborativas* propostas por Warren et al (1979) que são equivalentes às *inferências facultativas* propostas por Rehder (1980 apud KOCH, 1993a);
- 9) das *inferências composicionais*, de Marcuschi (2008), que se parecem bastante com as *inferências como processo de referência indireta por associação e por caracterização*, propostas por Clark (1977, apud DELL'ISOLA, 2001);
- 10) das *inferências experienciais*, de Marcuschi (2008) que são semelhantes às *inferências de esquema de mundo*, propostas por Warren et al. (1979);
- 11) e, por fim, das *inferências de base textual*, propostas por Marcuschi (2008) que são semelhantes às *inferências de conexão textual* de Vidal-Abarca e Rico (2003), bem como as *inferências de base contextual* (MARCUSCHI, 2008) em relação às *inferências extratextuais* (VIDAL-ABARCA; RICO, 2003). (LÔBO, 2012, p. 92-93)

Essas aproximações conceituais (talvez apenas uma variedade de nomenclatura para tratar de uma mesma realidade) apenas reforçam a justificativa para esta pesquisa: a necessidade de uma organização de categorias inferenciais, a fim de possibilitar uma visão científica mais uniforme a respeito das inferências. Não se trata de um julgamento do mérito das nomenclaturas – visto que certa variabilidade é algo que se pode aceitar em ciência –, mas antes de uma tentativa de auxiliar os pesquisadores, que – como se vê pelo texto da autora – podem encontrar dificuldades no momento de definir um referencial teórico que dê suporte a sua pesquisa.

Não há apenas de semelhanças em relação às categorias identificadas pela autora do trabalho, parece haver algumas incongruências relativas às classificações apresentadas também:

Por outro lado, também percebo algumas taxonomias que são iguais – ou bastante semelhantes – no que se refere à nomenclatura, mas não se equivalem, como é o caso, por exemplo, das *inferências indiretas por associação* (CLARK, 1977 apud DELL'ISOLA, 2001) que são diferentes das *associativas*, de Marcuschi (2008). Outro exemplo são as *inferências lógicas*, de Marcuschi (2008) e as *inferências lógicas*, de Warren et al. (1979). (LÔBO, 2012, p. 93-94)

Revedo o que fora apresentado, não há tanta distinção entre o que Clark aponta como inferência indireta por associação e o que Marcuschi (2008) aponta como inferência associativa⁵³. Há, com efeito, distinção entre os tipos de inferência lógica de Marcuschi (2008) e os tipos apontados por Warren et al. (1979). Lôbo ainda menciona uma possível razão para as diferentes taxonomias relativas às inferências:

Conforme citei no início desse tópico, um fator que contribui para que haja tantas categorizações de inferências (comuns ou não, em sua essência) é a diversidade de critérios, ou seja, podemos perceber que os autores se atentam aos mais variados fatores relacionados aos processos de leitura e compreensão ao elaborar categorias inferenciais, e como pôde ser visto, muitos desses critérios se assemelham, o que resulta em taxonomias equivalentes. (LÔBO, 2012, p. 93-94)

Conclui-se, dessa reflexão, que a diferença de critérios adotados para se pensar sobre as inferências depende de uma visão daquilo que o pesquisador crê ser uma condição para a realização de uma inferência, ou de quais elementos estariam envolvidos no procedimento inferencial. Isso pode conduzir à ideia de que diferentes inferências seriam condicionadas por diferentes estímulos e que a natureza da inferência seria extremamente difusa, pois – para cada tipo de inferência haveria um estímulo particular, diferente de outros, os quais condicionariam outro tipo de inferência. Essa linha de raciocínio pode fazer o pesquisador se obrigar a mapear

⁵³ Para poder retomar com mais agilidade, reproduzem-se aqui as categorizações:

Para Clark (1977 apud DELL'ISOLA, 2001), inferência de referência indireta por associação: há uma vinculação indireta na interpretação, não sendo necessário que haja um objeto ou uma situação diretamente retomada.

Para Marcuschi (2008), as inferências por associação consistem na “afirmação de uma informação obtida através de saliências lexicais ou cognitivas por associação de ideias”.

Para Marcuschi (2008), as inferências lógicas são operadas em processos de indução, dedução, principalmente.

Para Warren et al.: Inferências lógicas:

- a) Motivacional: envolvem a extração da causa dos pensamentos, ações, objetivos etc., sob causas estabelecidas.
- b) Causativa psicológica: extração de ações, sentimentos, pensamentos involuntários.
- c) Causativa física: extração das causas mecânicas dos eventos.
- d) Capacitacional: condições que possibilitam determinado evento de ocorrer.

todos os tipos de inferência que encontrar, a fim de buscar uma unidade mínima para poder discutir do que se trata uma inferência propriamente. Caso isso não ocorra, a outra tendência é uma sequência no processo de segmentação das condicionantes inferenciais, como se houvesse compartimentos distintos, nos quais as distintas inferências ocorreriam (uma condicionada pela leitura; outra motivada pela conversação etc.).

Apesar disso, Lôbo (2012) aponta que pode haver um elemento de unificação em diversas dessas categorizações a respeito das inferências:

Diante de todas as explicações e exemplos acerca das mais variadas possibilidades de inferências existentes na literatura, o que pude perceber é que todas as categorias de inferências requerem a ativação de conhecimentos prévios do leitor, sejam tais conhecimentos de ordem linguística ou ordem pragmática. (LÔBO, 2012, p. 93)

Conforme esse pensamento, entende-se que o que parece ser o ponto em comum para esses estudiosos apresentados é a exigência da ativação de conhecimentos prévios do leitor. Isso poderia indicar uma natureza processual das inferências, entretanto, fala-se apenas a respeito da inferência produzida com base em um *input* de leitura, o que exclui todos os outros tipos de inferência que poderiam existir. Na realidade, trata-se de mais uma confirmação a respeito da carência de estudos centrados especificamente nas inferências, o que permite um uso tão difuso desse termo nas pesquisas científicas.

Além do cotejo a respeito das definições de inferência apresentadas nas pesquisas da autora, há um quadro sintético muito esclarecedor construído pela pesquisadora. Ei-lo:

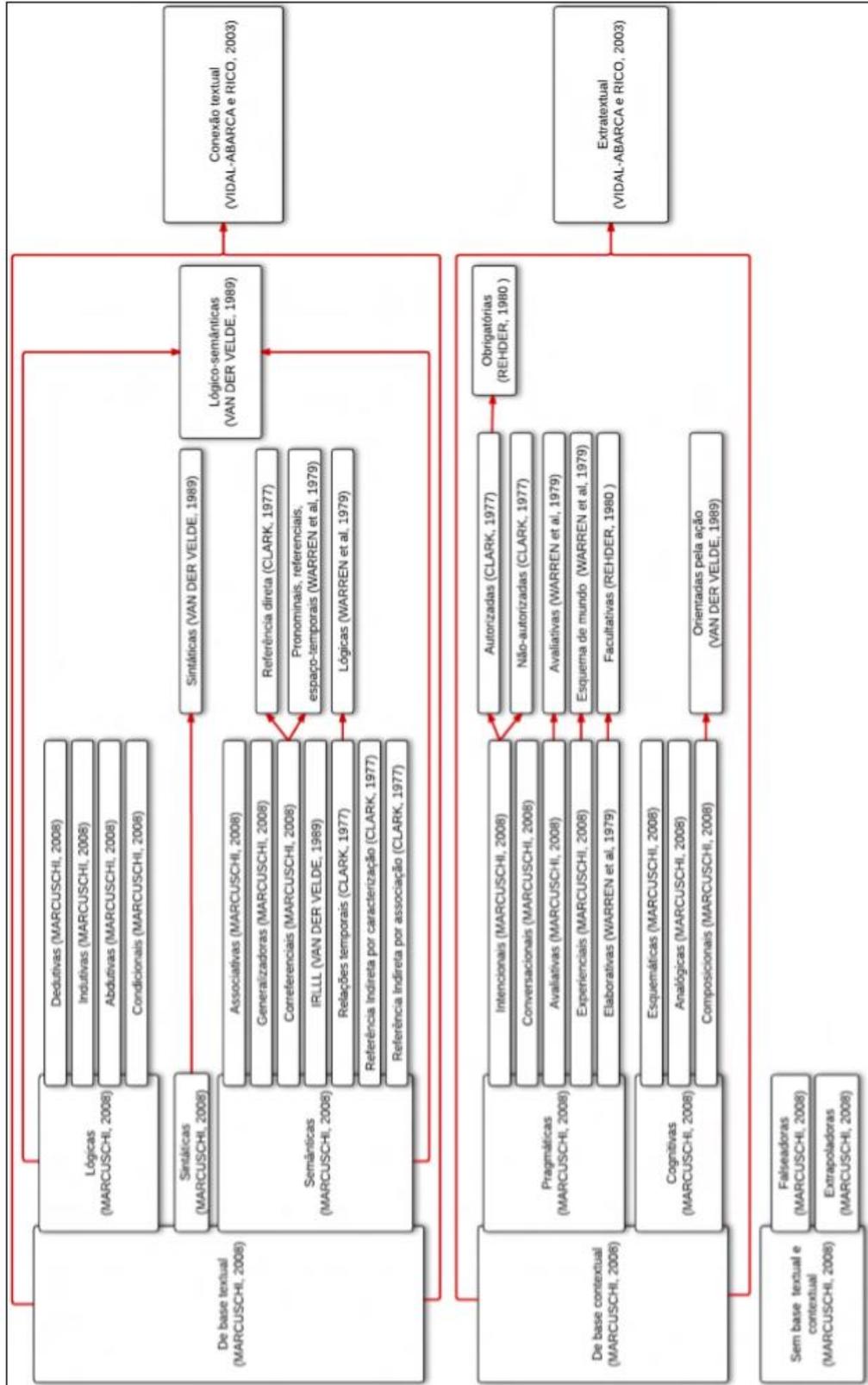


Figura 2: Síntese das categorizações de inferências apresentadas por LÔBO (2012).

A partir dessa síntese proposta, fica evidente que a maior parte das considerações a respeito das inferências leva em consideração a possibilidade de ainda realizar uma comprovação de sua validade. Isso se torna evidente, no momento

em que se identifica que há pouca caracterização de um tipo de inferência sem base contextual ou textual, o que é apontado como inferência extratextual e como inferência falseadora.

Afirma-se, com efeito, que as categorizações propostas até o presente momento consideram que as inferências estão baseadas na leitura e na relação do conteúdo proposicional do que se lê com o conteúdo enciclopédico que o leitor possui. Como processo ou como produto, a inferência está sendo mostrada como um objeto de estudo de importância indiscutível, pois parece designar um ponto de encontro dos estudos da cognição.

Daquilo que é apresentado por Lôbo (2012), resta a convicção de que mais trabalho a respeito das inferências ditas *falseadoras* e *extrapoladoras* precisam surgir, para que seja possível ter mais clareza a respeito desse tipo de inferência. Não se pode aceitar a simples ideia de que uma inferência com conteúdo semântico questionável seja apontada meramente como sem base de texto ou contexto, pois – para ser inferida – uma ideia deve ser minimamente motivada. Talvez, a seara seja mais um labirinto para os cognitivistas, entretanto talvez sirva para auxiliar a compreensão de como se dão os processos de compreensão dos estímulos recebidos pelo ser humano.

2.2.9 - Fiorin, argumentação e retórica

No ano de 2016, José Luiz Fiorin – um linguista brasileiro com diversos estudos voltados para a Pragmática e para a Semiótica – publicou uma obra cujo foco é a argumentação. Ocorre que, em suas páginas iniciais, o autor lança um olhar reflexivo a respeito da relação entre a argumentação e as inferências. Dessa parte da obra, retira-se uma tentativa de definição do conceito de inferência e uma tentativa de taxonomia inferencial que ora será apresentada.

Desse modo, conceitua inferência o pesquisador:

Inferência é a operação pela qual se admite como correta uma proposição em virtude de sua ligação (por implicação, por generalização ou mesmo, segundo alguns autores, por analogia) com outras proposições consideradas verdadeiras. O raciocínio inferencial pode estar ou não expresso integralmente no texto. Assim, o processo de leitura implica a realização de inferências. O texto diz mais do que aquilo que está enunciado: ele apresenta pressuposições,

subentendidos, consequências não ditas, etc. No processo argumentativo, usam-se inferências. São elas que fazem progredir o discurso. (FIORIN, 2016, p. 32, grifo do autor)

Nota-se nesse trecho mencionado que o autor admite a natureza processual das inferências e admite a atividade de investigação a respeito da correção de uma proposição em relação com outras. Nesse sentido, fala-se a respeito de inferências são admitidas pelo texto, ou seja, aquilo que se identificou como as inferências as autorizadas (que estariam ancoradas em elementos lexicais demonstráveis). O que não está claro nessa passagem é se implicação, generalização ou analogia são formas que geram inferências ou se são inferências propriamente falando. A definição de Fiorin parece apontar para um papel fundamental do processo inferencial na progressão do discurso.

Há muitas referências importantes imiscuídas nesse conceito apresentado. Todas elas hão de se apresentar na taxonomia que o autor realiza. A primeira cisão que ele opera é a tripartição na natureza inferencial. Para ele (assim como para Marcuschi [2008]), é possível falar em inferências de ordem **lógica**, de ordem **semântica** e de ordem **pragmática**. As inferências lógicas seriam as determinadas por relações entre proposições, ou seja, decorrentes necessariamente de implicações entre proposições. As inferências semânticas seriam as decorrentes do significado de palavras ou expressões. Já as inferências pragmáticas derivariam de regras de uso da linguagem. Examinamos mais propriamente cada ordem apresentada.

Fiorin aponta os seguintes processos que geram inferências lógicas:

- I. Eliminação.
- II. Afirmação do conseqüente.
- III. Negação do antecedente.
- IV. Regra da disjunção exclusiva.
- V. Encadeamento.
- VI. Contraposição.
- VII. Negação da conjunção dupla.
- VIII. Negação da disjunção dupla.
- IX. Regra da bicondicionalidade
- X. Regra da dupla negação.

Todas essas regras mencionadas representam a tradição do que se entende como Lógica Aristotélica. O autor tem como fulcro, na menção a esses procedimentos, os *Analíticos* aristotélicos, ou seja, não se trata de uma novidade no estudo das inferências, pois – como se viu até o presente ponto do trabalho – esse parece ser o eixo fundante de grande parte dos pesquisadores que se debruçaram sobre o assunto em questão. Após indicar todos os procedimentos, o autor demonstra que há certa fragilidade nessas regras quando são aplicadas à comunicação cotidiana, portanto indica que pode haver outros procedimentos inferenciais que poderiam explicar outros fenômenos da comunicação.

Quando apresenta as inferências que considera semânticas, Fiorin (2016) cita Grice (1975) para aludir às implicaturas que, na paráfrase feita de Grice, seriam inferências semânticas provenientes dos enunciados. Além das implicaturas, Fiorin afirma que pressupostos e subentendidos também são inferências, sendo que estes caberiam ao enunciador, enquanto aqueles caberiam ao enunciatário. Além disso, ainda cabe mencionar que o autor considera que insinuação e alusão seriam categorias de subentendidos, associadas ao conteúdo evocado por eles (o primeiro, de natureza maldosa; o segundo, de natureza licenciosa). De acordo com o pesquisador paulista, as inferências pragmáticas resultam da utilização dos princípios que governam a utilização da linguagem na troca verbal. Isso quer dizer, elas estariam vinculadas à quebra⁵⁴ das máximas da qualidade, da quantidade, da relação e da maneira (do modo).

Nota-se que a discussão empreendida por Fiorin (2016) não chega a ser extensa como o trabalho de Marcuschi (2008), mas é apontada neste trabalho para indicar que há relativa concordância entre o pensamento dos autores, ainda que façam parte de tradições distintas de pesquisa. Isso pode sugerir que haja uma possibilidade de sistematização das inferências, bem como de sua taxonomia. Enfatiza-se novamente que Fiorin é mais um pesquisador que crê em um processo inferencial que é regido por determinados procedimentos, os quais devem ser levados em conta para realizar a taxonomia dos tipos de inferência.

⁵⁴ Não exclusivamente a quebra das máximas geraria a inferência pragmática, mas os casos mais evidentes que o autor apresentou são resultados do rompimento desses princípios.

2.2.10 – Maingueneau e Charaudeau – a inferência para a Análise do Discurso

Em seu “Dicionário de Análise do Discurso”, Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau apresentam o entendimento relativo à inferência para a Análise do Discurso. Segue o que é apontado pelos autores:

Esse termo é igualmente utilizado para tentar dar conta das operações que permitem extrair sentido implícito dos atos de discurso, aquele sentido é que produzido pelo sujeito falante, e reconstruído (ou produzido) pelo destinatário. Assim, o locutor pode implicar, conscientemente ou não, sentido nos enunciados que produz, com finalidades estratégicas. (...) Se, pois, se define inferência como um processo interpretativo que consiste em colocar em relação o que é dito explicitamente com outra coisa além desse dito, pode-se determinar diferentes tipos de inferência segundo a natureza dessa “outra coisa” na qual se apoia o sujeito interpretante para construir o sentido implícito dos atos de comunicação. (CHARAUDEAU, 2004, p. 276 – 277).

Entende-se, por meio do segmento destacado, que a concepção de inferência para a Análise do Discurso (ao menos para os dois autores representantes dessa perspectiva de análise) é processual e ostensiva. Trata-se praticamente de uma visão semelhante à de Sperber & Wilson (2001) relativamente ao critério de comunicação de natureza inferencial e ostensiva. Aparentemente, os sujeitos da interação comunicativa teriam consciência dos sentidos propositalmente implicados por um locutor, bem como do papel de decodificador que caberia ao destinatário da elocução. Nesse sentido, seria cabível pensar que – para a Análise do Discurso – a inferência faria parte de um jogo comunicativo de natureza ostensiva, com algumas regras definidas e com pontos de início bem delimitados, ou seja, há papéis de codificador e de decodificador das mensagens que são trocadas. Desse modo, ficam excluídas as inferências que ocorreriam de maneira não sistematizada, o que se pretende chamar de inferência involuntária⁵⁵.

Também se nota na obra dos autores uma taxonomia das inferências. O primeiro tipo é denominado **inferência contextual**, aquela que ocorreria quando o sujeito interpretante estivesse apoiado nos enunciados que cercam o enunciado considerado de uma conversação ou de um texto escrito. O segundo tipo é

⁵⁵ Que recebem pouca, ou nenhuma, atenção por parte dos pesquisadores.

denominado **inferência situacional** (ou interacional), que é apontada como aquela que ocorreria quando o sujeito interpretante recorresse aos dados da situação em que a comunicação ocorre, para poder interpretá-la. Finalmente, o terceiro tipo é identificado como **inferência interdiscursiva** – que, segundo os autores, trata-se da inferência que ocorreria quando um sujeito interpretante fosse levado a mobilizar um saber pré-construído, como um tipo de memória conceitual (no dizer de Sperber & Wilson) dos sujeitos. Para encerrar essa taxonomia, os autores apontam a identificação feita por Kerbrat-Orecchioni, ou seja, as inferências praxeológicas, que seriam – na realidade – uma fusão das situacionais com as interdiscursivas.

Entende-se que se trata de uma classificação bastante tímida e que deixa entrever o uso das inferências como ferramentas de interpretação de enunciados de maneira ostensiva. Não há muito aprofundamento a respeito dos procedimentos inferenciais, pois não parece ser esse o objetivo dos pesquisadores. A despeito disso, essa proposta já é suficiente para saber que a Análise do Discurso também é uma perspectiva teórica que necessita das inferências como ferramenta metodológica de interpretação de enunciados.

2.2.11 – Stephen Levinson, inferências e implicaturas

A seção a respeito do tratamento que Stephen Levinson dedica às inferências aparece neste trabalho deslocada em relação à cronologia. Isso se deve ao fato de que a proposta do pesquisador é radicalmente diferente daquilo que se apresentou até o presente momento. Para que seja possível lidar com a contribuição desse autor em relação aos estudos inferenciais, é necessário examinar a obra *Pragmatics* – publicada em 1983⁵⁶.

O trabalho do diretor do Grupo de Linguagem e Cognição do Instituto Max Planck é diferente dos demais porque não reelabora o conceito de inferência. Na realidade, fica evidente que o pesquisador busca empregar um procedimento de definição aclaradora (e, por vezes, teórica) quando lida com conceitos específicos e importantes para a Pragmática. Fato muito diverso do que se viu até o presente momento, pois os trabalhos citados e consultados apresentavam algum tipo de indicação particular (ou empírica) do que poderia ser uma inferência. Em um dos

⁵⁶ Aqui, estamos utilizando a tradução de 2007 – da editora Martins Fontes.

poucos trechos em que é possível entrever uma indicação de definição, Levinson afirma que as inferências seriam compreendidas como “implícitos de significado envolvidos no significado de uma língua natural” (2007:15). Evidentemente, ao tentar derivar algo desse pequeno trecho, esbarra-se na dificuldade de indicar qual seria a concepção de “implícito” para o autor em questão. A despeito disso, resta evidente que o autor trabalha com a ideia de que a inferência não é um processo, mas sim algo que resulta da análise de um enunciado de uma língua natural.

A tentativa de elucidação do problema relativo à compreensão e à interpretação de textos que o autor opera é tributária dos estudos griceanos. Nota-se um esforço no sentido de ampliar a teoria griceana das implicaturas, com base na lógica da conversação, bem como no atendimento e na infração das máximas conversacionais. Além disso, o pesquisador inglês não investiga a fundo as inferências, antes sua preocupação é propor uma teoria da implicatura que consiga dar conta de diversos processos, mais ou menos especializados, de interpretação.

De acordo com o que se lê no capítulo 3, a respeito da implicatura conversacional:

Evidentemente, muitas vezes podemos, dada uma enunciação, derivar dela várias inferências, mas pode ser que nem todas as inferências tenham sido comunicativas no sentido de Grice, isto é, pode ser que nem todas pretendam ser reconhecidas como tendo sido pretendidas. O tipo de inferências que chamamos de implicatura são sempre desse tipo especial pretendido, e a teoria da implicatura esboça uma maneira pela qual tais inferências, de um tipo não convencional, podem ser veiculadas satisfazendo o critério para mensagens comunicadas esboçado na teoria griceana do significado nn. (LEVINSON, 2007, p. 126)

Apesar de reconhecer a existência de inferências lógicas e inferências semânticas⁵⁷, Levinson não se ocupa fundamentalmente da análise desses dois tipos, pois se debruça sobre as inferências pragmáticas do tipo implicatura. Nesse ponto, o autor opera uma taxonomia para explicar como as questões de natureza pragmática podem ser eficazes para pensar o processamento das informações em um processo comunicativo. Portanto, o que se segue é a tentativa de explicação da teoria griceana

⁵⁷ Levinson pretende que seja feita uma distinção entre *implicatura* e termos como *implicação lógica*, *acarretamento* e *consequência lógica*, advogando que estes fazem referência a inferências derivadas do conteúdo lógico ou semântico.

das implicaturas feita por Levinson (2007), sob a forma de uma taxonomia dos tipos de implicaturas⁵⁸.

O autor deixa claro que, na teoria griceana das implicaturas, há dois tipos essenciais: as implicaturas **convencionais** e as implicaturas **conversacionais**. As implicaturas convencionais são reconhecidas por um interlocutor seguindo a sua intuição linguística, ou seja, não são dependentes de um cálculo pragmático para deduzi-la. Isso ocorre porque as implicaturas convencionais estão presas ao significado convencional de uma palavra. O exemplo mais simples poderia ser o de uma conjunção adversativa que – caso empregada em um contexto comunicativo – geraria uma implicatura convencional, uma vez que sua relação semântica está previamente estabelecida na língua.

Já, as implicaturas conversacionais possuem uma natureza totalmente distinta e representam o ponto de maior atenção de Grice e Levinson. Por estarem ancoradas na relação com as máximas conversacionais, essas implicaturas possuem as seguintes características: são calculáveis⁵⁹ (ou dedutíveis); são canceláveis; são não separáveis; são indetermináveis; e são externas ao sentido do enunciado (por isso, não convencionais).

De acordo com o autor, a implicatura conversacional é uma inferência para indicar um pressuposto de cooperação na interação comunicativa. Isso serve para afastar a ideia de que o indivíduo se exime de interagir com algum tipo de observação das máximas conversacionais. Ou seja, na interação comunicativa, sempre há algum nível em que essas máximas são levadas em consideração por parte dos indivíduos envolvidos.

Daí se extrai que há dois tipos fundamentais de implicaturas conversacionais (inferência pragmática específica), baseadas na pressuposição de cooperação comunicativa em consonância com as máximas da conversação: aquelas que surgem partindo da observação das máximas (que Levinson chama de **implicaturas-padrão**⁶⁰) e aquelas que surgem com base na infração deliberada das máximas.

De acordo com Levinson (2007) a formulação que deve ser empregada para definir a implicatura conversacional é a seguinte:

⁵⁸ Ressalto o fato de que Levinson (com base em Grice) identifica as implicaturas como um tipo de inferência pragmática.

⁵⁹ Já foi apresentada a fórmula padrão para o cálculo das implicaturas.

⁶⁰ Segundo o autor, Grice utiliza o termo implicatura generalizada para indicar um subconjunto dessas implicaturas que não necessitam de condições contextuais específicas para serem inferidas.

F dizer que p produz conversacionalmente a implicatura q se e somente se:

- (i) se presume que F está observando as máximas ou, pelo menos (no caso de infrações), o princípio cooperativo
- (ii) para preservar essa suposição, deve-se supor F pensa que q
- (iii) F pensa que F e o destinatário O sabem mutuamente que O pode calcular que se exige q , como condição para que a suposição (i) seja confirmada. (LEVINSON, 2007, p. 140)

Nota-se a tentativa de descrever formalmente (ao menos operacionalmente) como uma implicatura surgiria em uma situação comunicativa. Esse processo, na realidade uma espécie de forma de cálculo, deve ser levado em conta na teoria da implicatura, a fim de que seja possível pensar em uma economia comunicativa baseada nas possibilidades reais de se afirmar que uma implicatura tem como característica fundamental ser calculável ou dedutível. Essa formulação está completamente baseada em presunções de observação ou de ciência⁶¹ das máximas conversacionais.

Após essa tentativa de definição, Levinson (2007) indica uma fórmula padrão para processar o cálculo das implicaturas:

- (i) F disse que p
- (ii) não há razão para pensar que F não está observando as máximas ou, pelo menos, o princípio cooperativo
- (iii) para que F diga que p e esteja realmente observando as máximas do princípio cooperativo, F deve pensar que q
- (iv) F deve saber que é conhecimento mútuo que q deve ser suposto para que se considere que F está cooperando
- (v) F não fez nada para impedir que eu, o destinatário, pensasse que q
- (vi) portanto, F pretende que eu pense que q e, ao dizer que p , comunicou a implicatura q (LEVINSON, 2007, p. 141)

Essa fórmula é a demonstração do princípio griceano sobre a essência calculável das implicaturas conversacionais. Um procedimento dessa natureza permite tornar menos opinativa a interpretação dos textos, isto é, permite reformular a tese de que a interpretação seja algo extremamente subjetivo e inescrutável. Em

⁶¹ Mesmo que o indivíduo estivesse rompendo com as máximas de maneira consciente, é possível seguir o pensamento de Levinson e de Grice, no sentido de que o enunciador nunca se afasta completamente das máximas. Se as infringe, fá-lo por um propósito comunicativo.

outras palavras, a teoria das implicaturas parece ser um norte para o analista que lida com noções caras a diversas áreas da linguística, tais como: pressuposição, acarretamento, inferência assim por diante. Ela pode servir para elucidar algumas distinções entre fenômenos que são tomados como idênticos, bem como para precisar análises que careceriam de hermenêutica adequada.

Segundo Levinson (2007), a anulabilidade das implicaturas conversacionais poderia ocorrer com o acréscimo de alguma premissa limitadora e, nesse sentido, esse tipo de implicatura seria semelhante às inferências indutivas, uma vez que são facilmente canceláveis pelo acréscimo de outras premissas. O exemplo que ele utiliza é o seguinte: o enunciado (E1) implica imediatamente (I1)

(E1) John tem três vacas.

(I1) John tem três vacas e mais nenhuma.

A implicatura (I1) está relacionada à observação da máxima da quantidade, ou seja, pressupõe-se que o enunciador não vá fazer menção vaga em relação à quantidade de vacas que o sujeito possuiria. Essa implicatura é facilmente anulável pelo acréscimo da expressão “se não mais” logo após “três vacas”. Nesse ponto, o autor mostra como os acarretamentos são diferentes das implicaturas, uma vez que aqueles não podem ser cancelados, ou mesmo suspensos, sem causar algum tipo de incoerência no enunciado.

A não-destacabilidade das implicaturas é proveniente do fato de que uma implicatura (a não ser a proveniente por meio do rompimento da máxima do modo) depende do conteúdo semântico expresso no enunciado, e não de sua forma. O exemplo que Levinson aponta para isso é o fato de haver uma implicatura de interpretação irônica para um enunciado como (E2) na condição (C1):

(E2) Brody é um gênio.

(C1) *Brody é um ignorante.*

Por mais que se altere a forma do dito, enquanto houver a condição (C1), a implicatura ainda permanecerá, ou seja, a forma do dito não será suficiente para destacar a implicatura:

(E3) Brody é desprovido de habilidades cognitivas

(E4) Brody é uma sumidade da inteligência

Em (E3) e (E4), a implicatura relativa à ironia ainda está presente, por causa da condição (C1). Isso é o que distinguiria uma implicatura de outras inferências pragmáticas, tais como a pressuposição e a implicatura convencional.

A indeterminabilidade é outro traço distintivo de algumas implicaturas conversacionais. No caso do emprego de uma metáfora, durante a infração de uma máxima, há uma quantidade (não infinita) de sentidos possíveis, que não são determinados inicialmente, a menos que se restrinja o conteúdo da implicatura. Como no exemplo que se segue:

(E5) Que você acha de João.

(E6) Na quadra, um leão; fora dela, uma hiena.

Determinar se a implicatura indicará que o enunciador de (E6) pensa que João é forte, bravo, majestoso, furioso, impiedoso ou qualquer coisa do tipo só se pode determinar se houver uma continuação da conversação e, nela, a exposição específica dos sentidos pretendidos.

A última característica distintiva das implicaturas conversacionais é sua não-convencionalidade. Isso quer dizer que não se depende das condições de verdade para que uma implicatura conversacional possa surgir. O conteúdo do dito pode ser verdadeiro, ao passo que o que é implicado pode ser falso. O mesmo exemplo do enunciado metafórico que elucidou o critério de indeterminabilidade pode ser empregado para compreender que a implicatura conversacional não é tributária do sentido convencional das palavras.

Levinson (2007) aponta que Grice distingue dois tipos de implicatura conversacional: as **generalizadas** e as **particularizadas**. As implicaturas conversacionais generalizadas são produzidas sem a necessidade de um contexto específico para seu surgimento. Já, as implicaturas conversacionais particularizadas dependem de algum tipo de contextualização específica, a fim de que possam surgir. Em um enunciado como (E7),

(E7) Jack entrou em casa.

Há uma implicação clara (I2) de que:

(I2) A casa era de Jack.

Que ocorre pela ausência de determinação do substantivo casa com o artigo definido⁶². Essa seria uma implicatura generalizada, pois surge sem uma condição específica para seu surgimento. Em (E8), a implicatura (I3) só pode surgir com a identificação de um contexto particular:

(E8) Toby parece muito feliz ali no canil.

(I3) Talvez Toby tenha comido a carne assada.

(C2) Onde está a carne que acabamos de assar?

Toby parece muito feliz ali no canil.

A implicatura (I3) é particularizada na medida em que só pode surgir quando as condições contextuais são ativadas na enunciação.

Levinson (2007) sintetiza a significação total ou o conteúdo comunicativo de um enunciado por meio de um diagrama que evidencia as potencialidades comunicativas durante a enunciação. Ei-lo:

⁶² Por mais que sejam generalizadas, ainda é possível descrever alguns procedimentos para o surgimento da implicatura em questão.

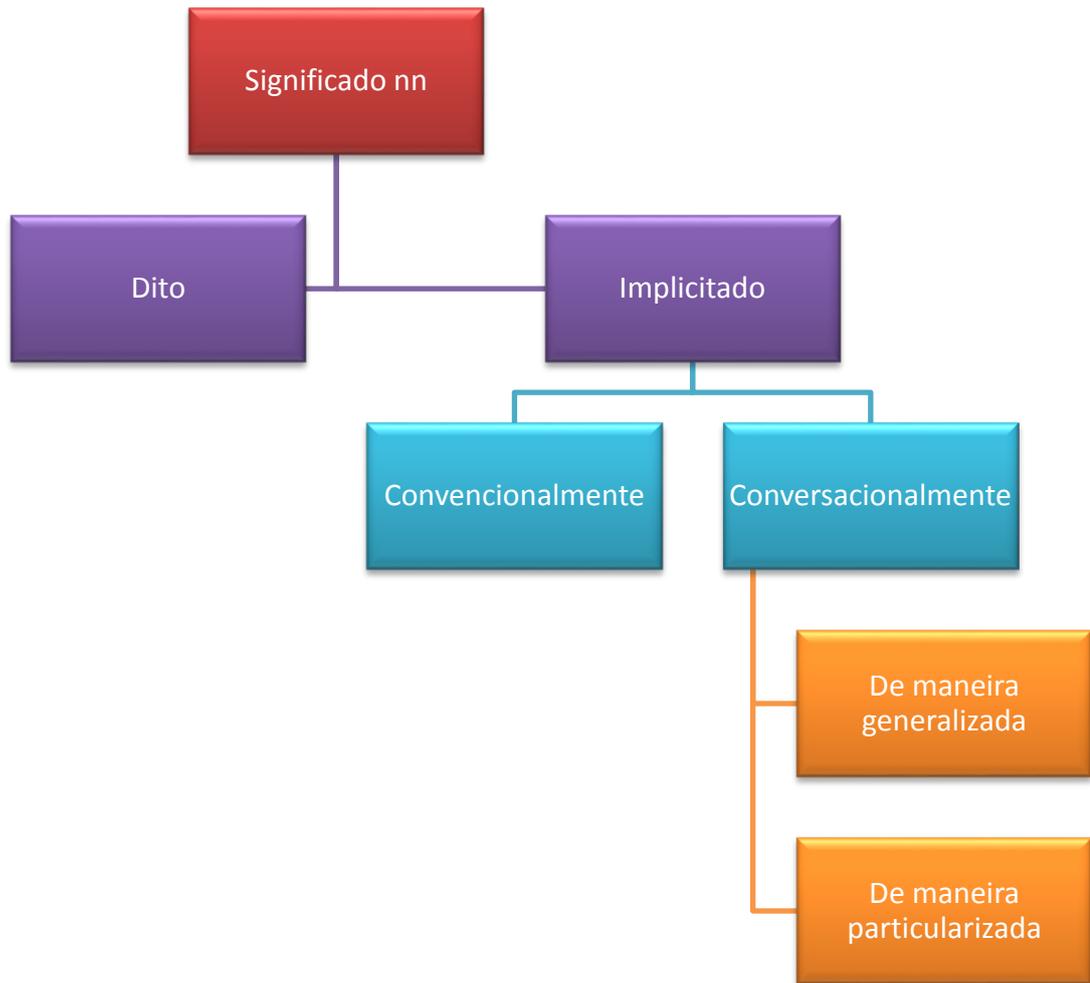


Figura 3 - Tipos de conteúdo comunicativo

Disso se extrai que o conteúdo vericondicional daquilo que se indica em um enunciado pode ser apenas uma pequena fração de seu significado total.

O tratamento formal que Levinson (2007) dispensa às implicaturas (e, por extensão, às inferências) é muito diferente do que se observou no levantamento bibliográfico. Sua proposta de revisão da teoria griceana lança uma luz sobre o fenômeno inferencial, que evidencia a possibilidade de investigação mais detida a respeito desses processos mais especializados de interpretação. Não é precisamente a taxonomia que o autor propôs que interessa a este estudo, mas sim o modo como lidou com os conceitos de inferência e implicatura: nota-se a adoção de um procedimento de definição teórico (inicialmente) e aclarador (posteriormente), o que resultou em conceitos mais tangíveis para um trabalho cuja heurística perpassa a construção das relações inferenciais.

O levantamento conceitual reativo às inferências encerra-se nesta seção. Doravante, o trabalho se volta à crítica dos procedimentos de definição adotados pelos diferentes pesquisadores, bem como à proposição de um estudo filosófico mais aprofundado e generalizado sobre a noção de inferência, capaz de dar conta dos diferentes fenômenos associados à construção das inferências em dado contexto comunicativo.

CAPÍTULO 3: INFERÊNCIA: CONCEITO, CLASSIFICAÇÕES E DEMANDA POR PESQUISA

Até o presente momento, apresentou-se um levantamento dos conceitos de inferência que são encontrados na literatura relativa aos estudos linguísticos em diversas áreas (Linguística Textual, Pragmática, Semântica e Linguística Cognitiva) com o objetivo de mapear como os pesquisadores apresentam as inferências em suas pesquisas. O propósito desse procedimento, além de estabelecer uma arqueologia (ainda que pouco cronológica), tem o fito de demonstrar que – mesmo que tênue – deve haver algum fio condutor para associar as visões acerca do procedimento inferencial.

Neste capítulo, converte-se em ferramenta metodológica para o processamento dos conceitos de inferência a discussão filosófica empreendida a respeito da natureza dos procedimentos de definição e dos conceitos provenientes dessas estratégias. Com isso, espera-se que seja possível estabelecer um critério invariante para pensar a inferência de maneira mais específica, a fim de que seja possível apresentar uma taxonomia tendo como base todas as demais taxonomias apresentadas. Nesse sentido, busca-se a organização dos tipos de inferências, com vistas a facilitar a classificação desse fenômeno para futuras pesquisas.

Com base no levantamento bibliográfico realizado, espera-se apresentar uma explicação plausível para a flagrante variação nas visões relativas às inferências, ou seja, por qual razão a descontinuidade conceitual perdura nas pesquisas atuais. Busca-se, com isso, uma linha de raciocínio que possa dar conta da investigação a respeito do processo inferencial com o mínimo de elegância científica

3.1 – Da carência de estudos mais aprofundados sobre as inferências

Não há – até o presente momento – um conjunto de estudos filosóficos de grande monta cujo foco se volte para as inferências⁶⁴. Por mais que esse assunto

⁶⁴ Pode se pensar que isso foi feito em parte pelo trabalho com as implicaturas, se considerarmos a obra de Grice, bem como a de Levinson; mas – como se trata de um fenômeno tipológico pertinente às inferências – advoga-se pela ideia de alargar o horizonte das pesquisas a respeito das inferências. É

demande uma reflexão sistemática, parece que nos trabalhos consultados usualmente se tangencia a compreensão a respeito das inferências, para dar mais volume ao resultado delas na produção de sentidos para o leitor. Uma das poucas exceções a essa situação é a obra de Dascal (2006), pois é a que apresenta uma discussão filosófica mais aprofundada a respeito dos processos de compreensão e interpretação – algo fundamental para pensar as inferências. É bem verdade que o pesquisador – em seu trabalho – não se concentrou fundamentalmente no processo inferencial, mas seu trabalho não pode ser desconsiderado por quem há de trabalhar com o processamento inferencial de informações.

Propõe-se que o estudo deva ser concentrado fundamentalmente nesse fenômeno, a fim de que seja possível descrever, de maneira mais precisa, quais são as ferramentas ou os processos mentais empregados no processamento inferencial. Desse modo – será possível atingir resultados menos doxológicos nas pesquisas.

Há, com efeito, diversas tentativas de classificação, tipificação, taxonomia de inferências, sem que os procedimentos inferenciais sejam formalmente descritos. Isso ocorra, talvez, em razão da vultosa complexidade que essas questões abarcam. É necessário mais do que um levantamento bibliográfico sobre as inferências, a fim de compreender o fenômeno de maneira mais abrangente: necessita-se de laboratórios específicos, fomentos de pesquisa, estratégias de investigação, softwares desenhados para essa finalidade e pesquisadores dispostos a trabalhar com algo que se confunde muito com a própria atividade de pensar. Entre as décadas de 70 e 90 do século passado, foi possível perceber um espírito mais ativo em relação a esse tipo de pesquisa, entretanto sem muito desenvolvimento posterior. Ao que parece, os estudos inferenciais mais formais foram empreendidos durante vinte anos por cognitivistas e pragmaticistas, sem desenvolver – futuramente – muitos de seus frutos. Parei aqui

3.1.1 – Da carência à descontinuidade

fundamental mencionar que o desenvolvimento de um estudo sistemático das inferências poderia contribuir de maneira expressiva com os estudos cognitivos..

Desde o início deste trabalho, apresentam-se dificuldades e problemas relacionados à falta de uniformidade relativa ao estudo das inferências. É o que se chamou de descontinuidade conceitual. Pretende-se perscrutar, nesta seção, as razões desse fenômeno, com fulcro na discussão inicial sobre definições, conceitos e procedimentos de definição.

Por meio da discussão inicial, baseada em Copi (1978), Hegenberg (1974) e Hardy-Vallé (2013), foi possível concluir que um conceito é uma realidade cognoscível, postulada a partir da identificação de um invariante teórico; ao passo que uma definição é um procedimento cognoscente, que está ancorado em técnicas específicas, a fim de estabelecer um *definiens* a um *definiendum*. Retomando esses elementos, temos o seguinte quadro:

A técnica *denotativa* de definição pode gerar definições exemplificativas ou demonstrativas, as quais se dividem em definições **estipulativas** ou **lexicográficas**. A técnica *conotativa* de definição é capaz de gerar definições sinonímicas ou operacionais, que – por sua vez – se consubstanciam em definições **aclaradoras**, **teóricas** ou **persuasivas**, a depender da intenção de quem realiza o procedimento de definição. A partir da técnica adotada, surge um procedimento de definição; logo, cada procedimento de definição é a base para uma natureza conceitual distinta.

A seguir, são apresentados novamente⁶⁵ todos conceitos de inferência arrolados no presente trabalho.

Tabela resumitiva dos conceitos de inferência

Posição	Autor / Ano	Conceito
1	Hayakawa (1939)	Inferência é uma asserção sobre o desconhecido, feita com base no conhecimento.
2	McLeod (1977)	Inferência é informação cognitiva gerada com base em outras informações (considerando o que está escrito).
3	Bridge (1977)	Inferência é informação não explicitamente estabelecida, mas gerada em um processo de especificação de proposições.
4	Fredericksen (1977)	Inferências ocorrem sempre que uma pessoa opera uma informação semântica, isto é, conceitos, estruturas proposicionais ou

⁶⁵ Entendo que a repetição pode ser desgastante para a leitura, mas se trata de uma questão de facilitar o acesso aos conceitos, a fim de tornar mais fluido o raciocínio. Evita-se, desse modo, um exigente movimento de regresso às páginas anteriores.

		componentes de proposições, para gerar uma nova informação semântica, isto é, novos conceitos de estruturas proposicionais.
5	Carpenter & Just (1977)	Há duas possibilidades de inferência: durante a compreensão (<i>forward inference</i>); por necessidade (<i>backward inference</i> - preencher um vazio do texto).
6	Beaugrande e Dressler (1981) apud Koch e Travaglia (2011)	Inferência é a operação que consiste em suprir conceitos e relações razoáveis para preencher lacunas (vazios) e descontinuidades em um mundo textual.
7	Flood (1981)	As inferências estão na mente: “o texto existe, o leitor infere”.
8	Levinson (1983)	Implícitos de significado envolvidos no significado das enunciações da língua natural.
9	Brown e Yule (1983) apud Koch e Travaglia (2011)	Inferências são conexões que as pessoas fazem quando tentam alcançar uma interpretação do que leem ou ouvem, isto é, o processo através do qual o leitor (ou ouvinte) consegue captar, a partir do significado literal do que é escrito ou dito, o que o escritor (falante) pretendia veicular. A inferência é sempre vista como uma “assunção ligadora” (grifo dos autores).
10	Rickheit, Schnotz & Strohner (1985)	Inferência é a soma de informação antiga mais informação nova em um dado contexto.
11	Norvig (1987)	Uma inferência é definida como uma asserção em que o leitor passa crer como verdadeira, como o resultado da leitura do texto, mas que não fazia parte das crenças anteriores do leitor e que não estava de maneira explícita no texto.
12	Dell'Isola (1988)	Inferência é um processo cognitivo que gera uma informação semântica nova a partir de uma informação semântica anterior em um determinado contexto. Inferência é, pois, uma operação cognitiva em que o leitor constrói novas proposições a partir de outras já dadas. Porém não ocorre apenas quando o leitor estabelece elos lexicais, organiza redes conceituais no interior do texto. Ocorre também quando o leitor busca extratexto informações e conhecimentos adquiridos pela experiência de vida, com os quais preenche os “vazios” textuais.
13	Morrow (1990)	Modo de interpretação que usa informações implícitas e não mencionadas. Nova definição, geração de informação nova, partindo de informação semântica dada.
14	Yekovich et al. (1990)	Inferências são informações não explícitas no input. Geralmente acredita-se (<i>sic</i>) que as inferências sejam o resultado de processos

		cognitivos que tomam um conjunto de informações, integram os elementos dele e produzem uma ou mais informações novas não dadas explicitamente no input.
15	Koch (1990)	Inferência é a operação pela qual, utilizando seu conhecimento de mundo, o receptor (leitor/ouvinte) de um texto estabelece uma relação não explícita entre dois elementos (normalmente frases ou trechos) deste texto que ele busca compreender e interpretar ou, então, entre segmentos de texto e os conhecimentos necessários para sua compreensão.
16	Dubois (1992)	Atos de raciocínio realizados em uma conclusão com base em proposições.
17	McKoon e Ratcliff (1992)	Uma inferência é definida como qualquer informação que não está explícita no texto
18	Sperber & Wilson (2001)	A inferência é o processo pelo qual uma suposição é aceita como verdadeira ou provavelmente verdadeira pela força da verdade ou da verdade provável de outras suposições. É, assim, uma forma de fixação daquilo em que se acredita.
19	Coscarelli (2002)	Pode-se dizer que inferências são operações cognitivas que o leitor realiza para construir proposições novas a partir de informações que ele encontrou no texto.
20	Charaudeau (2004)	Se, pois, se define inferência como um processo interpretativo que consiste em colocar em relação o que é dito explicitamente com outra coisa além desse dito, pode-se determinar diferentes tipos de inferência segundo a natureza dessa “outra coisa” na qual se apoia o sujeito interpretante para construir o sentido implícito dos atos de comunicação.
21	Abbagnano (2012)	A consequência implicada da conexão entre proposições.
22	Rickheit & Strohner apud Koch (2008)	“geração de informação semântica nova a partir de informação semântica dada em um contexto”, definição que pode ser representada pela fórmula: Inferência = A } B cujas partes seriam: a representação psicológica da informação A e B; o processo de inferir B de A; a noção de contexto C e seu efeito sobre o inferenciamento.
23	Marcuschi (2008)	Na realidade, as inferências na compreensão de texto são processos cognitivos nos quais os falantes ou ouvintes, partindo da informação

		textual e considerando o respectivo contexto, constroem uma nova representação semântica. Para tanto, será necessário ter clareza não apenas em relação ao que se deve entender por informação, mas também o que vem a ser contexto.
24	Jorge Campos (2009)	De um ponto de vista histórico, a inferência é o centro da atividade clássica de argumentar, tornando-se o objeto de investigação consagrado pela silogística aristotélica nos fundamentos da Lógica. Na perspectiva moderna, pode-se modelar a inferência em interfaces entre várias áreas, embora, por razões evidentes, a natureza lógica do processo continue a ser um ponto de partida geralmente assumido.
25	Pereira (2009)	Na Psicolinguística, a inferência consiste numa estratégia de leitura, assim como a predição leitora, exigindo processamentos cognitivos que manipulam pistas textuais deixadas pelo leitor, com o objetivo de chegar à compreensão do texto. Na Pragmática, constitui-se num percurso cognitivo que ocorre entre uma afirmação inicial e uma afirmação final (conclusão), sendo a base para cálculos de relevância.
26	Vanin (2009)	A inferência é uma construção da cognição em meio às relações sociais, construídas com o objetivo de dar significado aos objetos no mundo.
27	Silva (2009)	Inferência, portanto, é a busca pela compreensão do significado integral de frases, trechos ou palavras que o receptor faz utilizando o seu conhecimento de mundo de forma a alcançar a interpretação a que lhe foi pretendida.
28	Corsetti (2009)	Inferir é pensar, é raciocinar. Inferência é um raciocínio que leva de uma premissa a uma conclusão.
29	Palombini (2009)	Inferência é a informação que está implicitamente contida num texto ou diálogo que o ouvinte ou leitor usa para facilitar a sua compreensão.
30	Spohr (2009)	As inferências são resultados da ativação das ligações mais relevantes entre os elementos processados.
31	Guaresi (2009)	As inferências são resultados das pistas deixadas pelo autor e, por outro lado, do conhecimento de mundo do indivíduo.
32	Silva (2009)	A construção que leva em conta a relação das pessoas com a realidade; é um processo de uma estrutura lógico-linguístico-cognitiva em que das premissas chega-se às conclusões assumidas como necessárias.

33	Koch e Travaglia (2011)	Basicamente se entende por inferência aquilo que se usa para estabelecer uma relação, não explícita no texto, entre dois elementos desse texto.
34	Fiorin (2016)	Inferência é a operação pela qual se admite como correta uma proposição em virtude de sua ligação (por implicação, por generalização ou mesmo, segundo alguns autores, por analogia) com outras proposições consideradas verdadeiras.

Depois de ler todos esses conceitos, é possível identificar o liame que explica a razão da descontinuidade a que se alude no presente trabalho. Há trinta e quatro conceitos de inferência, provenientes das pesquisas de diversos pesquisadores de distintas linhas de pesquisa e em diferentes momentos da história (um lapso de aproximadamente 77 anos), mas – pelo que tudo parece indicar – os conceitos não são resultantes de um procedimento de definição teórico ou aclarador; sequer persuasivo. Aparentemente, todas essas formas de definir inferência partem de uma estratégia denotativa, o que gera definições de natureza exemplificativa ou demonstrativa, conduzindo a um procedimento de definição estipulativo ou lexicográfico.

Ora, como discutido previamente, conceitos lexicográficos ou estipulativos são pontos que pouco interessam à ciência (a menos que se trate especificamente de Lexicologia ou Lexicografia), pois possuem um tratamento menos formal em sua gênese conceitual (entenda-se um procedimento de definição que parece ser mais doxológico do que epistemológico). Esse tratamento menos formal impede a construção de uma hermenêutica mais precisa, com ferramentas teóricas que possam sistematizar o estudo do fenômeno inferencial.

Em que pese tal fato, é necessário assumir que a maior parte daquilo que se indicou⁶⁶ anteriormente não ultrapassa o procedimento estipulativo de definição. São essas definições estipulativas que acabam por gerar a descontinuidade conceitual sobre que se discorreu no capítulo inicial. É difícil de aceitar que uma inferência seja, ao mesmo tempo, uma construção social cognitiva; o resultado de um cálculo proposicional; e uma asserção ligadora com base no conhecido para gerar informação

⁶⁶ À exceção de Levinson (2007), que lida com as inferências com base na teoria griceana, isto é, está amparado por uma perspectiva teórica que lhe permite esclarecer pontos de obscuridade relativos aos mesmos pressupostos teóricos.

nova. Poucos são os pesquisadores que definem precisamente o ponto de vista teórico de que partilham para discutir o procedimento inferencial. Aliás, ficou evidente que não há muita clareza se uma inferência é um processo ou o resultado de um processo: tudo isso é tomado como um sinônimo direto e que deve ser aceito, caso o pesquisador queira lidar com esses conceitos.

Com o fito de que o conceito possa ser empregado como uma ferramenta para analisar um fenômeno, é fundamental, de acordo com a seção a respeito de definições e conceitos, que o processo de definição seja teórico ou aclarador. Isso quer dizer que a seleção de *definiens* para o *definiendum* deve levar em consideração a literatura a respeito do assunto, bem como a perspectiva teórica adotada. Além disso, é preciso que esse levantamento de características tenha por fulcro o invariante do processo inferencial. Esse rigor metodológico não é observado em diversos desses conceitos indicados, muito provavelmente pelo fato de que se considera a inferência um fenômeno cognitivo que se assemelha a pensar.

A discussão, nesse sentido, se volta à seara da Epistemologia. Nota-se que há dois procedimentos adotados relativamente aos estudos que se valem dos conceitos de inferência. A primeira postura propõe que se leve em consideração a literatura representativa produzida referente ao assunto, a fim de conhecer a progressão dos estudos até o estágio atual dos conceitos e das ferramentas metodológicas. A segunda postura é mais leniente com o levantamento arqueológico da bibliografia e leva em consideração apenas o estágio atual da teoria, ou seja, apaga-se o histórico dos conceitos e das ferramentas que são empregadas na pesquisa para privilegiar o estágio contemporâneo dos conceitos. A quantidade exígua de pesquisas sobre as inferências dificulta inclusive o procedimento de pesquisa que leva em consideração o primeiro procedimento mencionado anteriormente, pois – a menos que o pesquisador conheça a explosão dos estudos inferenciais em 1970 – há de encontrar conceitos recortados em bibliografias que contêm citações e citações de citações traduzidas, parafraseadas ou repaginadas, de inconsistência hermenêutica. A resolução para esse problema existe, é complexa e deve se dar dentro da própria Epistemologia.

3.1.2 – Da demanda por mais estudos sobre as inferências

Até o presente momento, evidenciou-se que há um problema relativo à compreensão do fenômeno inferencial dentro dos estudos de linguagem; que há uma possível explicação para a descontinuidade conceitual que causa esse problema e que há a necessidade de se empreenderem estudos mais detidos relativos aos processos inferenciais. Houve uma seção específica para os dois primeiros elementos e, agora, passa-se à discussão a respeito da proposição dessa ramificação de pesquisa.

Um estudo rigoroso e mais detido sobre as inferências deve ser capaz de lidar com esse fenômeno nos diferentes âmbitos de qualquer tipo de interação comunicativa: mais ou menos especializada, mais ou menos codificada, mais ou menos conhecida. Para, além disso, o pesquisador que há de lidar com as inferências deve saber que elas não ocorrem exclusivamente na linguagem escrita; precisa reconhecer que há mais possibilidades de aplicar o fenômeno inferencial como ferramenta para compreender interações comunicativas muito diversas daquilo que se encontra nas linhas de um texto ou numa troca de frases.

Também é preciso ressaltar que diversos procedimentos de definição estipulativos adotados nos conceitos arrolados anteriormente focalizam apenas uma parte dos estudos sobre o processo inferencial, ou seja, somente as inferências que ocorreriam durante o processo de leitura⁶⁸. Nesse sentido, o pesquisador deveria definir a “inferência que ocorre no processo de leitura”, não a inferência genericamente. Para esclarecer esse ponto, consideremos a seguinte situação:

(S1) Mauro estacionou seu carro próximo à esquina. Quando virou a chave, notou que três elementos caminhavam em sua direção. Deu a partida e parou duas quadras depois.

O foco do exemplo não é demonstrar como o leitor inferirá que Mauro pensou tratar-se de um assalto ou de pessoas que poderiam fazer algum mal a ele. O exemplo

⁶⁸ Empregar a expressão “leitura de mundo” para esse caso em particular é algo que serve para afastar a necessidade de analisar momentos e procedimentos diferentes de processamento de *inputs* distintos. Trata-se de uma expressão poética que elide diversos procedimentos que devem ser investigados.

serve para tentar indicar que o procedimento adotado por Mauro revela que – no momento em que fez uma análise da situação em que se encontrava – inferiu que seria melhor sair daquela localidade. Em uma situação dessa natureza, o contexto é determinante para poder auxiliar o processamento das informações percebidas pelo indivíduo. Esse tipo de inferência com base em uma relação eventual não linguisticamente demonstrada não parece fazer parte da preocupação de alguns estudiosos mencionados. Não se pode negar que houve, em algum momento de sua ação, um cálculo inferencial que o motivou a tomar uma atitude distinta, mesmo que isso não tenha sido motivado por qualquer tipo de enunciado linguístico. As provocações não podem parar apenas nesse exemplo. Considere-se a próxima situação:

(S2) O juiz pergunta à testemunha se ela se lembra de como eram processados os pagamentos na empresa para a qual ela trabalhava. Sua resposta inicial é a de que os pagamentos eram feitos com base no levantamento de comissões relativas a produtos vendidos. Na sequência, o juiz pergunta à testemunha como essas comissões eram apuradas. Nesse momento, a testemunha olha para o canto superior direito, aperta as mãos e diz que não entendeu a pergunta anterior, pois não pagavam qualquer tipo de comissão aos funcionários.

Mais do que simplesmente tentar evidenciar um caso de flagrante mentira, a situação apontada no exemplo deve ser levada em conta para que seja possível identificar que tipos de inferências ocorreram para o juiz⁶⁹ no momento de considerar o posicionamento da testemunha. Não há apenas um *input* nessa situação, mas diversos: a mudança de posicionamento, a gesticulação e o olhar desviado. Tudo isso vai ser somado ao modo como a testemunha falou, ao significado dos vocábulos por ela empregados, ao tom de voz para que seja possível chegar a um resultado interpretativo. Asseverar que essas considerações são de foro íntimo, que dependem de um contexto ou mesmo que são específicas demais para servir à ciência significa negar o estudo especializado das inferências.

Há, ainda, uma terceira provocação para amplificar a questão:

(S3) Uma leoa faminta caminha em busca de alguma presa para se alimentar. Avista um gnu aparentemente solitário à frente. Antes de um possível ataque, a leoa vê que mais gnus se aproximam. Desiste da investida.

⁶⁹ Ver Hug (1972) para esclarecimentos sobre o papel das inferências na justiça criminal.

Novamente é preciso dizer que a situação apontada não deve ser identificada como um exemplo para que o leitor infira a conclusão a que chega o animal para desistir da caça. Serve, com efeito, para alertar que uma interação dessa natureza – que se estuda em Ecologia – permite entender que o comportamento animal pode apresentar indícios de relações inferenciais fortes – ainda que instintivas. Aliás, esse fato pode chamar a atenção de pesquisadores que desejem investigar a relação entre instinto e inferência, a fim de comparar as relações inferenciais na comunicação humana *especializada* e na comunicação animal⁷⁰.

Todas essas situações revelam o quão superficial ainda é o estudo das inferências, pois – a despeito de toda bibliografia que se encontra – prevalece a crença de que as elas estão calcadas em codificações linguísticas apresentadas em um texto escrito. Pode ser que – em vez de criar uma confusão com o ato de pensar – a inferência possa ser o caminho para compreender a natureza de diversas relações cognitivas estabelecidas em qualquer tipo de interação comunicativa. Isso só reforça a necessidade de se desenvolver uma perspectiva teórica mais precisa para pensar as inferências.

Dentre as necessidades mais prementes para a expansão dos estudos sobre as inferências, é possível arrolar alguns pontos de atenção preliminar:

1. A necessidade de adotar uma definição teórica ou aclaradora de inferência, bem como a adoção de uma taxonomia clara, capaz de sustentar hermeneuticamente as pesquisas que devam se valer desse instrumental teórico.
2. Distinguir a inferência como um resultado da inferência como um processo.
3. A necessidade de se investigar o modo como ocorrem e a razão de sua ocorrência (sua motivação).
4. Pesquisar o funcionamento das sinapses na geração das inferências.
5. Buscar uma reconciliação com a Estatística, com vistas a compreender as inferências (e como são trabalhadas) nessa área.

⁷⁰ Um trabalho nesse sentido foi desenvolvido por Cranach (1976).

6. Desenvolver testes para estabelecer parâmetros e padrões inferenciais.

Essas são algumas das questões que representam pontos fundamentais para poder pensar as inferências para além da redundância vocabular. Nesta pesquisa, não se pretende responder a quaisquer dessas necessidades, senão à primeira, ainda que de maneira restrita, uma vez que ainda é incipiente o levantamento de estudos inferenciais (por estarem voltados a, particularmente, uma área em comum) realizado na parte inicial do texto. É preciso, a despeito disso, que se reconheça a importância dos estudos inferenciais e que sejam exploradas as possibilidades de intercâmbio com outras áreas do conhecimento, de modo que não se restrinja o fenômeno inferencial à predição leitora ou à conexão de informações explícitas em busca de uma informação não explícita. Ainda que essa restrição seja aceita, ela deve ocorrer com a precisão terminológica e hermenêutica para discutir os procedimentos de análise e amplificar as pesquisas que utilizam a inferência como ferramenta para investigar fenômenos interpretativos.

3.2 – À procura de um invariante conceitual

A fim de iniciar o procedimento para propor um conceito de inferência, é necessário estabelecer quais são os pontos de intersecção entre os conceitos arrolados até o presente momento. Eles representam um resumo do tratamento dispensado às inferências que se pode encontrar na literatura especializada da linguística (com algumas referências da Lógica e da Inteligência Artificial) (ainda que pautada em procedimentos elaborativos ou lexicográficos).

Essas intersecções conceituais representam parte do invariante que será indicado para circunscrever teoricamente uma inferência. Desse modo, adota-se um procedimento de definição de natureza aclaradora, pois não se pretende apresentar um novo conceito de inferência, mas antes se pretende uma rerepresentação do conceito, com um recorte preciso em relação à sua dimensão teórica; o que

possibilitará a apresentação de uma taxonomia calcada nas taxonomias anteriormente propostas.

Revedo todas as formas assentadas para o conceito de inferência, identifica-se que um invariante presente em grande parte desses conceitos repousa sobre o fato de que a inferência seria uma **operação cognitiva**⁷¹. Não há muita especificação a respeito da natureza dessa operação cognitiva, mas é possível afirmar que grande parte das inferências que ocorrem durante o processo de leitura ocorrem em razão de uma operação voluntária do leitor, ou seja, ele ostensivamente busca construir as inferências durante a leitura.

Além disso, destaca-se a menção à ação de **preenchimento de vazios**⁷² semânticos a fim de chegar à interpretação plausível. Nota-se, também, que grande parte dos pesquisadores considera que uma inferência está baseada em informações conhecidas, as quais podem ser apresentadas sob uma **forma proposicional**. Dessa forma, chega-se à conclusão de que – para que se pense a respeito de uma inferência – é necessário considerá-la algo que se relaciona com uma operação de **cálculo de interpretação**. Nessa economia interpretativa, o *input* tem o papel de fornecer elementos que serão associados a conhecimento partilhado, conhecimento de estruturas linguísticas atualizadas, conhecimento de regras de conversação, conhecimento de contextos situacionais, a fim de que seja possível processar a informação apresentada de maneira competente.

Essa forma proposicional – comumente apresentada nas análises de implicaturas e de inferências classificadas como “lógicas” – nem sempre surge sistematizada na mente do leitor, uma vez que há um número reduzido de pessoas que sabe como decompor essas formas cognitivas de *input* em formas logicamente analisáveis. É plausível asseverar que o indivíduo desenvolve um procedimento particular de análise que considera lógico, ou seja, suas ferramentas cognitivas (mais ou menos especializadas, a depender do desenvolvimento dessas habilidades interpretativas) processam as informações recebidas de modo que chegue a inferências, ainda que “falseadoras” ou por “acréscimo”, no sentido de Marcuschi (2008), nas quais passe a crer, a menos que se lhe esclareçam posteriormente novos

⁷¹ Essa informação é relativa ao posicionamento teórico que considera a inferência como um processo interpretativo.

⁷² O preenchimento de vazios semânticos aconteceria no momento em que o indivíduo buscasse uma interpretação ostensiva daquilo que tentasse interpretar.

procedimentos inferenciais. A decomposição de uma sentença em formas logicamente analisáveis depende de uma especialização de procedimentos que esclarece algumas relações inferenciais estabelecidas. Isso não quer dizer que uma inferência falseadora ou por acréscimo não deva ser considerada uma inferência, ou mereça menor atenção por parte dos cientistas.

Há uma cisão conceitual entre a inferência como **um processo** e a inferência como **um resultado de processo**. Em Estatística, a inferência é considerada um método de estudo a respeito de generalizações sobre uma população por meio de evidências fornecidas por uma amostra retirada desta população. A proximidade com os procedimentos interpretativos faz crer que uma inferência que ocorre em linguagem natural seria semelhante àquela que se aplica nesse tipo de estudo mencionado. Para ser mais preciso, considerar-se-á a inferência dividida em dois pontos fundamentais: a inferência e o procedimento inferencial, ou seja, a atividade de inferir. Nesse sentido, deve-se nominar a inferência sempre como o resultado de um processo ativo (que pode ser mais ou menos especializado em sua codificação), o qual será identificado como o processo inferencial. Como um dos pontos de intercurso entre os conceitos arrolados era o fato de muitos pesquisadores considerarem a inferência como um processo, foi necessário apresentar a consideração anterior.

Outro elemento constante nas indicações a respeito do conceito de inferência é a **geração de informação**. Com base no processamento das informações contidas no *input*, gera-se uma informação nova; logo, se o procedimento inferencial tiver como fundamento a geração de informações, processos como *acarretamento* e *correferência* não poderiam ser considerados procedimentos de inferenciais. Por outro lado, a ativação semântica presente nesses processos tem como base o material semântico inicial (o próprio *input*), bem como relações convencionais predeterminadas entre os elementos componentes desse conteúdo semântico de entrada. A geração de informação como um elemento determinante para se pensar uma inferência pode ser um elemento que funcione como um princípio organizador⁷³ de procedimentos interpretativos: se gera informação nova⁷⁴, trata-se de inferência; se não gera, trata-se de outro tipo de procedimento.

⁷³ Esse princípio – por si só – merece um estudo detido e aprofundado.

⁷⁴ Deve-se entender “nova” como “não expressa no conteúdo proposicional que gera o input até o momento da inferência”

3.3 – Conceito de inferência e taxonomia preliminar

Após o levantamento bibliográfico feito a respeito dos conceitos de inferência, foi possível notar que há algumas descontinuidades conceituais⁷⁵, bem como procedimentais na fundamentação desse conceito. Além disso, foi possível discutir quais seriam os elementos invariantes, a fim de adotar um critério calcado na teoria já formulada a respeito do assunto. Agora, passa-se à proposição de um conceito aclarador, com vistas a formalizar a reflexão a respeito das inferências, no cerne do trabalho mais estrito com as inferências.

Inferência é, pois, o resultado de uma operação cognitiva, baseada no processamento de informações de um *input*, com a finalidade de contribuir com a resolução de um problema de natureza interpretativa por meio da geração de informações novas, hauridas da relação entre a decodificação das informações originais e a comparação delas com os dados contidos no repositório mnemônico-experiencial do indivíduo.

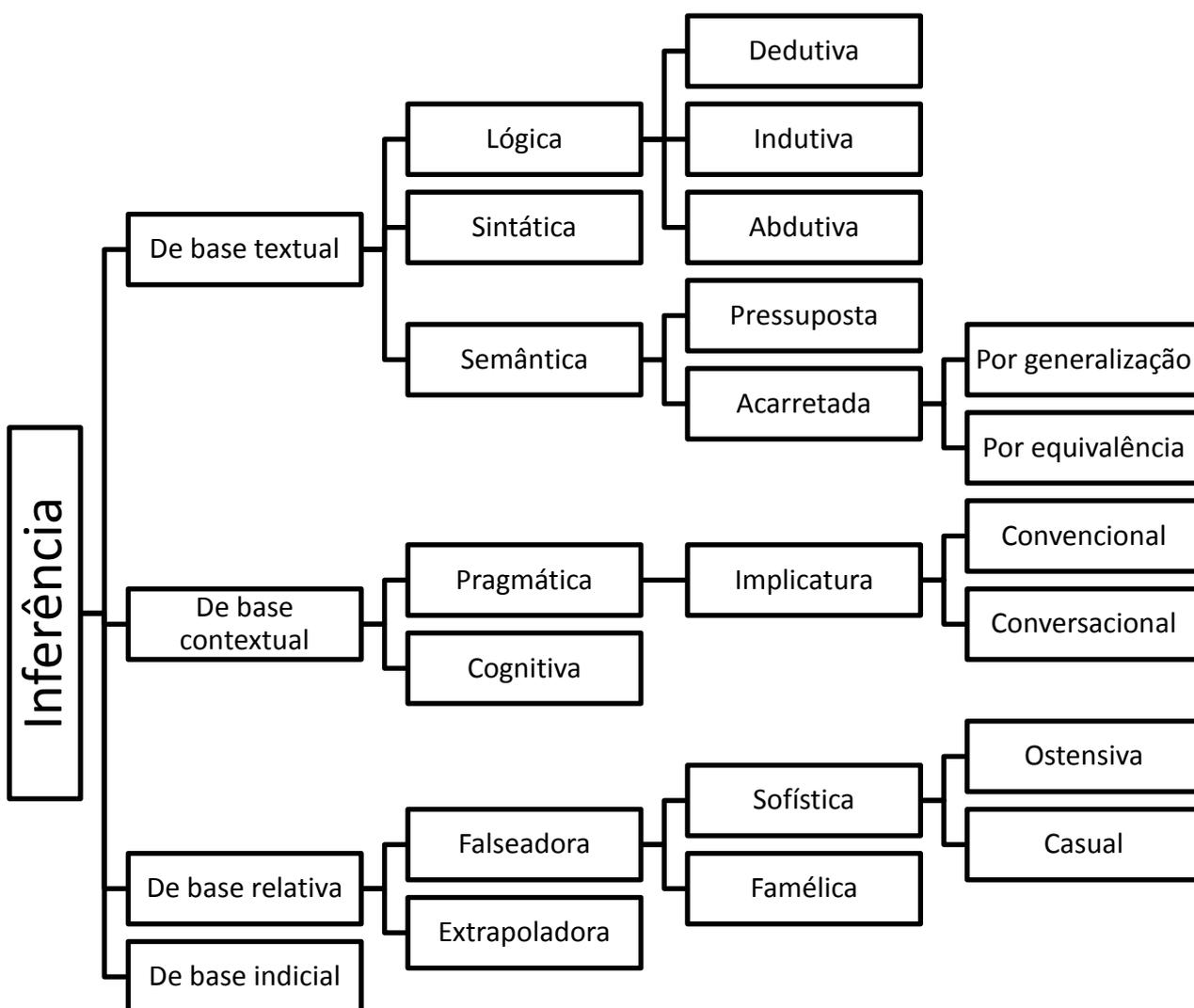
Afirma-se que a inferência é o resultado de uma operação cognitiva, porque a inferência é construída após as informações serem decodificadas pelo indivíduo. O problema interpretativo a que se faz alusão pode estar na interpretação de um texto lido, no reconhecimento das intenções de um enunciador ao longo de uma conversação, na identificação de estratégias eficientes para a resolução de um enigma matemático, físico, químico etc. A geração de informação (critério para pensar uma inferência) garante que o conteúdo da inferência possa ser analisado e descrito, a fim de identificar a natureza da operação que gerou a inferência, ou seja, o procedimento adotado para empreender uma taxonomia inferencial. Por fim, o repositório mnemônico-experiencial diz respeito ao conhecimento partilhado, às crenças do indivíduo, aos modelos de interpretação convencionados para determinada situação, ao que Clark (1992) chama de *Common Ground*, enfim, às condições necessárias para o processo inferencial gerar resultados.

⁷⁵ Principalmente taxonômicas.

Ressalte-se que o conceito ora apresentado não se restringe ao trabalho específico com a leitura de um texto ou com o processamento da conversação. O *input* mencionado no conceito pode ser de qualquer natureza (textual, simbólica, fisiológica etc.). Desse modo, a depender do tipo de *input*, a inferência será processada com base em porções distintas do repositório mnemônico-experiencial do indivíduo, de modo que seja possível gerar uma informação que contribua com a resolução do problema que se impõe ao indivíduo. É possível pensar na motivação inferencial com base em uma motivação mais reativa (menos especializada) ou mais completiva (mais especializada).

Agora, apresenta-se uma possibilidade de taxonomia dos tipos inferenciais. Essa proposta é preliminar, pois há alguns tipos de inferências que ainda não foram estudados e dependem ainda de muita reflexão, ou seja, esse pode ser um ponto inicial de reflexão, mas ainda é necessário buscar a análise de tipos inferenciais, tais como a inferência de base indicial ou mesmo a proposta que se fez a respeito da natureza gradual das inferências: mais completiva, quando ostensivamente empregada para resolver um problema de ordem interpretativa; mais reativa, quando não ostensivamente gerada, ou seja, como uma forma de *insight*.

Proposição de taxonomia inferencial



Essa tabela está baseada na tabela taxonômica proposta por Marcuschi (2008), pois se trata da classificação que busca dividir as inferências com base no tipo de *input* e na maneira como o processo inferencial ocorre. Diversas das taxonomias apresentadas têm como base o resultado a que se chega, não o processo que ocorre.

Por exemplo, uma inferência de **razão** não se diferencia de uma inferência de **causa**, uma vez que são elementos que indicam a mesma natureza semântica. Uma inferência **facultativa** é semelhante a uma inferência **opcional** ou **convidada**. Com efeito, esse tipo de proposição classificatória será distinto a cada tradução (em vista das fronteiras entre as línguas), a cada novo significado resultante de um processo inferencial.

Fica evidente que há diferenças entre a tabela original e a tabela ora apresentada. Isso se deu com base na revisão da nomenclatura proposta originalmente, que levou à inclusão de alguns tipos e a eliminação de outros. Segue-se a descrição detalhada de cada elemento dessa taxonomia.

Inicialmente, propõe-se uma distinção baseada no fundamento de cada inferência. Daí, surgem as tipologias de inferências **de base textual**, **contextual**, **relativa** e **indicial**. As inferências de base textual estão calcadas no processamento simples do conteúdo proposicional do material com que o indivíduo entra em contato por meio da leitura. Seguindo a tradição taxonômica dos estudos inferenciais, afirma-se que as inferências que possuem motivação textual podem ser **lógicas**, **sintáticas** ou **semânticas**. As inferências lógicas são formalmente estruturadas e decomponíveis em um cálculo proposicional mediado por quantificadores e conectivos lógicos. Dividem-se em *dedutivas*, *indutivas* e *abdutivas*⁷⁶. Houve a eliminação das inferências condicionais, pois não se trata de um novo procedimento inferencial, uma vez que se trata de uma regra de inferência lógica empregada mormente na dedução.

As inferências sintáticas estão baseadas nas relações estruturais da língua empregada para compor o texto. Desse modo, a inferência sintática também pode ser considerada estrutural, uma vez que é empregada para garantir a integridade da estrutura da língua. Relações de elipse, paralelismos sintáticos, reconhecimento de estruturas adverbiais podem ser exemplos de inferências dessa natureza.

As inferências semânticas são de base textual e dependem do significado das palavras, não necessariamente do contexto em que são empregadas, pois – nesse caso – seriam pragmáticas, não semânticas. Distinguem-se dois tipos de inferências semânticas: a pressuposição e o acarretamento (que pode ser por generalização ou por equivalência semântica).

⁷⁶ Já explicadas nas primeiras seções.

Há as inferências de base contextual – seguindo o princípio de Marcuschi (2008) –, que se dividem em **pragmáticas** e **cognitivas**. As pragmáticas estão relacionadas aos princípios griceanos apontados anteriormente e se dividem em duas naturezas fundamentais: as implicaturas **convencionais** e as implicaturas **conversacionais**. A distinção taxonômica apresentada está calcada na revisão de Levinson (2007) que faz parte deste trabalho. As convencionais são provenientes do sentido convencionado das palavras e das expressões de uma língua, a exemplo do sentido contextual de uma conjunção ou de uma preposição.

Uma inferência contextual de natureza cognitiva está pautada nas crenças e nos valores do indivíduo no momento de processamento de um *input*. Na realidade, o processo inferencial, nesse caso, está permeado por filtros cognitivo-culturais que direcionam o indivíduo para a construção de uma inferência. Para tornar mais clara a classificação, considere-se o seguinte exemplo:

Adauto caminha pela Avenida Paulista, trajando uma camisa auriverde, quando avista seu amigo Miguel. Miguel, espirituoso (sentado à mesa de um boteco), ergue a mão com um salgado e grita:

- Vai coxinha aí?

Adauto e os demais que caminhavam pela rua disparam ofensas e pedras na direção de Miguel que, sem entender a situação – foge para dentro do estabelecimento.

O exemplo espirituoso registra uma reação pautada na em inferências cognitivo-culturais construídas por Adauto e seus companheiros de caminhada. O processo adotado indica que eles ignoraram diversas pistas contextuais (o salgado na mão, o fato de Miguel ser amigo de Adauto) para se concentrar naquilo que lhes é mais relevante no momento, ou seja, um conflito a respeito de convicções políticas que se descortina por meio de uma bipartição superficial. Se a intenção de Miguel era o escárnio ou não, não é possível saber por meio do exemplo proposto, mas – para esse tipo de inferência – a intenção de quem emite o *input* é sempre avaliada pelo ajuste baseado em crenças e convicções de quem o processa. Nesse caso, a relevância está centrada exclusivamente no repositório ideológico-experiencial-conceitual-mnemônico do indivíduo.

Houve uma reconfiguração da nomenclatura proposta por Marcuschi (2008) relativamente ao que o pesquisador nomeia como inferência sem base textual nem contextual. Na realidade, essa nova proposta foi apresentada com base no fato de que não se infere algo sem qualquer tipo de base. Ocorre que o embasamento pode ser parcial ou enganoso, mas há um ponto fundamental, um ponto de partida para o processo inferencial. Sem qualquer *input*, não há processo inferencial, ou seja, mesmo que a inferência seja como as não pretendidas ou falseadoras, ainda há um ponto fundamental para o início do processo. Desse modo, optou-se por renomear esse tipo de inferência como **inferência de base relativa**, sendo que ela se divide com base no processo inferencial adotado.

O primeiro tipo de inferência de base relativa é a inferência **falseadora**. Ela apresenta uma informação nova que não corresponde à verdade que pode ser extraída dos *inputs* recebidos. As inferências falseadoras podem ser **sofísticas** ou **famélica**. As inferências sofísticas estão baseadas em um processamento que simula a verdade com base na ilusão de um acordo com as regras lógicas. Isso pode acontecer propositalmente (a *inferência falseadora sofística ostensiva*) ou por um descuido em relação processo de raciocínio (a *inferência falseadora sofística casual*). As inferências famélicas são aquelas que ocorrem com base no processamento de informações parciais, cujo conteúdo necessita de conhecimentos prévios para que o processo ocorra sem ruídos.

O segundo tipo de inferência de base relativa é a inferência **extrapoladora**. A inferência dessa natureza ocorre quando – durante o processamento – o indivíduo acrescenta informações que não estão pressupostas ou mesmo presentes no conteúdo proposicional. Marcuschi (2008) indica que esse procedimento se chama inferência por acréscimo.

O último tipo de inferência que se apresentou nessa taxonomia é o que menos estudado até o presente momento, haja vista que não apresentou qualquer tipo de subdivisão classificatória. Trata-se da **inferência de base indicial**. O *input* processado para esse tipo de inferência não se trata de uma sequência organizada de sentenças linguisticamente bem estabelecidas. Ele pode ser de base visual (não textualmente organizada), olfativa, auditiva (não conversacionalmente organizada), táctil ou gustativa. Um bom exemplo para uma inferência indicial é o Vaso de Rubin:



Ao olhar para a parte escura da imagem, vê-se uma taça (ou um vaso). Porém, ao focalizar algumas partes específicas desse vaso e desviar o olhar para a parte branca, fica evidente que há duas faces desenhadas na imagem. A Teoria das Formas – ou Gestalt – se vale dos procedimentos inferenciais que a mente humana opera em algumas situações como essa. Esse é apenas um exemplo de inferência indicial. Há muitos outros fenômenos que podem ser pensados a partir das inferências indiciais: a sinestesia, as ambiguidades visuais da Gestalt, a resolução de alguns enigmas comportamentais da Ecologia etc.

A taxonomia apresentada serve para pensar as inferências com base no modo pelo qual o processo se dá. Esses tipos inferenciais devem compor o centro das pesquisas voltadas à compreensão das inferências, a fim de identificar quais seus papéis no processo de compreensão e interpretação de textos. Ao estudar as diferentes categorias inferenciais, cabe ao pesquisador propor esquemas, fórmulas, teorias a respeito da articulação entre essas inferências a fim de se chegar a uma economia interpretativa inferencial. Não se propõe a limitação das categorias inferenciais a apenas essa tabela, mas a consideração dessas categorias inicialmente antes de que se lhe sejam imputados novos tipos de inferências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim e ao cabo, resta dizer que o estado atual dos estudos sobre inferência revela não haver muita uniformidade, sequer para dividir os grupos de pesquisadores em linhas teóricas com uma base comum. Isso representa um caos teórico para qualquer pesquisa que necessite de um ponto de partida mais preciso para pensar as inferências, bem como seu papel no processamento das informações.

Ficou evidente – por meio do levantamento bibliográfico – que o problema é grave e urge de, ao menos, uma tentativa de resolução, conforme apontado na introdução deste trabalho. Tão importante quanto buscar uma solução para o problema era identificar as causas dessa dificuldade teórica relativa às inferências, principalmente em algumas áreas (a exemplo da Linguística Textual feita no Brasil, em que se encontram os maiores exemplos de inconsistência conceitual a respeito do assunto discutido) que carecem de um referencial mais específico para discutir alguns fenômenos linguísticos.

Atribuiu-se a problemática da inconsistência contextual à descontinuidade dos procedimentos de definição que foram empregados na tentativa de se chegar ao um conceito de inferência que “funcionasse” para diferentes áreas do conhecimento. É evidente que não se pretende uma uniformização, pois é mister reconhecer que há diferenças fundamentais quando se faz ciência, ou mesmo quando se está a buscar a elucidação de um fenômeno. Entretanto, o que se faz notar – no caso inferencial – é que houve um empréstimo do termo “inferência” dos procedimentos analíticos empregados no período clássico da filosofia para indicar uma forma de análise não tão formalizada ou sequer decomposta proposicionalmente. Talvez, esse empréstimo tenha ocorrido por falta de uma melhor solução para designar esses processos complexos mais ou menos especializados realizados pela mente humana.

Ocorre que é ainda necessário fazer uma revisão mais minuciosa para identificar qual foi o ponto de encontro (o texto mais antigo a operar esse procedimento) para realizar o empréstimo terminológico que se engendrou no caso inferencial. Essa pesquisa ainda pode mostrar em que momento da história os filósofos que se puseram a pensar a linguagem de maneira menos formalizada propuseram o emprego do termo “inferência” para designar esse resultado de cálculo cognitivo operado no processamento de informações textuais. É fato, também, que

houve uma progressão na utilização do termo de maneira descontinuada, a qual promoveu uma clivagem no conceito de inferência: em algumas obras, é tratada como um fenômeno extremamente complexo e quase inescrutável; em outras, é identificada como algo já pacificado entre os (poucos) teóricos que a identificaram. Essa ausência de ressalva procedimental ficou evidente ao fim do primeiro capítulo, no momento em que se demonstram os procedimentos de definição empregados a fim de se chegar a um conceito de natureza teórica ou aclaradora. Muitos dos conceitos arrolados no levantamento bibliográfico se mostraram lexicográficos ou estipulativos, ou seja, pouco acrescentam ao estudo das inferências, quiçá aos estudos que se valem delas.

Sugere-se que as inferências sejam pensadas de maneira conceitual, partindo de um procedimento de definição que leva em consideração a bibliografia mais relevante produzida até o presente momento para que, então, seja possível estabelecer os pontos de encontro entre as diferentes correntes teóricas. Desse modo, é possível circunscrever teoricamente o conceito de inferência, o que – em última análise – redundaria também em um procedimento de natureza aclaradora, pois pretende lançar alguma luz sobre as questões complexas relativas ao problema investigado.

Com isso, foi possível distinguir que se há de pensar sob duas óticas em relação ao objeto dessa pesquisa: a primeira é relativa ao processo inferencial, os cálculos cognitivos realizados a fim de gerar uma inferência; a segunda é a inferência em si, que surge como um resultado do processamento cognitivo das informações de um *input* com base no conhecimento partilhado, nas convicções do indivíduo e em seu repositório mnemônico-experiencial. Além da indicação de um conceito teórico-aclarador para pensar as inferências, propôs-se uma taxonomia inferencial, baseada na tradição taxonômica já estabelecida por Marcuschi (2008), com alguns ajustes condizentes com a proposta de análise da base de processamento das inferências.

Talvez, a consideração mais importante a que se pode chegar com base na pesquisa realizada é a necessidade do estabelecimento dos princípios para a expansão dos estudos a respeito das inferências, preocupada com a análise formal dos procedimentos inferenciais, bem como sua relação com a construção das inferências e de seu papel no processamento das informações de algum *input* recebido. Esses estudos não de andar em paralelo com a ciência cognitiva, da qual são – necessariamente – tributários, uma vez que os resultados daquela podem contribuir sobremaneira com as pesquisas nestes engendradas. Mais do que

simplesmente um elemento acessório para a compreensão e para a interpretação dos textos, a inferência pode passar a ponto central de preocupação na análise de fenômenos dessa natureza.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

ARISTÓTELES, Tópicos; Dos argumentos sofísticos / Aristóteles; seleção de textos de José Américo Motta Pessanha ; tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W.A. Pickard. — São Paulo: Nova Cultural, 1999.

BROWN, G.; YULE, G. **Discourse analysis**. Cambridge: Cambridge University, 1983.

CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009.

_____. *A Teoria Inferencial das Implicaturas: descrição do modelo clássico de Grice*. In: **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, p. 12-17, jul./set. 2009.

CARPENTER, P. A. JUST, M. A. *Integrative processes in comprehension*. In: LABERGE, D. SAMUELS, S. J. (Eds.). **Basic processes in reading: perception and comprehension**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 1977.

CASS, Mark Julian. *A teoria da prova em Leibniz*. Scientiæ Studia, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 267-79, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **Dicionário de análise do discurso**. Patrick Charaudeau, Dominique Maingueneau; coordenação da tradução Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

CHAROLLES, M. *Introdução aos problemas da coerência dos textos*. In: GALVEZ, C. (Org.). **O texto: leitura e escrita**. Campinas: Pontes, 1989 (Título original, 1978).

CLARK, H. H. *Arenas of language use*. Chicago: University of Chicago Press, 1992.

CLARK, H. H. e CARLSON, Thomas B. *Context for comprehension*. In: CLARK, H. H. *Arenas of language use*. Chicago: University of Chicago Press, p. 60-77, 1992.

CLARK, H. H. e CLARK, E. V. *Psychology and language*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1977.

CLARK, H. H. e HAVILAND, S. E. *Psychological processes as linguistic explanation*. In: COHEN, D. (Ed.) *Explaining linguistic phenomena*. Washington: Hemisphere Publication Corporation, 1974.

CLARK, H. H. e MARSHALL, Catherine R. *Definite reference and mutual knowledge*. In: CLARK, H. H. *Arenas of language use*. Chicago: University of Chicago Press, 1992, p.9-59.

CLARK, H. H. e SCHEFER, E. F. *Contributing to discourse*. In: CLARK, H. H. *Arenas of language use*. Chicago: University of Chicago Press, p. 144-175, 1992.

CLARK, H. H. e SCHREUDER, R., BUTTRICK, S. Common ground and the understanding of demonstrative reference. In: CLARK, H. H. *Arenas of language use*. Chicago: University of Chicago Press, p.78-100, 1992.

COPI, Irving. **Introdução à Lógica**. Tradução de Álvaro Cabral, - 2ª ed. São Paulo: Mestre Jou, 1978.

CORSETTI, Cristiane Ruzicki. *Inferências semântico-pragmáticas e segunda língua*. In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 67–81.

COSCARELLI, C. V. *Reflexões sobre as inferências*. Anais do VI CBLA - Congresso Brasileiro de Linguística Aplicada, Faculdade de Letras da UFMG, CD Rom, 2002.

_____. **Leitura em ambiente multimídia e a produção de inferências**. Minas Gerais, 1999, 322 f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Linguísticos, da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1999.

CRANACH, Mario Von. **Methods of Inference from Animal to Human Behaviour** ed. Publications de la Maison des Sciences de l'Homme, 3. The Hague: Mouton, 1976.

CRUZ, Marion Costa. *Daisyspot: a inferência na interface imagem e linguagem*. In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 105 – 118.

DASCAL, Marcelo. **Interpretação e compreensão**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2006.

DELL'ISOLA, Regina Lúcia Péret. **Leitura: inferências e contexto sociocultural**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

DUCROT, O. **Princípios de semântica linguística: (dizer e não dizer)**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ERICSSON, K. Anders, KINTSCH, Walter. *Long-term Working Memory*. Psychological Review, v.102, n.2, p.211-245, 1995.

FAJARDO, Rogério Augusto Sanches. **Introdução à Lógica**. Disponível em: <<http://www.ime.usp.br/~fajardo/Logica.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2014.

FÁVERO, Leonor Lopes; KOCH, Ingedore Vilaça. **Linguística textual: introdução**. [n.s.]. São Paulo, Cortez, 2002.

FIORIN, José Luiz. **Argumentação**. São Paulo: Contexto, 2016.

FLOOD James. *Prose comprehension: a selected review of literature on inference generation as a requisite for understanding text*. In: Fisher, D. e Peters, C. W. **Comprehension and the competent reader**. NY: Praeger Publishers, p.51-68, 1981

FODOR, Jerry A. **The modularity of mind**. Cambridge, MA: MIT, 1983.

FREDERIKSEN, J. R. *Semantic processing units in understanding text*. In: FREEDLE, O.(Org.). **Discourse production and comprehension**. Ablex: Northwood, 1977. p. 57-88.

GARNHAM, A. *Inference in language understanding: what, when, why and how*. In: DEITRICH, R, GRAUMANN C. F. (Eds.). **Language Processing in Social Context**. North-Holand: Elsevier Science Publishers, 1989.

GÉNOVA, Gonzalo. Los tres modos de inferencia. *Anuario Filosófico*. Disponível em: <<http://dspace.unav.es/dspace/handle/10171/536>>. Acesso em 10 de março de 2013.

GUARESI, Ronei. *Inferência e imagem: charge e cartoon*. In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, 204-219.

HABERLANDT, Karl, GRAESSER, Arthur. *Integration and buffering of new information*. In: GRAESSER, A. C., BOWER, G. H. (Eds.) **Inferences and Text Comprehension**. San Diego: Academic Press. p.71-87, 1990.

HEGENBERG, Leônidas. **Definições: termos teóricos e significados**. São Paulo, Cultrix, 1974.

HARDY-VALLÉ, Benoit. **O que é um conceito?** São Paulo. Parábola Editorial, 2013.

HUG, Jack P. *Presumptions and Inferences in Criminal Law*, 56 MILWAUKEE L. REV. 81 (1972).

KEENAN, J. M., POTTS, G. R., GOLDING, J. M., JENNINGS, T. M. *Which elaborative inferences are drawn during reading? a question of methodologies*. In: BALOTA, D. A., FLORES D'ARCAIS, G. B., RAYNER. K. **Comprehension Processes in Reading**. Hillsdale, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, p.377-341, 1990.

KINTSCH, W. **Comprehension: a paradigm for cognition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

KLEIMAN, A. (2002). **Texto e leitor: Aspectos cognitivos da leitura**. Campinas, SP: Pontes.

KOCH, Ingedore Vilaça. **A coerência textual**. São Paulo. Contexto, 2012.

_____. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2010.

_____. **Linguística textual: quo vadis?** São Paulo, v. 17, n. especial. P. 1-11, 2001.

_____. **As tramas do texto**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LEVINSON, Sephen C. **Pragmática**. Tradução de Luís Carlos Borges, Aníbal Mari; revisão da tradução Aníbal Mari; revisão técnica Rodolfo Ilari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LÔBO, Célia Márcia Gonçalves Nunes. *A inferência no livro didático: análise de atividades de compreensão e interpretação textual*. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Goiás, 2012.

MACHADO, Marco Antônio Rosa. **O papel do processo inferencial na compreensão de textos escritos**. Campinas, 2005, 192 f. Dissertação. Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, 2005.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Leitura como processo inferencial num universo cultural-cognitivo. In BARZOTTO, Valdir Heitor (org.), **Estado de Leitura**. Campinas, SP: Mercado de Letras, p. 95-122, 1999.

MARCUSCHI, Luiz A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Cortez, 2008.

McKOOK, G.; RATCLIFF, R. *Inference during reading*. **Psychological review**, v. 99, n. 3, p.440-466, 1992.

McLEOD, J. **Inference and cognitive syntesis**. Universidade de Alberta. 1977.

MORROW, D. *Situation-based inferences during narrative comprehension*. In: GRAESSER, A. C.; BOWER, G. H. **Inferences and text comprehension**. San Diego: Academic Press, 1990. p. 123-135.

NORVIG, Peter. **Inference in text understanding**. In **National Conference on Artificial Intelligence AAI-87**. Disponível em: <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/summary?doi=10.1.1.73.6565>>. Acesso em 15 de março de 2013.

PALOMBINI, *Inferências, envelhecimento e doença de Alzheimer*. In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 82–104.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica e Filosofia*. São Paulo, Cultrix, Editora Universidade de São Paulo, 1975.

PEREIRA, Vera Wannmacher. *Predição leitora e inferência*. In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 10–22.

QUINE, Willard Van Orman. **Methods of Logic**. Cambridge, Harvard University Press, 1952).

RAMOS, Edivania da Costa. *Informação por trás da cena: interface cinema e inferências*. In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 220-219

MACHADO, M. A. R. *O Papel do Processo Inferencial na Compreensão de Textos Escritos*. 2005 150 f. (Mestrado em Linguística): Universidade Estadual DE Campinas, Campinas, 2005

SEIFERT, Colleen M. *Content-based inferences in text*. In: GRAESSER, A. C., BOWER, G. H. **Inferences and Text Comprehension**. San Diego: Academic Press. p.103-122, 1990.

SILVA, Adriana Quinelo da. *Como funciona a inferência morfossemântica?* In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 40–51.

SPOHR, Maria de Lourdes. *Efeitos contextuais e ambiente cognitivo: aspectos inter-relacionados e determinantes da relevância para o leitor*. CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 182 – 203.

SPERBER D. e WILSON D. **Teoria da Relevância**. In: Linguagem em (Dis)curso - LemD, Tubarão, v. 5, n. esp., p. 221-268, 2005.

_____. **Relevância: comunicação e cognição**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

VAN DEN BROEK, Paul. *Causal inferences and the comprehension of narrative texts*. In: GRAESSER, A. C., BOWER, G. H.(Eds.). **Inferences and Text Comprehension**. San Diego: Academic Press, p. 175-196, 1990a.

VAN DEN BROEK, Paul. *The Causal Inference Maker: Towards A Process Model Of Inference Generation In Text Comprehension*. In: BALOTA, D. A., Flores D'Arcais, G. B., RAYNER. K. **Comprehension Processes in Reading**. Lawrence Erlbaum Associates. Hillsdale: New Jersey. p.423-445, 1990b.

VAN DER VELDE, R. The role of inference in text organization. In: **Text and Discourse Connectedness**. Amsterdam: North-Holland, 1989, p. 543 – 562. Disponível em: http://books.google.com.br/books/about/Text_and_Discourse_Connectedness.html?id=U2JiAAAAMAAJ&redir_esc=y

VANIN, Aline Aver. *O papel das inferências na construção dos conceitos de emoção*. In: CAMPOS, Jorge (org.). **Inferências linguísticas nas interfaces**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, p. 23–39.

VIDAL-ABARCA, E., & RICO, G. M. *Por que os textos são tão difíceis de compreender? As inferências são a resposta*. In A. Teberosky & C. Oller (Eds.),

Compreensão de leitura: a língua como procedimento (pp. 139-154). Porto Alegre: Artmed, 2003.

Warren, W. H., Nicholas, D. W., & Trabasso, T. (1979). Event chains and inferences in understanding narratives. In R. O. Freedle (Ed.), *New directions in discourse processing* (pp. 23-51). Norwood, NJ: Ablex.

WILLYE, Guilherme. *As inferências temporais em Guilherme de Ockham*. In: **Mirabilia, La Tradición Filosófica em el Mundo Antiguo y Medieval** Org Miguel Pérez Molina. Spain, p. 109 – 126, 2007.

YEKOVICH, Frank R., WALKER, Carol H., OGLE, Laurence T., THOMPSON, Michele A.. *The influence of domain knowledge on inferencing in low-aptitude individuals*. In: GRAESSER A., BOWER G. H.(Eds.). **Inferences and Text Comprehension**. San Diego: Academic Press, v.25, p.259-278, 1990.